



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

JESSICA HOLANDA LEMOS

AS CATEGORIAS DO TRABALHO E DA REPRODUÇÃO COMO
CONSTITUINTES DO SER SOCIAL A PARTIR DO PENSAMENTO DE GYÖRGY
LUKÁCS

FORTALEZA
2023

JESSICA HOLANDA LEMOS

AS CATEGORIAS DO TRABALHO E DA REPRODUÇÃO COMO CONSTITUINTES
DO SER SOCIAL A PARTIR DO PENSAMENTO DE GYÖRGY LUKÁCS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, do Instituto de Cultura e Arte, da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Filosofia. Área de concentração: Ética e Filosofia Política.

Orientador: Prof. Dr. Adauto Lopes da Silva Filho.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L577c Lemos, Jessica Holanda.

As categorias do trabalho e da reprodução como constituintes do ser social a partir do pensamento de György Lukács / Jessica Holanda Lemos. – 2023.

103 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Fortaleza, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Adauto Lopes da Silva Filho.

1. Trabalho. 2. Reprodução. 3. Sociabilidade. 4. Generidade Humana. I. Título.

CDD 100

JESSICA HOLANDA LEMOS

AS CATEGORIAS DO TRABALHO E DA REPRODUÇÃO COMO CONSTITUINTES
DO SER SOCIAL A PARTIR DO PENSAMENTO DE GYÖRGY LUKÁCS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia. Área de concentração: Ética e Filosofia Política.

Aprovada em: 06/ 07/ 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Adauto Lopes da Silva Filho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Fátima Maria Nobre Lopes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Alberto Dias Gadanha
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Dedico este trabalho de pesquisa aos meus pais, irmã e namorado. O apoio que me foi dado em todos os momentos, me permitiu este trabalho. Agradeço do fundo do meu coração.

AGRADECIMENTOS

Expresso meus agradecimentos em primeiro lugar, a Deus, que acredito ter me possibilitado a existência, me agraciada com saúde, resiliência e me dado forças para superar todos os obstáculos ao longo da vida, como também a realização deste trabalho. Em segundo lugar, agradeço profundamente à minha família, meus pais, Maria Fátima Holanda Lemos e Luis Antonio Barros Lemos e S. Priscilla Holanda Cavalcante, sou grata pelo amor, zelo, carinho, atenção e dedicação em todos os momentos da minha vida; por todo o apoio, fundamental para a superação de momentos difíceis, inclusive pandêmicos, de aflição e incertezas no mundo todo.

Ao meu companheiro, Jaireilson Silva de Sousa (Jaire), agradeço carinhosamente, por todo companheirismo, dedicação e suporte durante esses anos juntos, me apoiando e dando sugestões em relação às questões acadêmicas, sempre se colocando à disposição em ajudar no que podia, para que eu pudesse me dedicar a finalização desse trabalho. Também aos pais dele Vera Lúcia e Antônio Ventura por toda consideração e acolhimento.

Agradeço ainda aos familiares que se fizeram presentes nessa trajetória desde a graduação até o presente momento, demonstrando seu apoio durante esse período. Dedico também este trabalho à minha vizinha Maria Magide Dieb de Oliveira e *in memoriam* Maria Hosana B. Coelho.

Aos amigos, desde o início da graduação e ao do grupo “letrosfia”, que se fazem presentes, agradeço a amizade, encontros e acolhimento ao longo desses dez anos de amizade, tornando a caminhada leve e divertida.

Agradeço ao professor e orientador Dr. Adauto Lopes da Silva Filho e à prof^a. Dra Maria Fátima Nobre Lopes pela excelente orientação, pela disposição em ajudar, pelos ensinamentos e pela paciência, guiando todo o meu aprendizado. Ao membro da banca examinadora prof. Dr. Alberto Dias Gadanha pelas relevantes sugestões e colaborações. Aos colegas do grupo de estudos Zélia Pinto e Victor Moita pelo acolhimento, pelas reflexões e conversas. Foram de certo, fatores relevantes para apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação ao longo desse período. Por fim, agradeço ao programa de pós-graduação em filosofia pela oportunidade e à FUNCAP, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de pesquisa.

“A base de qualquer conhecimento correto da realidade, independentemente de se tratar da natureza ou da sociedade, é o reconhecimento da objetividade do mundo exterior, isto é, da sua existência independente da consciência humana. Qualquer interpretação do mundo exterior nada mais é do que um reflexo, por parte da consciência humana, do mundo que existe independentemente da consciência”. (LUKÁCS, 1963, p. 35)

RESUMO

Lukács, assim como Marx, atribui ao trabalho uma *conditio sine qua non* para análise da gênese e do desenvolvimento da sociabilidade humana. Desse modo, o trabalho corresponde ao fundamento do ser social, uma vez que possibilita uma dupla transformação: a da natureza em algo novo e do homem em ser social. Ao dar um enfoque particular ao trabalho em sua obra *Ontologia do Ser Social*, Lukács analisando o salto ontológico do ser orgânico que se encontra em seu nível meramente biológico ao ser social, bem como as diversas formas de sociabilidade, chama a atenção de que o complexo do trabalho não se encontra de modo isolado em relação aos demais âmbitos da sociedade e que deve ser levado em consideração a interrelação com a categoria da reprodução, pois, é através dela que o processo do trabalho se efetiva, dado que tudo aquilo que foi adquirido a partir da relação entre o homem com a natureza, o conhecimento, as habilidades e as experiências, devem ser repassadas para os outros homens, para as próximas gerações. A partir dessas considerações, tomamos como objetivo desta pesquisa demonstrar a intrínseca relação entre o complexo do trabalho e o complexo da reprodução visto que ambos estão diretamente relacionados com a formação do ser social. Tomando principalmente o pensamento de Lukács, podemos dizer que tais categorias compõem as estruturas fundamentais para a gênese do ser social e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da genericidade humana. Desse modo, levantamos a hipótese de que apesar de o trabalho ser uma categoria central na *Ontologia* de Lukács, consideramos também que a categoria da reprodução merece seu lugar de destaque, posto que a constituição da vida social dos homens só se efetiva mediante a relação intrínseca entre o trabalho e a reprodução como categorias essenciais que são responsáveis pela gênese e pelo desenvolvimento do ser social. Podemos concluir que é nesse sentido que Lukács atribui à reprodução um papel tão relevante quanto ao trabalho, pois, é por meio dela que o trabalho se efetiva e possibilita a constituição do ser social e, conseqüentemente, da genericidade humana ao permitir tanto a continuidade do ser social como da própria sociedade.

Palavras-chave: trabalho; reprodução; sociabilidade; genericidade humana.

ABSTRACT

Lukács, like Marx, attributes to work a *conditio sine qua non* for analyzing the genesis and development of human sociability. In this way, work corresponds to the foundation of the social being, since it enables a double transformation: that of nature into something new and of man into a social being. By giving a particular focus to work in his work *Ontologia do Ser Social*, Lukács, analyzing the ontological leap from the organic being that is found at its merely biological level to the social being, as well as the various forms of sociability, draws attention to the fact that the complex of work is not isolated in relation to other spheres of society and that the interrelationship with the category of reproduction must be taken into account, since it is through it that the work process takes place, given that everything that has been acquired based on the relationship between man and nature, knowledge, skills and experiences must be passed on to other men, to future generations. Based on these considerations, the objective of this research is to demonstrate the intrinsic relationship between the work complex and the reproduction complex, since both are directly related to the formation of the social being. Taking mainly Lukács' thought, we can say that such categories compose the fundamental structures for the genesis of the social being and, consequently, for the development of the human race. Thus, we raise the hypothesis that although work is a central category in Lukács' Ontology, we also consider that the category of reproduction deserves its prominent place, since the constitution of men's social life is only effective through the intrinsic relationship between work and reproduction as essential categories that are responsible for the genesis and development of the social being. We can conclude that it is in this sense that Lukács attributes to reproduction a role as relevant as work, since it is through reproduction that work takes effect and enables the constitution of the social being and, consequently, of humankind by allowing both the continuity of the social being as of society itself.

Keywords: work; reproduction; sociability; human generity.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O TRABALHO COMO FENÔMENO ORIGINÁRIO DO SER SOCIAL	14
2.1	Os pressupostos da ontologia do ser social	16
2.2	A práxis social enquanto caráter essencial do trabalho	25
2.3	Os complexos ontológicos decorrentes do processo do trabalho	36
3	A REPRODUÇÃO NA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL	44
3.1	A inter-relação entre trabalho e a reprodução	45
3.2	A reprodução como traço da peculiaridade do ser social	54
3.3	A relação entre reprodução filogenética e reprodução ontogenética: relação de prioridade ontológica dos complexos de complexos	64
4	A REPRODUÇÃO COMO FUNDAMENTO DO “SER-PARA-SI”	72
4.1	A inseparabilidade entre o homem e a sociedade	74
4.2	O desenvolvimento do ser-para-si a partir da reprodução	81
4.3	A contribuição da educação para o senso de pertencimento do homem a generidade humana	92
5	CONCLUSÃO	99
	REFERÊNCIAS	103

1 INTRODUÇÃO

Na Modernidade, o filósofo húngaro György Lukács (1885 – 1971) é conhecido por evidenciar, num viés marxiano, uma ontologia de novo tipo: a ontologia do ser social que define o homem como ser histórico, processual e transformador. Para tanto, resgatou elementos a partir das concepções de Karl Marx, principalmente no que diz respeito à formação e desenvolvimento do ser social a partir do trabalho e dos setores que decorrem dele.

Portanto, Lukács para elaborar sua *Ontologia* toma como ponto de partida a concepção da categoria do trabalho, pois dela surgem todas as demais determinações do ser, visto que o trabalho possibilita uma dupla transformação do homem, pois, ao transformar o que existe na natureza em algo novo, convertendo suas propriedades e relações, ele também é transformado. Essa conversão se dá por meio de um processo teleológico em que o homem, a partir da prévia-ideação, exterioriza algo que até então não existia na natureza, caracterizando aquilo que Lukács denomina *pores teleológicos primários*.(nota acrescentar)

Lukács, ao fundamentar a sua ontologia na sociabilidade humana, concebe o trabalho como a categoria mais relevante para uma abordagem mais específica do ser, concebida em suas relações da vida em sociedade. Atribui ao trabalho uma *conditio sine qua non* para os fatores que contribuem para o desenvolvimento da sociabilidade. Desse modo, admite-se o trabalho como categoria fundante do ser social, bem como também de toda a práxis social, ao ser responsável pelo aprimoramento da capacidade humana no que diz respeito à sua efetivação. Faz-se necessário, sobretudo, compreender como a categoria do trabalho pode criar formas de existência social e como os indivíduos podem produzir a si mesmo como seres conscientes e ativos, alcançando as esferas mais elevadas do ser em que a práxis social é considerada o caráter essencial do trabalho.

Daí é necessário observar como Lukács, ao dar um enfoque particular ao trabalho em sua ontologia, analisa o salto ontológico do ser orgânico que se encontra em seu nível meramente biológico ao ser social, bem como as diversas formas de sociabilidade. Para tanto, dado o fato de que o complexo do trabalho não se encontra de modo isolado em relação aos demais âmbitos da sociedade, ele deve ser levado em consideração em sua inter-relação com a categoria da reprodução, pois é nesta que se dá a efetivação do trabalho em relação, principalmente, aos pores teleológicos,

agora secundários, ou seja, aqueles pores que pretendem conduzir as ideias, e em consequência disso, a ação dos homens em sociedade.

Nesse sentido, podemos considerar a categoria da reprodução como uma das responsáveis por efetivar o processo do trabalho, pois tudo aquilo que foi adquirido a partir da relação entre homem com a natureza -o conhecimento, as habilidades e as experiências -devem ser repassadas para os outros homens, para que as próximas gerações não precisem reiniciar todo o processo de investigação a partir do zero. Daí concebermos a relação existente entre trabalho e reprodução, já que é nesta que o ser social demonstra a sua peculiaridade, uma vez que sua existência é garantida dado a sua ininterrupta reprodução, efetivando-se. É dessa forma que podemos entender a reprodução como uma continuidade do ser social.

Lukács atesta uma distinção ontológica entre a reprodução biológica e a reprodução social: a primeira diz respeito apenas à reprodução dos seres orgânicos, que sem ela impossibilita a existência do ser social; já a última, concebe o ser social como a síntese dos pores teleológicos, diz respeito às prévias-ideações que surgem de necessidades concretas, socialmente determinadas, a partir das quais o homem, ao buscar respostas e pô-las em prática, por meio dos atos sociais, transforma o momento histórico; ao mesmo tempo, gera um acúmulo necessário para repassar aos outros o que foi aprendido e se utiliza da consciência como órgão mediador.

A partir dessas considerações, tomamos como objetivo desta pesquisa demonstrar a intrínseca relação entre o complexo do trabalho e o complexo da reprodução visto que ambos estão diretamente relacionados com a formação do ser social. Tomando principalmente o pensamento de Lukács, podemos dizer que tais categorias compõem as estruturas fundamentais para a gênese do ser social e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da genericidade humana. Desse modo, levantamos a hipótese de que apesar de o trabalho ser uma categoria central na *Ontologia* de Lukács, consideramos também que a categoria da reprodução merece seu lugar de destaque, posto que a constituição da vida social dos homens só se efetiva mediante a relação intrínseca entre o trabalho e a reprodução como categorias essenciais que são responsáveis pela gênese e pelo desenvolvimento do ser social. Nesse sentido, atribuímos à reprodução um papel tão relevante quanto o trabalho.

Para tanto, expomos no capítulo intitulado *O trabalho como fenômeno originário do ser social*, o modo pelo qual o trabalho se apresenta como o fundamento do ser social, no qual viabiliza a passagem do ser orgânico ao ser social, cada vez

mais complexo, sendo o agente responsável pelo desenvolvimento de toda a práxis social. Assim, também serão destacados os complexos ontológicos que são decorrentes do processo do trabalho e que demonstram o modo pelo qual o homem passa a agir de modo prático na sociedade, se deparando com uma “segunda natureza”, agora social, que é a base para a sua socialidade.

Já no segundo capítulo, intitulado *A reprodução na ontologia do ser social*, após a compreensão de que o trabalho é o fenômeno originário do ser social, concebido como o modelo para práxis social, pretendemos entender de que maneira a categoria da reprodução constitui um momento indispensável para a efetivação do processo do trabalho, quais os complexos que serão fundamentais para que tudo aquilo que foi adquirido pelo homem no processo de investigação da natureza para a realização de determinados fins, sejam repassados aos demais indivíduos, tendo como intuito a orientação de outros homens em sociedade. Do mesmo modo, também pretendemos demonstrar as relações estabelecidas entre trabalho e reprodução, identificando os principais complexos específicos que compõe esse complexo maior que é o ser social, assim como também discorreremos sobre a dinâmica pela qual se estabelecem as relações entre esses complexos, de acordo com sua prioridade ontológica, isto é, uma prioridade do todo em relação às partes. Tal investigação se mostra essencial para a compreensão ontológica da realidade na totalidade social, sendo um modo pelo qual se pode evitar possíveis distorções.

Por fim, no capítulo intitulado *A reprodução como fundamento do ser – para – si*, demonstramos o modo pelo qual a categoria da reprodução contribui para com o desenvolvimento da genericidade humana, a partir das relações e formações sociais em que o homem singular ao responder dentre as alternativas apresentadas pelo meio em que vive por meio dos resultados de sua ação internalizam os conhecimentos advindos dessa experiência, sendo capazes de produzir e reproduzir as condições e sua existência, interferindo na totalidade social. Isto significa que os seres humanos necessitam estarem capacitados para fazerem as melhores escolhas de acordo com as condições que possuem, pois são os responsáveis pela sua própria história, é nesse sentido que a educação situada no interior da categoria da reprodução contribui para que o ser social possa superar a sua particularidade para alcançar a genericidade humana.

Repetimos que, apesar do inegável papel central que a categoria do trabalho exerce na gênese do ser social, evidente em Marx e retomado por Lukács, o

que foi exposto até aqui tem como intuito perceber a relevância da função da categoria da reprodução seja no que diz respeito a continuidade da generidade humana, seja para o senso de pertencimento do indivíduo para com a sua própria generidade. Portanto, pretendemos até aqui demonstrar a relevância da reprodução para o devir homem do homem, visto que ambos estão dispostos numa relação de interdependência necessária para a construção do ser social, do “novo homem”, consciente de sua própria condição social e livre para ser conforme a sua generalidade, isto somente seria possível, de acordo com a ontologia marxiana e lukacsiana do ser social, pela possibilidade imanente do ser de se autoconstruir enquanto ser consciente e autônomo.

2 O TRABALHO COMO FENÔMENO ORIGINÁRIO DO SER SOCIAL

Neste capítulo abordaremos sobre a categoria determinante para o fundamento do ser social, visto que de acordo com a investigação ontológica do filósofo húngaro György Lukács, o ser social é um complexo que sintetiza os estágios de ser precedentes, isto é o ser orgânico e inorgânico. Contudo, houve um processo de transição para que o ser se constituísse como tal, para uma compreensão adequadamente desse processo, o autor nos esclarece ser possível somente a partir da categoria do trabalho¹, este seria o ponto chave para entendermos o modo pelo qual se deu o salto ontológico que fez surgir o ser social.

O trabalho vai ser a categoria fundante deste ser, posto que ele promove a interação do ser humano com a natureza, bem como também é a partir dele que se originam todos os outros complexos. Isto se dá mediante o seu caráter teleológico² ou seja, a prévia-ideação de determinados fins.

Assim, no primeiro tópico, deste capítulo, intitulado *Os pressupostos da Ontologia do ser social*, abordaremos como Lukács destaca o processo do trabalho³ enquanto fundamento ontológico do ser social, possibilitando o salto ontológico que conduz o ser meramente biológico ao nível do ser social. Desse modo, tomamos o trabalho, corroborando com a ideia de Lukács, enquanto fenômeno de destaque em relação ao processo de desenvolvimento do ser social e de toda e qualquer forma de práxis social.

Para uma correta compreensão do trabalho, necessitamos entender a relação entre teleologia e causalidade⁴, uma vez que, por meio da atividade humana, o fim último de seu trabalho deve estar previamente idealizado na consciência humana

¹ Constatamos que, em Marx e em Lukács, o fato de o trabalho constituir a gênese do ser social e o modelo de toda práxis social pode ser considerado “[...] uma das poucas determinações universais de seu pensamento – se não for a única –, pois é a única lei que prevalece ativa no ser social independentemente de toda transformação histórica.” (VAISMAN; FORTES, 2015, p. 246).

² “Explicando melhor, podemos afirmar que Lukács, após Marx, situa na base da vida social a instauração teleológica, a atividade finalista do sujeito que se manifesta mediante o trabalho.” (NOBRE LOPES, 2006, p. 26).

³ Tanto Marx quanto Lukács, identificam a categoria do trabalho como o ponto de partida para a análise do ser social, pois “Ele afirma, comungando com as idéias de Marx, que o trabalho é a atividade fundadora e estruturadora do homem e, conseqüentemente, da sociedade.” (NOBRE LOPES, 2006, p. 28).

⁴ Nobre Lopes (2006, p. 30) afirma: “Nesse âmbito brota, inevitavelmente, a conexão concreta e necessária entre teleologia e causalidade, ou seja, o homem para satisfazer suas necessidades vitais transforma a natureza (o que Lukács denomina de causalidade espontânea, natural) em causalidade posta (o produto, o resultado do processo) pelo trabalho.”

e, a partir disso, analisar as propriedades da natureza para transformar efetivamente uma causalidade espontânea ou natural em uma causalidade posta, o produto do trabalho humano.

Conforme o trabalho vai se desenvolvendo e se complexificando cada vez mais, torna-se necessário compreender *A práxis social enquanto caráter essencial do trabalho*, esse é o segundo tópico deste capítulo. Aqui destacamos a distinção entre pores teleológicos primários⁵ – responsáveis pela transformação da natureza em valor de uso⁶ – e os pores teleológicos secundários que visam orientar e organizar a atividade humana para a realização de determinado fim previamente determinado. Daí resulta uma relação entre dever-ser e valor⁷, na qual o primeiro conduz a um autodomínio sobre os instintos biológicos do homem e, o segundo, à utilidade – valor de uso – de tudo aquilo que foi produzido pelo trabalho.

Partindo desse caráter essencial do trabalho, pretendemos apresentar no terceiro tópico, deste capítulo, intitulado *Os complexos ontológicos decorrentes do processo do trabalho*, determinadas consequências ontológicas em relação ao homem, destacando a linguagem, a socialidade e a liberdade.

Destacamos, inicialmente, que a linguagem surge a partir de uma necessidade dos homens, que estão inseridos no processo do trabalho, de se comunicarem entre si, uma vez que, se os homens não se compreendem linguisticamente entre si, tanto o conhecimento das técnicas e habilidades adquiridas pelo trabalho não podem ser transmitidas adiante para as próximas gerações e o pôr do fim do trabalho não pode ser efetivamente objetivado, tendo em vista que a orientação e organização do trabalho pode fracassar.

Constituída dessa forma, a linguagem possibilita uma maior sociabilidade humana, pois, ela leva a uma maior interação entre os homens, contribuindo para o

⁵ Sobre a distinção entre os pores teleológicos primários e os secundários, Nobre Lopes (2006, p. 32) afirma: “Trata-se aqui da subordinação da vontade ao objetivo, à teleologia primária, estabelecida pelo próprio homem levando em conta a causalidade natural. No âmbito das teleologias secundárias também é preciso uma subordinação da vontade ao objetivo levando em conta a causalidade, agora social; porém, em ambos os casos, não se trata de uma subordinação passiva, o que levaria a admissão de um determinismo.”

⁶ “Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria.” (MARX, 2017, p. 118-119).

⁷ Tertulian (1986, p. 63) afirma: “Situando a base da vida social como um ato da natureza ideal, a ‘posição teleológica’ (die teleologsche Setzung, a atividade finalística da consciência), mas que é intimamente associada às determinações materiais dos objetos (o trabalho é o paradigma desta fusão íntima entre ideal e real), Lukács chega inevitavelmente a fazer do dever-ser (das Sollen) e do valor as categorias constitutivas do ser social. A instituição de uma finalidade significa necessariamente o emergir de um dever-ser e se acompanha, por definição, à aparição de um valor.”

processo de formação do ser humano – devir homem do homem – que, no entender de Lukács, também remete ao problema da liberdade, concebido como o autodomínio humano sobre seus instintos e afetos, caracterizando, cada vez mais, o afastamento da barreira natural que, todavia, não pode ser totalmente excluído da essência humana.

Partindo de tais pressupostos, pretendemos com esse primeiro capítulo demonstrar o fundamento ontológico do ser social, a saber, destacando o caráter essencial do trabalho do qual resultam outros complexos sociais tais como: a linguagem, a sociabilidade e a liberdade humana.

2.1 Os pressupostos da ontologia do ser social

O filósofo húngaro György Lukács, empreende no campo ontológico uma investigação acerca da totalidade do ser social, objetivando reconstituir o percurso pelo qual o ser parte de sua esfera orgânica rumo à esfera social. Desse modo, para compreender tal processo, decompõem suas esferas de ser em níveis inferiores, tendo como auxílio a ciência para identificar os vestígios de sua gênese, seja na esfera do orgânico ou do inorgânico. O autor demonstra que a partir de complexos primitivos é possível originar complexos mais desenvolvidos ou superiores do ser, pois já trazem consigo as características que fundamentam os complexos sociais superiores nos quais se situa o ser social.

É preciso ressaltar que o conhecimento acerca desse processo de transição do ser se dá apenas *post festum*⁸, ou seja, apenas após o ocorrido podemos constatar os fatos. Assim, a própria anatomia do homem já nos fornece a chave para tal reconstituição dos níveis de ser, nos quais a partir dos níveis inferiores podemos identificar o percurso aos níveis superiores. Essa transição é denominada por Lukács como *salto ontológico*⁹ que se realiza mediante o processo do trabalho.

Lukács situa o trabalho em um lugar de destaque no processo de gênese do ser social, dado que somente ele possui, enquanto essência ontológica, um caráter claro de transição, que demonstra a inter-relação entre homem (caráter social) e

⁸ A expressão pode ser traduzida como “após a festa” ou “tarde demais”. Consideramos no sentido de “após o ocorrido”.

⁹ Sobre isso, Lukács (2013, p. 43) afirma que: “se trata de uma transição à maneira de um salto – ontologicamente necessário – de um nível de ser a outro, qualitativamente diferente.”.

natureza (caráter exclusivamente biológico), tanto orgânica como inorgânica; do mesmo modo, o trabalho corresponde à transição do ser biológico ao ser social. Nesse sentido, percebemos que o filósofo húngaro leva em conta o que Marx¹⁰ já afirmava sobre o trabalho enquanto condição de existência do homem, uma vez que corresponde a uma eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza. Nesse processo, o trabalho produz processo “o valor de uso”¹¹, isto é, um produto que o homem pode utilizar de modo útil para a reprodução da sua própria existência.

Diante dessas considerações, evidenciamos a análise da categoria do trabalho como pressuposto determinante para a compreensão sobre a essência do novo ser social e, por conseguinte, considerá-lo enquanto fenômeno originário ou modelo de toda a práxis social.

A partir de então, é imprescindível entender o percurso pelo qual a categoria do trabalho se torna responsável por viabilizar o salto ontológico, fato admitido por Lukács. Nesse aspecto, o autor admite o mérito de Engels ao situar o trabalho como ponto central do processo de humanização do homem. Tal concepção advém da análise que ele fez ao comparar a mão do homem e a mão do macaco¹² entendendo, por sua vez, que as mudanças qualitativas e estruturais do ser mediante o trabalho, denominada como salto ontológico, ocorrem com lentidão e de forma gradual.

Nesse sentido, para se compreender o modo pelo qual o trabalho viabiliza o salto ontológico, se faz necessário conceber o seu caráter teleológico, visto que no

¹⁰ Para Marx (2017, p. 120), o trabalho é entendido “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. ”. Marx (2017, p. 124) continua: “[...] todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso. ”.

¹¹ Ao tratar sobre o *valor de uso*, Marx (2017, p. 114) afirma: “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não flutua no ar. Condicionada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem esse corpo. Por isso, o próprio corpo-mercadoria [*Warenkörper*], ncomo ferro, trigo, diamante etc., é um valor de uso ou um bem. Esse seu caráter não depende do fato de a apropriação de suas qualidades úteis custar muito ou pouco trabalho aos homens. Na consideração do valor de uso será sempre pressuposta sua determinidade [*Bestimmtheit*] quantitativa, como uma dúzia de relógios, 1 braça de linho, 1 tonelada de ferro etc. os valores de uso das mercadorias fornecem o material para uma disciplina específica, a merceologia. O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material [*stofflichen Inhalt*] da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. ”.

¹² Engels observa que: “O número das articulações e dos músculos e a sua disposição geral são os mesmos nos dois casos, mas a mão do selvagem mais atrasado pode realizar centenas de operações que nenhum macaco jamais produziu a mais rústica faca de pedra” (1979, p.45).

trabalho são realizadas determinadas atividades tendo em vista um fim específico. Isto significa que, nesse processo são possibilitados, no âmbito material, uma nova objetividade. A realização dos pores teleológicos no trabalho se dá em meio à experiência elementar do cotidiano do homem. Assim, podemos considerar o trabalho como o modelo de toda a práxis social, pois esta categoria é responsável por guiar a conduta do homem em sociedade. Daí concebê-la como ponto de partida para compreender outros pores sócio-teleológicos e, desse modo, se dá a origem do ser social. Sendo assim, a socialidade é derivada diretamente do trabalho, bem como sua divisão, o surgimento da linguagem etc.

A categoria ontológica central no interior do processo do trabalho está relacionada com seu caráter teleológico, isto é, com a realização de determinado fim, a partir do que se subteme que há por trás dessa realização um autor consciente. A teleologia é por essência uma categoria posta, isto significa dizer que todo processo teleológico implica o pôr de um fim, pressupondo uma consciência estabelecadora de fins. Assim, é por meio disso possibilitado um processo real de transformação. Em sua *Ontologia*, Lukács admite, num viés marxiano, que não há a existência de qualquer teleologia fora do trabalho. Portanto, é por meio dele que se pode demonstrar o pôr teleológico como momento efetivo da realidade material, já que o pôr tem a capacidade de determinar o processo do trabalho em todas as suas etapas.

Desse modo, quando Marx restringe a teleologia ao trabalho (e à práxis humanas), não limita o seu sentido, ao contrário, tem o seu significado ampliado às demais instâncias do ser social, pois é preciso entender que o mais alto grau do ser – o ser social – se constitui de modo específico, a partir do grau que baseia sua existência – o orgânico – e passa a se tornar autônomo devido ao ato teleológico. O autor entende, portanto, que “só podemos falar racionalmente do ser social quando concebemos que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, seu tornar-se autônomo baseiam-se no trabalho, isto é, na contínua realização dos pores teleológicos.” (LUKACS, 2013, p. 52).

A realidade, contudo, possui movimentos e fundamentos categoriais que põem em conflito a teleologia e a causalidade. Lukács mesmo reconhecendo a teleologia como categoria operante apenas no interior do trabalho, partindo de um ponto de vista marxiano, concebe que há uma relação de coexistência inevitável, concreta, real e necessária entre teleologia e causalidade, pois mesmo que opostos, estão em constante interação no interior de um processo real e unitário que faz com

que a causalidade, sem perder sua essência, também se torne posta. Nesse sentido, para explicar a essência do pôr teleológico que consiste em “um projeto ideal alcança a realização material, o pôr pensado de um fim transforma a realidade material, insere na realidade algo material que, no confronto com a natureza, representa algo de qualitativamente e radicalmente novo.” (LUKÁCS, 2013, p. 53).

Lukács afirma ser importante analisar a esse respeito, as contribuições tanto de Aristóteles quanto de Hegel, visto que já em Aristóteles era concebido, no trabalho, a diferenciação de dois componentes no processo: o pensar (*nóesis*) e o produzir (*poíesis*) em que por meio do primeiro é posto um fim e se buscam os meios para a sua realização; já por meio do segundo, o fim estabelecido chega à sua realização. Assim, é demonstrado a essência ontológica desse processo, visto que um projeto ideal atinge a realização material, inserindo algo de material na realidade que ao confrontar-se na natureza representa algo qualitativamente e radicalmente novo. Desse modo, é exemplificado a partir da concepção aristotélica a seguinte situação:

A casa tem um ser material tanto quanto a pedra, a madeira etc. No entanto, do pôr teleológico surge uma objetividade inteiramente diferente dos elementos. De nenhum desenvolvimento imanente das propriedades, das legalidades e das forças operantes no mero ser-em-si da pedra ou da madeira se pode “deduzir” uma casa. (LUKÁCS, 2013, p. 53).

Assim, partindo dessa situação, se faz importante compreender, de acordo com Lukács, a relação das categorias que se apresentam entre a teleologia e a causalidade no processo do trabalho para identificar sua importância na ontologia do ser social, pois, a investigação dos meios para a realização do pôr do fim implica um conhecimento objetivo da gênese causal das objetividades e dos processos que conduzem ao fim posto. Lembrando que o pôr do fim e a investigação dos meios para sua execução não produziram nada de novo se a realidade natural permanecesse o que é em si mesma imutável.

Um aspecto ontologicamente decisivo que é ocasionado mediante o trabalho diz respeito ao entrelaçamento entre causalidade e teleologia que culmina no processo homogêneo entre natureza e trabalho, meio e fim, atingindo algo que é em si unitário, ou seja, “o produto do trabalho”. Isto ocorre devido à capacidade das leis da natureza de se tornarem postas, pois há uma subordinação dessas leis que podem ser determinadas pelo pôr teleológico. Essa homogeneização consiste no

conhecimento correto dos nexos causais da realidade, caso contrário, senão houver os conhecimentos adequados, o pôr teleológico se suprime por si próprio, reduzindo-se apenas a um fato de consciência que se tornou impotente diante da natureza, não se efetivando enquanto pôr.

Contudo, isso não significa que para realizar o processo do trabalho seja preciso necessariamente ter conhecimento concretamente adequado sobre toda a infinidade intensiva, ou qualitativa, das propriedades e suas inter-relações com o mundo, pois se assim o fosse exigido, o trabalho não poderia ter surgido nos estágios primitivos da observação da natureza, quando ainda não se tinha um conhecimento mais aprofundado de causalidade natural. Entretanto, o autor nos diz que aquele que conseguir captar de modo adequado e concreto, os nexos causais necessários para o fim estabelecido, pode obter resultados mais precisos, mesmo que as representações gerais acerca dos objetos, propriedades e conexões relativos à natureza sejam ainda inadequadas em sua totalidade.

Portanto, em vista disso, a possibilidade de êxito ou fracasso na realização do pôr do fim está condicionado ao nível de investigação dos meios, do conhecimento sobre a natureza obtidos até o momento de sua execução, sendo adequados para a sua finalidade. Caso o estágio que se tenha não seja adequado para a finalidade estabelecida, o pôr é concebido apenas enquanto um projeto. É nesse contexto que o trabalho tem um ponto em comum com o surgimento do pensamento científico, a saber, o campo de investigação dos meios, visto que, de acordo com Lukács (2013, p.57):

Uma vez que a investigação da natureza, indispensável ao trabalho, está antes de tudo, concentrada na preparação dos meios, são estes o principal veículo de garantia social da fixação dos resultados dos processos do trabalho, da continuidade na experiência de trabalho e especialmente de seu desenvolvimento ulterior. É por isso que o conhecimento mais adequado que fundamenta os meios (ferramentas etc.) é, muitas vezes, para o ser social, mais importante do que a satisfação daquela necessidade (pôr do fim).

A partir dessa afirmativa, observamos que os reguladores do processo de trabalho. Nesse sentido, o autor considera os meios como momento predominante, uma vez que é realçado neste um domínio sobre a natureza exterior. Dessa forma, o homem só estabelece os fins se houver dominado os meios adequados para sua efetivação. Daí considerar a importância dos meios e ferramentas para a análise das etapas do desenvolvimento da humanidade, isto pois, segundo o autor: “O fato é que

uma ferramenta pode, com uma análise correta, não só revelar a história da própria ferramenta, mas também desvendar muitas informações sobre o modo de viver, quem sabe até sobre a visão de mundo e etc., daqueles que as usaram. ” (LUKÁCS, 2013, p. 59).

Deste modo, o conhecimento adequado sobre o qual se fundamentam os meios ou ferramentas, retrata a libertação na qual o homem passa a ter em relação às condições materiais oriundas da natureza, conferindo a partir de então, aos objetos, aquilo que diz respeito às suas necessidades materiais. Então, na maioria das vezes, o domínio sobre os meios é considerado mais importante para o ser social do que mesmo a satisfação de sua necessidade, haja visto que este processo está relacionado com o afastamento das barreiras naturais.

A partir disto, a investigação dos objetos e processos da natureza que precede o pôr da causalidade, para a criação dos meios, demonstram que para sua realização é necessário que seja constituída essencialmente por atos cognitivos reais, que é obtido através da experiência: a utilização das conexões causais impele o desenvolvimento de uma certa consciência prática, visto que qualquer utilização que obteve êxito em um novo campo pressupõe que tenha havido uma abstração correta. Logo, o ser social, ou o estágio específico mais complexo, se constitui a partir da atividade do ente natural do homem sobre a base do ser inorgânico e o orgânico que é originado dele. Conseqüentemente, a consciência humana, devido ao trabalho, não pode ser considerado como um mero epifenômeno, ou seja, não está simplesmente situado no âmbito do instinto subordinado ao seu processo de reprodução biológico, determinado segundo as leis da biologia, como acontece no reino animal. Nesse sentido, se pode afirmar que a consciência humana se constitui a partir do trabalho ou práxis social.

Portanto, no plano da consciência ocorre um momento considerado fundamental para o processo do trabalho: o espelhamento da realidade¹³. Este se coloca como condição para se alcançar o fim e o meio para a execução do trabalho, haja vista que ele é responsável pela separação entre sujeito e objeto, reproduzindo, deste modo, uma reprodução da realidade na consciência. Isto significa que a partir

¹³ Lukács (2013, p. 66) afirma: “[...] no espelhamento da realidade como condição para o fim e o meio do trabalho, se realiza uma separação, uma dissociação entre o homem e o seu ambiente, um distanciamento que se manifesta claramente na confrontação do sujeito com o objeto. No espelhamento da realidade a reprodução se destaca da realidade reproduzida, coagulando-se numa ‘realidade’ própria na consciência.”

do espelhamento, intermediado pela consciência, se estabelece a condição que possibilita o caráter de alternativa e, por conseguinte, o salto ontológico, ou seja, a saída do homem da esfera do epifenômeno para a esfera social.

A alternativa, utilizando-se da noção de *dýnamis*¹⁴ aristotélica, consiste em estabelecer um fim (pôr teleológico) que ainda se encontra enquanto possibilidade, tornada realidade por meio da decisão, que é fundada em alternativas. Podemos entender melhor através do seguinte trecho:

Um projeto que seja rejeitado, mesmo que complexo e delineado com base em espelhamentos corretos, permanece um não existente, ainda que esconda em si a possibilidade de tornar-se um existente. Em resumo, pois, só a alternativa daquele homem (ou daquele coletivo de homens), que põe em movimento o processo de realização através do trabalho, pode efetivar essa transformação da potência em um ente. Isso mostra não somente o limite superior desse tipo de possibilidade de se tornar real, mas também aquele inferior, que determina quando e em que medida pode converter-se em uma possibilidade, nesse sentido, de um reflexo da realidade conforme à consciência e orientado para a realização. (LUKACS, 2013, p. 75).

Então, a alternativa é concebida como um ato de consciência que media o pôr de um ente através do espelhamento da realidade. Isto significa que o ato de consciência media um fim ao qual um objeto passa a ser submetido, ou seja, a causalidade natural submetida à causalidade posta a partir do trabalho, em que este ente é sempre algo natural, não podendo romper com seu caráter natural, nem retroceder a um estágio anterior.

Fica evidenciado, desse modo, que a alternativa assume a função de controle no processo do trabalho. Isto pois, após a realização do fim previamente idealizado, dentre uma infinidade intensiva (qualidades) de propriedades geradoras e de possibilidades distintas de se concretizarem que estão contidas em cada objeto em relação ao pôr teleológico, no qual fica a carga da alternativa garantir que o fim seja alcançado. Daí observar a importância dada pelo autor ao caráter alternativo da decisão, pois o entende enquanto salto da possibilidade à realidade, dado que o objeto da alternativa para o homem primitivo está relacionado com a utilidade ou a satisfação da necessidade, na medida em que se desenvolve a socialização da produção na economia, se diversificando e diferenciando cada vez mais as alternativas.

¹⁴ Sobre a *dýnamis* aristotélica, Lukács (2013, p. 75) explicita: “Aquilo que tem a potência de ser pode ser e também não ser”. Do mesmo modo, Abbagnano (2007, p.341) afirma: “Como possibilidade, o ser não é nem um nem muitos, nem movimento nem repouso, etc, mas pode ser uma coisa ou outra, e tudo está em ver quais são as determinações dele que *podem* unir-se e permanecer juntas, e quais, ao contrário, são as não suscetíveis disso. ”. Nesse ponto é evidenciado os traços em comum que existem entre o caráter de alternativa e o conceito de *dýnamis*.

Contudo, não se deve restringir o processo do qual a possibilidade se transforma em realidade, à decisão da alternativa, pois é preciso entender que as alternativas orientadas no trabalho possuem decisões pautadas em circunstâncias concretas, implicando a noção de que a racionalidade deve depender da necessidade concreta e social; logo, o produto final do trabalho deve satisfazê-la. Essa satisfação da necessidade e as representações acerca dela são, por sua vez, elementos que determinam a estrutura do projeto, buscando espelhar corretamente as relações causais dessa realização. Assim:

Para entender bem as coisas, não se pode esquecer que a alternativa, de qualquer lado que seja vista, somente pode ser uma alternativa concreta: a decisão de um homem concreto (ou de um grupo de homens) a respeito das melhores condições de realização concretas de um pôr concreto do fim. Isto quer dizer que nenhuma alternativa (e nenhuma cadeia de alternativas) no trabalho pode se referir à realidade em geral, mas é uma escolha concreta entre caminhos cujo o fim (em última análise, a satisfação da necessidade) foi produzido não pelo sujeito que decide, mas pelo social no qual ele vive e opera. (LUKACS, 2013, p. 76).

Ao observar as transformações que o trabalho causa no sujeito, podemos identificar a peculiaridade desta relação, pois ela se torna predominante de tal maneira que todas as outras mudanças ocorrem devido à condição ontológica originária do trabalho, mesmo em estágios mais evoluídos socialmente. Desse modo, o que predomina, enquanto conteúdo ontológico essencial, no processo de realização daquilo que se coloca enquanto possibilidade, é o caráter cognitivo, não a vontade de satisfação da necessidade. Portanto, o que prevalece é o comportamento consciente sobre o mero comportamento espontâneo, característico do instinto biológico; por conseguinte, o trabalho assume a função de mediação entre a necessidade e a satisfação. Assim, podemos compreender que o sucesso da atividade que é realizada no trabalho, depende de uma mediação estabelecida através de uma cadeia de alternativas, através de um espelhamento objetivo, em que se deve eliminar, na medida do possível, aquilo que seja da ordem do instinto natural – epifenômeno – que, porventura, possa atrapalhar a compreensão objetiva.

A transformação ocorrida pelo sujeito que trabalha é a essência ontológica do ser social, ou seja, “o devir homem do homem”, pois o trabalho determina o sujeito humano de tal forma que a partir do momento que ele exerce o trabalho, além de modificar externamente a natureza ele também modifica seu interior. Isso é explicado de acordo com o autor da seguinte forma:

Visto do lado do sujeito, isso implica uma continuidade sempre renovada de tal domínio, e uma continuidade que se apresenta em cada movimento singular do trabalho como um novo problema, uma alternativa, e que a cada vez, para que o trabalho tenha êxito, deve terminar com uma vitória da compreensão correta sobre o meramente instintivo. Com efeito, aquilo que acontece com o ser natural da pedra e que é totalmente heterogêneo com relação ao seu uso como faca ou machado, põe cadeias causais corretamente conhecidas, acontece também no próprio homem com os movimentos etc., na sua origem biológico-instintiva. (LUKÁCS, 2013, p. 80).

Fica retratado, dessa maneira, o modo pelo qual ocorre o salto ontológico no desenvolvimento do homem mediante o trabalho. Não se trata apenas de uma adaptação do nível epifenomênico ao nível da consciência, mas além disso esse é um desdobramento de adaptação às circunstâncias que não são criadas pela natureza, mas escolhidas e criadas autonomamente pelo homem. Portanto, o produto final que advém do trabalho modifica não somente o ambiente nos aspectos materiais, como também nos efeitos materiais que acabam por retroagirem sobre o ser humano.

As mudanças são adquiridas a partir de experiências que foram acumuladas no decorrer do processo do trabalho; porém, elas também podem ser substituídas por outras experiências revogáveis. Nessa perspectiva, o acúmulo de experiências através do trabalho, possui um duplo caminho: por um lado, elimina e conserva movimentos usuais, reflexos condicionados, que é o período em que há um esquecimento da estrutura ontológica do processo de trabalho que se transforma em cadeias de alternativas, devido ao exercício do hábito, mas mesmo com a fixação desses, trazem consigo a origem de um pôr que cria uma distância entre sujeito e objeto, determina os fins e os meios, controla e corrige sua execução; por outro lado, desse distanciamento é proporcionado ao sujeito que trabalha, conscientemente, o domínio sobre seus afetos para o sucesso da realização de um fim, concebido aqui enquanto produtor de valor de uso que é a sua forma originária. Fica demonstrado que um dos aspectos do trabalho é promover a autocriação do homem, oferecendo, assim, as condições necessárias para ocorrer o salto ontológico de uma esfera de ser a outra, fundando, desse modo, o ser social.

Foi percorrido até aqui o percurso pelo qual o trabalho é concebido enquanto pôr teleológico que, por sua vez, é considerado o momento fundamental para a realização do trabalho. Também situamos que o pôr teleológico se dá na consciência, na qual ocorre o processo de espelhamento, relevante para a compreensão dos pressupostos da ontologia do ser social. A partir disso se faz necessário entender como a práxis social se caracteriza enquanto caráter essencial

do trabalho, uma vez que o homem passa a ter o domínio sobre seus próprios instintos, afetos e etc., são impulsionados outros tipos de comportamentos humanos que são, por excelência, decisivos para o devir homem do homem – processo de hominização – fazendo referência aos problemas de ordem moral que abrangem desde os costumes e tradições até as formas mais elevadas da ética.

2.2 A práxis social enquanto caráter essencial do trabalho

O trabalho como por teleológico revela seu caráter essencial, considerado como o modelo de qualquer conduta social. Porém, cabe aqui distinguir seu sentido originário do sentido mais desenvolvido, para situar o seu caráter essencial. De acordo com Lukács (2013, p.83), em seu sentido estrito “[...] o trabalho é um processo entre atividade humana e natureza: seus atos estão orientados para a transformação de objetos naturais em valores de uso”; já em seu sentido mais desenvolvido, diz respeito, “[...] a ação sobre outros homens, cujo objetivo é, em última instância – mas somente em última instância –, uma mediação para a produção de valores de uso. ”. (LUKÁCS,2013, p. 83).

É em seu sentido mais desenvolvido que podemos conceber a práxis social, pois é nesse momento que o trabalho se torna social, passando a depender da cooperação de mais pessoas para a sua realização em que o fim posto passa a ser imediatamente um pôr do fim por parte de outros homens, ou seja, “[...] é a tentativa de induzir outra pessoa (ou grupo de pessoas) a realizar, por sua parte, pores teleológicos concretos” (LUKÁCS, 2013 p. 83).

Este modo mais desenvolvido no qual se faz necessário a cooperação de outros homens para realizar um determinado fim, já pode ser observado ainda nos estágios iniciais, visto que para que essa cooperação funcione de forma exitosa deve possuir, enquanto, princípio a distribuição necessária dos participantes para executarem uma determinada ação de acordo com funções. Aqui é demonstrada a teleologia secundária. Sobre isso, o autor explica:

Desse modo, o objeto desse pôr secundário do fim já não é mais algo puramente natural, mas a consciência de um grupo humano; o pôr do fim já não visa a transformar diretamente um objeto natural, mas em vez disso, a fazer surgir um pôr teleológico que já está, porém, orientado a objetos naturais; da mesma maneira, os meios já não são intervenções imediatas

sobre objetos naturais, mas pretendem provocar intervenções por parte de outros homens. (LUKÁCS, 2013, p. 84).

Os pores teleológicos secundários, por sua vez, dizem respeito à práxis social dos estágios mais elevados do que em relação ao trabalho no seu sentido primário, aquele que trata do metabolismo entre homem e natureza. Ambos, porém, estão intrinsecamente ligados apesar de possuírem momentos distintos. Por um lado, esse nível mais social e elevado do trabalho constitui a base real, considera como fim último desta cadeia de pores teleológicos; já o trabalho, em seu sentido estrito, deve desenvolver necessariamente as formas mais complexas, devido sua constituição ocorrer de modo dialético. Nesta correlação consiste, de acordo com Lukács, o traço peculiar da categoria fundante do ser social, que indica de modo simultâneo uma identidade e não-identidade nos diversos graus do trabalho.

Sabendo-se que o por teleológico que é realizado de modo consciente, isto implica um espelhamento da realidade, no qual surge a relação “sujeito e objeto”, esses dois momentos contribuem para que seja possível “uma apreensão conceitual dos fenômenos da realidade” que se manifesta mediante a linguagem, com isso se torna viável a orientação para a execução de determinados pores do fim. Tais interações, dizem respeito à transformação do ser no plano ontológico, devendo-se ter em mente a noção do contexto total do complexo que é primário em relação aos seus elementos. Portanto, esses fenômenos somente podem ser considerados no interior do complexo do ser social, já que para o autor “Estes só podem ser compreendidos a partir de sua interação no interior daquele complexo do ser, ao passo que seria um esforço inútil querer reconstruir intelectualmente o próprio complexo do ser a partir de seus elementos” (LUKÁCS, 2013, p.84).

A partir de então, a investigação sobre a gênese ontológica do ser social se depara com o fenômeno da linguagem, que só pode ser compreendido de modo essencialmente verdadeiro se relacionados com a análise ontológica, mediante o conhecimento das funções reais e interações que exercem no interior desse complexo. Em consequência disto, a linguagem e o pensamento conceitual são concebidos como uma consequência ontológica que advém do trabalho, como bem explicita o autor:

É sem dúvidas possível deduzir geneticamente a linguagem e o pensamento conceitual a partir do trabalho, uma vez que a execução do processo trabalho põe ao sujeito que trabalha exigências que só podem ser satisfeitas

reestruturando ao mesmo tempo quanto à linguagem e ao pensamento conceitual as faculdades e possibilidades psicofísicas presentes até aquele momento, ao passo que a linguagem e o pensamento conceitual não podem ser entendidos nem em nível ontológico nem em si mesmo se não se pressupõe a existência de exigências nascidas do trabalho e nem muito menos como condições que fazem surgir o processo do trabalho. (LUKÁCS, 2013, p. 85).

Como bem foi apresentado na passagem acima, a linguagem e o pensamento conceitual surgem para suprir necessidades advindas do trabalho. Contudo, existe uma relação recíproca entre ambos, pois, ao mesmo tempo que visam suprir necessidades do trabalho, também exercem influência sobre ele. Esse processo no qual identificamos a estrutura da linguagem e do pensamento conceitual a partir do trabalho, elucida o modo pelo qual a concepção da gênese ontológica se constitui, isto é, pelo salto ontológico e o modo pelo qual se manifesta, de modo desigual e contraditório ao longo do tempo. Nesse sentido, o salto ontológico é identificado, a partir do momento que a nova constituição do ser se efetiva quando os atos singulares e primordiais alcançam um nível, tanto qualitativo como quantitativo, que permitam a este novo ser fundar a si mesmo. O traço essencial desse desenvolvimento consiste no caráter dialético existente na passagem de um ser ao outro, isto é, quando categorias peculiares do novo grau de ser adquirem uma supremacia em relação aos graus inferiores, fundando materialmente, de modo contínuo, a base para a sua existência. Daí o autor argumentar:

É o que acontece nas relações entre a natureza orgânica e inorgânica e o que acontece agora nas relações entre o ser social e os dois graus de ser natural. Esse desdobramento das categorias originárias próprias de um grau do ser sempre se dá através de sua crescente diferenciação e, com isso, através de sua crescente autonomização – por certo sempre meramente relativa – dentro dos respectivos complexos. (LUKÁCS, 2013, p. 86).

Por conseguinte, isso retrata que as experiências de um trabalho concreto servem para serem utilizadas em outro, fazendo com que, de modo gradativo, ocorra uma certa autonomização que o filósofo húngaro denomina de “fixação generalizadora”, não estando restrita exclusivamente a uma determinada situação, mas concebida como observações de acontecimentos que ocorrem na natureza em geral. Assim, observamos que esse desenvolvimento ocorre mediante o espelhamento no interior da consciência que se dá de modo dialético, constituindo um pressuposto para a realização do trabalho. Nesse sentido, a consciência nada

mais é do que um instrumento da reprodução do próprio homem, ao mesmo tempo que constitui um pressuposto fundamental para a realização do trabalho.

Na medida em que o espelhamento permite elaborar soluções obtidas através das experiências de um trabalho, estas também podem ser utilizadas em outras situações distintas daquelas pelas quais elas foram criadas inicialmente s. Do mesmo modo, afirma Lukács o espelhamento da realidade também resulta na constituição das ciências. Contudo, o autor alerta para o fato de que ao se autonomizar, o espelhamento pode incorrer em uma falsa consciência, pois o fato de o agir ter em vista um fim necessário, exigindo uma correta preparação no pensamento para sua execução, faz com que surjam formas superiores de práxis de modo contínuo, entretanto, tais formas mais complexas de práxis podem estar emaranhadas com “falsas representações”, tidas como verdadeiras, situadas no campo do estranhamento.

Nesse sentido, podemos observar que consciência apresenta um duplo aspecto, visto que por um lado, ela é a mediação entre a necessidade apresentada pelo meio e a satisfação da mesma, como também , por outro lado, pode apresentar ideais atravessadas por “falsas representações”. A consciência se origina no trabalho, para o trabalho e mediante o trabalho, possibilitando a capacidade de intervir em sua atividade de autorreprodução sendo um pressuposto fundamental para a origem e desenvolvimento do trabalho. Como é dito pelo autor:

Isso mostra que a consciência relativa às tarefas, ao mundo, ao próprio sujeito, brota da reprodução da própria existência (e, junto com esta, daquela do ser do gênero), como instrumento indispensável de tal reprodução. Essa consciência se torna certamente sempre mais difusa, sempre mais autônoma, e, no entanto, continua ineliminavelmente, embora através de muitas mediações, em última análise, um instrumento da reprodução do próprio homem. (LUKÁCS, 2013, p. 87).

Essa relação de vínculo e dependência entre consciência e trabalho também pode ser entendida como a relação entre teoria e práxis. No entender de Lukács, apenas com a filosofia clássica alemã, a prática passou a ser valorizada, pois de acordo com Marx é necessário conceber a práxis enquanto manifestação real e material para identificar as suas determinações ontológicas fundamentais, em que o aspecto ontologicamente decisivo é a relação entre teleologia e causalidade. Nesse sentido, é essencial ao desenvolvimento do pensamento humano e de sua imagem humana de mundo, situar o trabalho como ponto central, visto que corresponde ao

único complexo do ser que o pôr teleológico possui um papel autenticamente transformador da realidade, como também é sobre esta base que se constata a única relação considerada ontologicamente correta entre a teleologia e causalidade. Entender essa relação é essencial no que diz respeito à estrutura dinâmica do trabalho, pois:

Teleologia e causalidade não são, como até agora aparecia nas análises gnosiológicas ou lógicas, princípios mutuamente excludentes no desdobramento do processo, do ser-aí e do ser-assim das coisas, mas, ao contrário, princípios mutuamente heterogêneos, que, no entanto, apesar da sua contraditoriedade, somente em comum, numa coexistência dinâmica indissociável, podem constituir o fundamento ontológico de determinados complexos dinâmicos, complexos que só no campo do ser social são ontologicamente possíveis, cuja ação nessa dinâmica constitui a característica principal desse grau do ser. (LUKÁCS, 2013, p. 89).

Como característica importante, no que diz respeito às determinações categoriais dinâmicas, a teleologia por essência funciona apenas enquanto teleologia posta pelo homem. Assim, quando se quer caracterizar um processo como teleológico, é necessário destacar ainda, em termos ontológicos, a existência de um sujeito que a põe intencionalmente em movimento. Já em relação à causalidade, ela pode atuar como posta ou não posta, isto é, com ou sem a atuação intencional de um sujeito. Desse modo, para uma análise correta é preciso identificar a distinção entre teleologia e causalidade. Lukács afirma uma coexistência ontológica entre teleologia e causalidade no comportamento laboral do homem, pois apenas neste momento é possível observar a teoria e a práxis como momentos de um único complexo de ser, o ser social e, portanto, apenas podem ser compreendidos adequadamente nessa inter-relação. Nas palavras do autor:

E exatamente aqui o trabalho pode servir como modelo plenamente esclarecedor. Talvez isso pareça estranho uma vez que o trabalho é claramente orientado em sentido teleológico e por isso o interesse na realização do fim posto de revela aqui de maneira mais penetrante. Todavia, é no trabalho, nos seus atos que transformam a causalidade espontânea em causalidade posta, justamente por que nele ainda temos exclusivamente uma inter-relação entre o homem e a natureza e não entre homem e homem ou entre o homem e a sociedade que o puro caráter cognitivo dos atos está preservado de modo menos alterado que nos níveis superiores, nos quais é inevitável que os interesses sociais intervenham já no espelhamento dos fatos. (LUKÁCS, 2013, p. 90).

Nesse sentido, os atos de pôr da causalidade, no que diz respeito ao trabalho, estão orientados para a contraposição de valor entre falso e verdadeiro, pois qualquer falta de conhecimento da causalidade – espelhamento da realidade – que

existe em si, no processo do seu pôr, incorre no fracasso de todo o processo do trabalho.

É importante salientar que qualquer pôr da causalidade, cujo fim posto seja a transformação da consciência do homem, possui um interesse social, isto é, influenciar no pôr das cadeias causais que são necessárias para a realização de um determinado fim. No trabalho é demonstrado tanto o pôr das cadeias causais que diz respeito a objetos e processos que em relação ao ser-posto em que se comportam de modo indiferente ao fim teleológico, como também os pores que objetivam suscitar nos homens decisões entre alternativas. Isto significa que trabalham com base num material que, por si mesmo, tem a tendência de propiciar a tomada de decisões entre as alternativas de modo espontâneo.

Logo, ao tratar dos pores da causalidade de tipo superior, ou seja, aqueles mais sociais, é inevitável haver uma influência no pôr do fim teleológico sobre “as suas reproduções espirituais” (isto é, formas de se reproduzir do homem intelectualmente como filosofia, arte etc.) mesmo que elas venham a se tornar ciências, autonomizando-se da vida social. Portanto, não há como conceber o espelhamento como uma cópia imparcial das cadeias causais, por mais que se obtenha um conhecimento mais preciso e aprofundado das causalidades naturais do que aquele que se obtém no trabalho.

Quando tais conhecimentos são elevados a um grau mais alto de generalização, o que já acontece no começo da ciência em direção à sua autonomia, não é possível que isso ocorra sem que sejam admitidas, no espelhamento da natureza, categorias ontologicamente intencionadas, vinculadas à socialidade do homem.

Em primeiro lugar, qualquer pôr teleológico é, em última análise, socialmente determinado, e a posição do trabalho é determinada de modo muito claro pela necessidade, de cuja influência causadora nenhuma ciência pode livrar-se completamente. Isso, contudo, não constitui uma diferença decisiva. Porém em segundo lugar, a ciência põe no centro do próprio espelhamento desantropomorfizador da realidade a generalização das conexões. Vimos que isso já não faz parte, diretamente, da essência ontológica do trabalho, antes de tudo não faz parte de sua gênese. (LUKÁCS, 2013, p. 92).

Com isso, podemos entender que não há espelhamento neutro, nem mesmo no que diz respeito à ciência, pois quando a ontologia é elevada ao âmbito da consciência não há possibilidade de assumir uma posição de neutralidade diante de nenhuma práxis social. Nesse sentido, fica evidente a estreita relação entre teoria e

práxis, pois esta, em suas formas fenomênicas sociais concretas sofre influência, de modo amplo, das representações ontológicas que os homens possuem sobre a natureza. Daí o autor enfatiza que:

Por sua vez a ciência quando apreende com seriedade e de modo adequado a realidade, não pode evitar tais formulações ontológicas; que isso aconteça conscientemente ou não, que as perguntas e as respostas sejam certas ou erradas, que ela negue a possibilidade de responder de maneira racional a tais questões, não tem nenhuma importância nesse nível, porque essa negação de qualquer modo, age ontologicamente dentro da consciência social. E dado que a práxis social sempre se desenrola dentro de um entorno espiritual de representações ontológicas, tanto na vida cotidiana como no horizonte das teorias científicas, essa circunstância por nós referida é fundamental para a sociedade. (LUKÁCS, 2013, p. 92-93).

Daí cabe considerar o caráter dialético do trabalho constitutivo da peculiaridade da práxis sociais, visto que para se alcançar esse patamar de formas mais evoluídas da práxis é necessário que ocorra de modo gradual e não por meio de uma transferência direta. Isto significa que as condições ontológicas que favorecem o surgimento do trabalho estão relacionadas de modo implícito com a passagem de uma esfera do ser a outra, cuja mediação do trabalho realiza, de modo material, a relação nova do metabolismo entre homem e a natureza e, posteriormente, em formas mais complexas e desenvolvidas da práxis social esse metabolismo permanece como princípio insuperável e fundamento para a reprodução do homem na sociedade.

A partir disso, torna-se imprescindível entender as mudanças ontológicas resultantes do processo do trabalho que se dão devido ao salto de uma esfera do ser ao outro, isto é, do ser biológico ao ser social no comportamento humano. Para tanto, o autor explicita sobre tais esferas do ser: no ser inorgânico não existe nenhuma atividade e nem ato de consciência presente; já no âmbito do ser orgânico há produção, em níveis mais desenvolvidos, de interações entre o organismo e o meio, que se dão no processo de reprodução, mas são apenas reações biológicas aos fenômenos do meio e não orientadas por uma consciência e nem produzindo relação sujeito-objeto. É apenas no âmbito do ser social que podemos identificar uma orientação da consciência que se consolida na relação entre sujeito-objeto, em que o objeto se torna um produto da consciência, sendo apreendido sem interesses biológicos imediatos que a interliguem ao organismo desse agente intencional e ativo.

Dessa maneira, o autor nos mostra como o sujeito é constituído enquanto tal e, do mesmo modo, explicita que no complexo constituído pela execução de um trabalho, o pôr do fim e os meios para sua realização, que funcionam de modo causal,

jamais podem ser concebidos enquanto atos de consciência de modo isolados um do outro, mas se realizam de modo complementar, assim como ocorre na relação entre teleologia e causalidade.

Se concebemos essa estrutura originária do trabalho, entendendo o fato de a realização das cadeias causais postas nos propicia um princípio para avaliar se o pôr do fim foi certo ou errado, isto é, se atendeu à necessidade que a originou ou não. Em vista disso, se tomarmos o trabalho em si mesmo, no que diz respeito à relação entre teoria e práxis, é essa última que determina o critério absoluto da teoria. Em outras palavras:

No entanto, se é verdade que, de modo geral, as coisas se passam desse modo, e isso não somente no caso do trabalho em sentido estrito, mas também no caso de todas as atividades análogas de caráter mais complexo nas quais a práxis humana se encontra exclusivamente face à natureza (pense-se, por exemplo, nas experiências das ciências da naturais), também é verdade que é preciso dar maior concretização sempre que a estreita base material caracteriza o trabalho (e também a experiência isolada) é superada na atividade respectiva, isto é, quando a causalidade posta teoricamente de um complexo correto é inserida na conexão total da realidade, no seu ser-em-si intelectualmente reproduzindo. E isso acontece já na experiência, independentemente, num primeiro momento, de sua avaliação teórica. (LUKÁCS, 2013, p. 94).

Nesse sentido, a experiência surge tendo em vista uma generalização, pois ao colocar teleologicamente em movimento um conjunto de propriedades e forças, dependendo das suas interações determinadas, se pode concluir se uma relação causal posta corresponderia de modo hipotético à realidade, em que se possa ser adequada a uma prática futura. Consequentemente, a experiência permite fazer um julgamento sobre o certo e o errado, assim como no trabalho, elaborando um julgamento num nível mais alto de generalização que diz respeito a uma concepção formulada matematicamente acerca dos nexos factuais que são quantificáveis que caracterizam esses fenômenos. Disso resulta o aperfeiçoamento do processo do trabalho, não inviabilizando considerar a práxis como critério da teoria. Ao querer utilizar o conhecimento que se obteve desse modo para ampliar o próprio conhecimento torna-se mais complicado, pois:

Com efeito, nesse caso não se trata simplesmente de saber se um determinado e concreto nexos causal é apropriado para favorecer, no interior de uma constelação também concreta e determinada, um pôr teleológico determinado e concreto, mas também se quer obter uma ampliação e um aprofundamento etc. gerais do nosso conhecimento sobre a natureza em geral. Nesses casos, a mera compreensão matemática dos aspectos

quantitativos de um nexos material não é mais suficiente; ao contrário, o fenômeno deve ser compreendido na peculiaridade real do seu ser material, e a sua essência, assim apreendida, deve ser posta em concordância com os outros modos de ser já adquiridos cientificamente. Imediatamente, isso significa que a formulação matemática do resultado experimental deve ser integrada e completada por necessariamente – para além da vontade das pessoas que o realizam – numa interpretação ontológica. (LUKÁCS, 2013, p. 95).

Nessa perspectiva, identifica-se que as representações ontológicas são influenciadas pelo meio social, fazendo-se necessário compreender os fenômenos em sua peculiaridade real, do seu ser material para, a partir de então, apreender sua essência, devendo estar em concordância com os demais âmbitos. Independentemente do nível de consciência que se tem, todas as representações ontológicas que os homens possuem são influenciadas pela sociedade e pela vida cotidiana; por conseguinte, essas representações influenciam de modo determinante a práxis social, resultando num “poder social”. Cabe deixar claro que a práxis, para ser estabelecida como critério da teoria, não pode ser acrítica, ao contrário, deve ser empreendida uma crítica ontológica consciente e concreta, fundada em sua respectiva totalidade social e orientada para a mesma. Assim, o filósofo húngaro assegura:

Por isso, a crítica ontológica deve orientar-se pelo conjunto diferenciado da sociedade – diferenciado concretamente em termos de classes – e pelas inter-relações dos tipos de comportamentos que daí derivam. Só desse modo se pode aplicar corretamente a função das práxis como critério da teoria, decisiva para qualquer desenvolvimento espiritual e para quaisquer práxis social. (LUKÁCS, 2013, p. 98).

As mudanças ontológicas resultantes do processo do trabalho, na esfera do ser social, que faz com que o sujeito decida entre as alternativas que se apresentam, são determinantes para o surgimento de uma práxis, visto que tem como elemento determinante o “dever-ser” que, segundo Lukács (2013, p. 98), corresponde ao “[...] momento determinante imediato de qualquer ação intencionada que vise à realização deve por isso ser já esse dever-ser, uma vez que qualquer passo em direção à realização é determinado verificando se e como ele favorece a obtenção do fim. ” Nesse sentido, o “dever-ser” diz respeito à adaptação dos seres vivos a um ambiente transformado mediante as reações produzidas no organismo, conservando-se ou destruindo-se, pois, o fim idealizado na consciência – prévia ideação –, vem antes de sua realização e no decorrer do processo vai orientando cada passo até atingir o pôr do fim.

A essência ontológica do dever-ser no trabalho está voltado para o sujeito que trabalha, determinando não apenas o seu comportamento no trabalho como também o seu comportamento em relação a si mesmo, enquanto sujeito desse processo. Todas as capacidades do homem que são postas em movimento, orientadas para o exterior, tendo em vista a transformação e dominação do material do objeto natural que ocorre por meio do trabalho. Desse modo, “Quando o dever-ser, como é inevitável, apela a determinados aspectos da interioridade de sujeito, suas demandas são formuladas de tal maneira que as mudanças no interior do homem proporcionam um veículo para o melhor domínio do metabolismo com a natureza” (LUKÁCS, 2013, p.104). Com efeito, o dever-ser faz com que surja, pela primeira vez, no trabalho o autodomínio dos instintos do homem, isto é, um maior domínio sobre o entendimento a respeito de suas inclinações e hábitos que se manifestam biologicamente de modo espontâneo, passando a serem regulados e orientados pela objetividade desse processo que está fundada no trabalho.

O dever-ser do trabalho é considerado responsável por despertar e promover certas qualidades dos homens que, posteriormente, são de fundamental importância para formas mais desenvolvidas das práxis, referentes àquelas que pretendem induzir outros homens a realizarem determinados fins. Sua importância é constatada no seguinte trecho:

Por isso é tão importante, no que diz respeito ao dever-ser no trabalho, sua função enquanto realização do metabolismo entre natureza e sociedade. Essa relação é o fundamento tanto do surgimento do dever-ser em geral do tipo humano-social de satisfação de necessidades quanto da sua constituição, da sua qualidade particular e de todas as barreiras de determinação do ser que são geridas e determinadas por esse dever-ser enquanto forma de expressão de relações de realidade. [...] Como já vimos, o dever-ser no processo já contém, enquanto possibilidades de variados tipos, tanto objetivo quanto subjetivo. Quais dessas e de que modo se tornam realidade social depende do respectivo desenvolvimento concreto da sociedade e – também sabemos isto – somente se pode compreender tal desenvolvimento de maneira adequada, em suas determinações concretas, *post festum*. (LUKÁCS, 2013, p. 105-106).

É importante saber que existe uma correlação entre o dever-ser enquanto categoria do ser social e a questão do valor, pois o dever-ser apenas se propõe a cumprir seu papel de fator determinante da práxis subjetivas no trabalho, por se pretender valioso ao homem. Isto significa que o valor não se tornaria realidade neste processo, se não fosse capaz de colocar no homem que trabalha “o dever-ser” de sua

realização, enquanto princípio orientador das práxis. Portanto, ambas categorias são consideradas pelo filósofo húngaro como momentos de um único complexo comum, o trabalho. No entanto, diz Lukács (2013, p. 106):

No entanto, uma vez que o valor influi predominantemente sobre o pôr do fim e é o princípio de avaliação do produto realizado, ao passo que o dever-ser funciona mais como regulador do próprio processo, deve haver muitos aspectos diferentes em ambos enquanto categorias do ser social, embora isso não elimine a sua interdependência, antes a torne concreta.

Desse modo, é a partir do trabalho que se pode ter uma compreensão da gênese ontológica do valor, pois é por meio dele que se pode caracterizar o produto final de certo trabalho atribuindo ou não valor, visto que ele não é obtido diretamente de propriedades naturalmente dadas de um objeto, mas deve ser encarado como um modo fenomênico mais elevado do valor, o “valor de uso”. Esse, por sua vez, é adquirido a partir do momento em que um objeto produzido passa a ser considerado valioso de acordo com a satisfação de modo correto e mais adequado da necessidade, tendo, por conseguinte, uma relação de “se... então”, que é uma abstração orientada para a legalidade. O valor dos objetos, portanto, não diz respeito apenas aos valores em si mesmos como pores teleológicos, mas é o valor que confere uma objetividade social nesse processo. Então, quando o mundo vai se socializando cada vez mais, se complexificando, não produz apenas valores de uso, aqueles resultantes do metabolismo do homem com a natureza, mas surge o valor de troca¹⁵ que, de acordo com o autor, é desenvolvido numa esfera mais elevada da sociedade em que o homem se encontra enquanto um sujeito econômico.

Lukács nos aponta para o nexos indissolúvel e necessário entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, pois a práxis econômica consumada pelo homem mediante atos alternativos é constituída em sua totalidade

¹⁵ Sobre o *valor de troca*, Lukács (2013, p. 116) afirma: “[...] de um lado, o caráter de utilidade do valor sofre uma intensificação em direção ao universal, para o domínio de toda a vida humana, e isso acontece simultaneamente ao tornar-se cada vez mais abstrato da utilidade, na medida em que o valor de troca, sempre mediado, elevado à universalidade e em si mesmo contraditório, assume um papel de guia nos intercâmbios sociais dos homens, sem que com isso se possa esquecer que a vigência do valor de troca sempre pressupõe que este se baseie no valor de uso. O novo, então, é um desdobramento contraditório dialético, das determinações originárias, já presentes na gênese, e não a sua simples negação abstrata. De outro lado, esse mesmo desenvolvimento que conduziu à criação de formações realmente sociais como o capitalismo e o socialismo é em si mesmo contraditório, de um modo extremamente significativo e fecundo: a socialidade desdobrada da produção resulta num sistema imanente, que repousa em si mesmo, fechado em si mesmo, do econômico, no qual uma práxis real só é possível sobre a base da orientação para pores de fins e investigações dos meios imanentemente econômicos”.

como um complexo dinâmico e objetivo, cujas leis ultrapassam a vontade de cada homem singular, caracterizando assim uma realidade social objetiva, em que produz e reproduz o ser social. Isso significa que tanto são produzidas e reproduzidas relações que possibilitam o desenvolvimento superior do homem, bem como no próprio homem as faculdades que transformam as possibilidades em realidades. Logo, se pode afirmar, tendo em vista a concepção de Marx (2011a, p.594), que o “[...] próprio homem em suas relações sociais, sempre aparece como resultado último do processo de produção social”. O mesmo acontece em relação ao trabalho, mesmo que a essência real desse processo seja obscurecida no interior do processo econômico.

Até aqui foi demonstrado o percurso pelo qual o trabalho torna-se o modelo da práxis social, uma vez que possui um momento abstrato, no qual ocorre o espelhamento correto na consciência, estabelecendo a relação entre teleologia e causalidade para, então, finalizar num momento concreto, a externalização do mesmo. A partir disso, aprofundaremos os complexos que decorrem do processo do trabalho, ou seja, sobre as formas fenomênicas das condutas de vida especificamente humanas que advêm do trabalho, sendo desse modo, formas concebidas como “ontológico-geneticamente” partindo dele.

2.3 Os complexos ontológicos decorrentes do processo do trabalho

Lukács, aprofundando sua investigação acerca da gênese do ser social e assumindo a categoria do trabalho como aquela a partir da qual surgem os demais complexos sociais, trata sobre o lado fenomênico das formas de conduta de vida especificamente humanas, decorrentes do processo do trabalho que, por sua vez, são concebidas como “ontológico-geneticamente” proveniente dele. Para tanto, se faz relevante entender, inicialmente, sobre o fenômeno do distanciamento entre sujeito e objeto que advêm do trabalho, visto que, assim como Engels, o filósofo húngaro concebe que é através do distanciamento que surgem complexos como o da linguagem, da socialidade, da liberdade e etc. No decorrer deste tópico, daremos enfoque, principalmente, ao complexo da linguagem, socialidade e liberdade.

Desse modo, a linguagem se constitui como um complexo importantíssimo, sendo a base imprescindível para a constituição do ser social, pois surge devido à necessidade que o homem tem de dizer algo para outro, tendo como intuito a

realização de uma determinada atividade. Mediante esta necessidade, é desenvolvido um órgão correspondente e que é desenvolvido nos seres humanos para viabilizar o processo de comunicação que, no entanto, se distingue da comunicação que observamos no reino animal.

Em seu nível estritamente biológico, a comunicação encontra-se restrita aos instintos naturais, sendo comumente utilizado para alertar sobre perigo, para alimentação e para expressar desejo sexual. Engels (1979) já se referia a essa distinção, haja visto que a linguagem dos seres humanos traz consigo um salto ontológico que compreende essa distância entre sujeito-objeto. É evidente que o homem fala a partir de algo determinado, extraído de sua existência imediata em um duplo aspecto:

[...] primeiro, na medida em que isso é posto como objeto que existe de maneira independente; segundo – e aqui a distância parece ainda mais intensamente, se isso é possível -, empenhando-se por precisar cada vez o objeto em questão como algo concreto; seus meios de expressão, as suas designações são de tal modo constituídos que cada signo pode figurar em contextos completamente diferentes. (LUKÁCS, 2013, p. 127).

Assim, a reprodução dos signos linguísticos, por meio da comunicação, compreende o signo como algo separado dos objetos designados por ele, bem como há um da distância do sujeito que o expressa. Constituído dessa forma, o signo torna-se uma expressão intelectual ao se referir a um grupo inteiro de fenômenos determinados, podendo ser aplicado similarmente por sujeitos diferentes e em variados contextos. Essa sistemática não ocorre nas formas de comunicação animal, ao contrário, segundo Lukács (2013, p. 127): “constituem um componente orgânico do processo de vida biológico e, mesmo quando têm um conteúdo claro, esse conteúdo está ligado a situações concretamente determinadas próprias dos animais que tomam parte nele”.

Desse modo, é por meio da linguagem, fenômeno decorrente do trabalho, que é possível distanciar o sujeito do objeto e vice-versa. A partir daí a compreensão do objeto é efetivada, contribuindo, dessa forma, para uma ampliação de seu sentido ilimitadamente, como também possibilita o seu domínio pelo homem. A distância, seja na linguagem seja no trabalho, produz sempre, de modo crescente, diferenciações que possibilitam o surgimento de novas relações que se dão através da dialética entre meio e fim, contribuindo para as mediações entre o homem e o fim, bem como a práxis

social quando essa relação com a realidade se torna socialmente geral. Daí o autor afirmar:

É óbvio que, em uma ampliação das experiências de trabalho, surgem relações e estruturas inteiramente novas perante elas, mas isso não muda as coisas quanto ao fato de que essa diferenciação entre o imediato e o mediado – mesmo na sua existência simultânea que implica uma conexão necessária, uma ordem, uma sobreordenação, uma subordinação etc. – tenha se originado do trabalho. (LUKÁCS, 2013, p. 128).

Apenas por meio do distanciamento intelectual dos objetos que ocorre na linguagem pode, no entender do autor, caracteriza-la como um patrimônio comum de uma sociedade. Mesmo que suas origens sejam desconhecidas, ao observar o desenvolvimento das ferramentas utilizadas em períodos anteriores, torna-se possível investigar, de modo limitado, o desenvolvimento da linguagem a partir de um conhecimento *post festum*.

O fato de o desenvolvimento da linguagem humana representar um salto ontológico que caracteriza a passagem do ser meramente biológico para o ser social, não pode determinar, como já foi abordado anteriormente, a total exclusão do âmbito natural do ser humano, uma vez que este sempre se constituirá enquanto ser biológico. O que pode ocorrer é o que Lukács denomina de afastamento da barreira natural, ou seja, o ser humano passa a depender cada vez menos de seus instintos naturais, tendo a sua conduta orientada por aspectos cada vez mais sociais.

Desse modo, constatamos que o homem ao transformar a natureza por meio do trabalho acaba também por sofrer algum tipo de modificação interna, permitindo que ele tenha o domínio sobre si de modo consciente e intencional. Esse processo ocorre de modo espontâneo, por meio do pôr teleológico que necessita realizar uma prévia ideação¹⁶ do fim que se pretende alcançar com o trabalho, antes de ser realizado. Sendo assim, entendemos que “o homem que trabalha deve planejar antecipadamente cada um dos movimentos e verificar continuamente, conscientemente, a realização do seu plano, se quer obter o melhor resultado concreto possível” (LUKÁCS, 2013, p.129). Então, o trabalho requer como fundamento mais elementar o domínio do homem tanto sobre o seu próprio corpo

¹⁶ “No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limita a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, a finalidade pretendida, que, como ele bem o sabe, determina o modo de sua atividade com a força de uma lei, à qual ele tem de subordinar sua vontade.” (MARX, 2017, p. 256).

como também de sua consciência. Ao exercer esse papel ativo, o homem desenvolve uma relação qualitativamente diferente da condição animal, pois a consciência humana deixa de ser um epifenômeno biológico para tornar-se um momento essencial do ser social, ocasionando em um afastamento ininterrupto da barreira natural sem suprimi-la por completo. Dessa maneira, Lukács (2013, p. 130) afirma:

O homem, membro ativo da sociedade, motor de suas transformações e de seus movimentos progressivos, permanece em sentido biológico, um ente ineliminavelmente natural: sua consciência, em sentido biológico – apesar de todas as decisivas mudanças de função no plano ontológico -, está indissociavelmente ligada ao processo de reprodução biológica do seu corpo; considerando o fato universal dessa ligação, a base biológica da vida permanece intacta também na sociedade. Todas as possibilidades de prolongar esse processo, por exemplo através da aplicação do conhecimento etc., não podem alterar em nada essa vinculação ontológica em última instância da consciência com o processo vital do corpo.

A passagem acima atesta um fato ontológico imutável, a relação que existe entre ambas as esferas do ser, a do ser orgânico e o ser social. Porém, tal relação não deve ser simplificada, dado a complexidade da relação entre fenômeno e essência, ou consciência e corpo, num primeiro momento se apresentarem em uma dinâmica contraditória, mas constituem apenas momentos distintos do ser social: o primeiro fato objetivamente ontológico tem relação com a percepção de que a ação da consciência está ligada ao curso biológico do organismo vivo; o segundo fato se refere à existência da função dirigente que guia o corpo de modo determinante, ou seja, a consciência advinda do trabalho. Nesse sentido, é possível compreender o papel da consciência ao exercer o domínio sobre o corpo, sendo o mesmo um órgão executivo que está a serviço de pores teleológicos que são determinados e provenientes da consciência. É nessa perspectiva que se pode conceber a existência inseparavelmente ligada à ação da consciência. Lukács analisa esse fato fundamental ao ser social, do seguinte modo:

[...] um fato que se encontra mais além de toda dúvida, isto é o domínio da consciência sobre o corpo, de maneira um tanto forçosa origina na consciência humana a seguinte representação: a consciência – ou seja, 'a alma', concebida em termos substancialistas como sua portadora - não poderia guiar e dominar o corpo dessa maneira se não tivesse uma existência independente, qualitativamente diversa, se não possuísse uma existência autônoma dele. (LUKÁCS, 2013, p. 131).

Existe uma ineliminável unidade ontológica objetiva em que o ser da consciência não pode se constituir sem o ser simultâneo do corpo. Entretanto, o

filósofo húngaro concebe a possibilidade ontológica de um corpo sem consciência, desde que motivado por alguma doença que possa prejudicar o seu funcionamento. Contudo, não admite a possibilidade de uma consciência sem base biológica. Tal concepção, de nenhuma maneira, compromete o papel autônomo e dirigente da consciência em relação ao corpo, ao contrário, institui o seu fundamento ontológico.

A origem da consciência e o seu domínio, de acordo com Lukács, se dá a partir do trabalho, entendido como aquele processo que estabelece finalidades sobre o homem – sobretudo no próprio corpo e o comportamento crítico e distanciado que é adquirido sobre a sua própria pessoa – não havendo outra explicação, visto que mesmo sem saber, possui enquanto pressupostos as “autoexperiências dos homens” que, por sua vez, derivam do trabalho.

É demonstrado, então, outro caráter fundamental do trabalho que remete ao “devir homem do homem”, a saber, a liberdade. Dado a sua constituição ontológica, a liberdade se constitui como ponto de partida vital para o homem, impulsionando-o ao longo de toda a sua história. A liberdade, por ser um dos fenômenos mais complexos e multiformes do desenvolvimento social, se torna uma categoria difícil de investigar, dado as suas várias formas no âmbito do sujeito singular: a jurídica, política, moral, ética etc. Entretanto, Lukács demonstra ser possível realizar tal feito apenas se fosse investigado a gênese ontológica da liberdade a partir do trabalho. Tal investigação deve partir do caráter de alternativa dos pores teleológicos que existem nele, pois, de acordo com Lukács (2013, p. 138) “[...] é nessa alternativa que aparece, pela primeira vez, sob uma figura claramente delineada, o fenômeno da liberdade [...]”. Portanto, quando a consciência decide qual a finalidade quer estabelecer e o modo pelo qual se propõe a transformar as cadeias causais em cadeias postas, se constitui a liberdade.

Nesse sentido, o conceito de liberdade é definido da seguinte maneira: “[...] aquele ato de consciência que dá origem a um novo ser posto por ele.” (LUKÁCS, 2013, p. 138). Não se trata de uma concepção idealista, pois é pensada racionalmente como um momento da realidade, tendo um ato de decisão concreto dentre várias possibilidades concretas. Portanto, a relação estabelecida com a realidade, tendo intenção de transformar a realidade é evidenciado, caso contrário se torna uma especulação vazia. Então, para transformar a realidade é necessário que haja uma intenção em que o ato de decisão, por meio de mediações, seja orientado para a transformação da consciência de outros homens ou de sua própria consciência. Isto

corroborar com a concepção de que “A liberdade, enquanto característica do homem que vive em sociedade e age socialmente, jamais se encontra sem determinação.” (LUKÁCS, 2013, p.138). Este pensamento nos faz compreender que as decisões são orientadas de um modo ou de outro, acarretando um “período de consequências” em que o espaço de ação passa a ser limitado pelas circunstâncias.

Isso significa que a própria vida cotidiana apresenta ininterruptas alternativas que surgem inesperadamente. Tais alternativas exigem respostas imediatas, correndo risco de erro, caso não sejam bem-sucedidas. Desse modo é evidenciado outra determinação essencial da própria alternativa que consiste no fato de que para se tomar tal decisão não é necessariamente preciso conhecer todos os elementos, propriedades e consequências que compõem a situação, havendo uma certa liberdade nas decisões, mesmo que haja um “período de consequências” e isto não altera o seu fundamento. Nesse sentido, mesmo que as respostas dadas às alternativas sejam realizadas de modo concreto, “Com efeito qualquer pôr de trabalho tem seu fim concreta e precisamente delineado no pensamento; sem isso nenhum trabalho seria possível, ao passo que uma alternativa da vida cotidiana correspondente ao tipo acima descrito, muitas vezes, possui finalidades extremamente vagas e imprecisas.” (LUKÁCS, 2013, p. 139-140). Contudo, quanto mais apropriado é o conhecimento que o sujeito possui acerca dos nexos naturais, num dado momento, maior é a sua liberdade e, conseqüentemente, mais adequadamente as cadeias causais são transformadas em cadeias causais postas, legitimando o domínio que o sujeito exerce sobre elas. O pensamento do autor, portanto, sintetiza da seguinte forma:

[...] fica claro que toda decisão alternativa constitui o centro de um complexo social que conta com a determinidade e a liberdade entre os seus componentes dinâmicos. O pôr de um fim com o qual o ontologicamente novo aparece enquanto ser social é um ato nascente de liberdade, uma vez que caminhos e meios para a satisfação de necessidades não são mais efeitos de cadeias causais espontaneamente biológicas, mas resultados de ações decididas e executadas conscientemente. (LUKÁCS, 2013, p. 140).

O ato de liberdade, portanto, é determinado tanto pela necessidade quanto depende também das condições objetivas, havendo uma dupla presença nesse processo: a simultaneidade e a inter-relação de determinismo e liberdade. Nesse sentido, a liberdade para expressar uma alternativa deve ser por essência ontológica e concreta, pois “ela representa um determinado campo de força de decisões no

interior de um complexo social concreto no qual operam, simultaneamente, objetividades e forças tanto naturais como sociais. ” (LUKÁCS, 2013, p. 141). A liberdade se dá enquanto consequência ontológica do trabalho, visto que os objetos e os meios para a realização dos pores teleológicos tornam-se cada vez mais sociais, exigindo intensões cada vez mais sociais. Vale ressaltar que estas situações se tornam socialmente relevantes, apenas quando põem em movimento séries causais, de acordo com suas legalidades.

Desse modo, Lukács, afirma que quando o homem passa a agir de modo prático na sociedade, se depara com uma “segunda natureza”, ou seja, a busca pela transformação do curso das coisas num fim estabelecido por ele das coisas, independentemente de sua consciência individual, manifestando a marca da sua vontade. É apenas por meio do conhecimento correto do ser na natureza e do seu movimento obter o seu domínio prático, é essencialmente nisto em que o trabalho está baseado. Portanto, a liberdade está fundada em tais tomadas de decisões frente ao processo total da sociedade ou de seus momentos parciais. É sobre o fundamento do trabalho, ao tornar-se socializado, que surge um tipo novo de liberdade, que se diferem nos estágios mais primitivos, pois

O “material” dos pores causais que de agora em diante devem realizar-se nos meios é, portanto, de caráter social, trata-se de possíveis decisões alternativas de homens; por isso, de algo que, por princípio, não é homogêneo e que, além disso, se encontra em ininterrupta mudança. (LUKÁCS, 2013, p. 153).

Logo, o autor reconhece como ato de liberdade a conquista do domínio do homem sobre si mesmo, sobre a própria essência que, a princípio é naturalmente orgânica. Isto significa que a liberdade é fundada na socialidade do homem, por meio do trabalho. Portanto, se pode afirmar que o trabalho pode ser encarado como *locus* da gênese e do desenvolvimento de toda a liberdade, ultrapassando o entendimento inicial sobre o trabalho originário, aquele que remete à ideia de produtor de valor¹⁷ de

¹⁷ “[...] no processo de produção, enquanto momento do ciclo geral, a articulação dialética entre valor de uso e valor de troca, que não pode ser eliminada, emerge duas vezes: como é óbvio, na conclusão de cada etapa, pois é incontornavelmente necessário um valor de uso para realizar um valor de troca; mas também no início da etapa, quando o capitalista, para poder produzir, provê os meios de produção necessários, assim como a força de trabalho capaz de pô-los em movimento; ele compra essas duas coisas em função de seu valor de uso na produção.” (LUKÁCS, 2018, p. 326). Ver ainda MARX, 2017, p. 113-146.

uso, e alcançando um nível mais dinâmico e complexo da sociedade, principalmente em seu processo de reprodução.

Após explicitarmos sobre a relevância da categoria do trabalho na investigação da gênese do ser social em Lukács, entendendo-a como aquela categoria que promove o salto qualitativo no qual o indivíduo, não apenas transforma a natureza, mas, ao mesmo tempo, se transforma contribuindo para o desenvolvimento de uma socialidade, o autor nos permite compreender que o trabalho é uma categoria fundante do ser social, pois apenas efetiva sua existência no âmbito de um complexo social que se reproduz processualmente. Nesse sentido, a categoria do trabalho é de suma importância, compondo a peculiaridade do ser social e suas determinações. Entretanto, é preciso compreender que a investigação sobre o trabalho, sob um ponto de vista ontológico do ser social, só pode ser pensado levando em consideração sua inserção na totalidade social, necessitando de um aprofundamento da reflexão a partir da inter-relação entre os demais complexos que se afirmam e surgem mediante o trabalho, uma vez que tal categoria não pode, no entender de Lukács, ser investigado de forma isoladamente, pois a sua efetivação ocorre também e principalmente por meio da categoria de *Reprodução*.

3 A REPRODUÇÃO NA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL

Neste capítulo, abordaremos mais detidamente sobre a relevância da categoria da reprodução¹⁸ na efetivação do trabalho. Temos o intuito de demonstrar a intrínseca relação existente entre as categorias do trabalho e da reprodução, identificando esta última enquanto efetivadora do processo do trabalho, tendo em vista tudo aquilo que foi adquirido a partir do metabolismo do homem com a natureza – o conhecimento, as habilidades e as experiências – devem ser repassadas para os outros homens para que as próximas gerações não precisem reiniciar todo o processo de investigação das propriedades naturais. As mudanças produzidas a partir desse processo são de ordem qualitativas, em que os valores e os conhecimentos adquiridos não se limitam apenas à esfera natural, mas se ampliam ao passo que se tornam, cada vez mais, sociais.

Observa-se que existe uma distinção entre a esfera natural e a esfera social; esta distinção se dá em decorrência do trabalho, pois o mesmo, ao promover uma mudança qualitativa, viabiliza a passagem de uma esfera do ser orgânico à esfera do ser social. Essa transição é denominada salto ontológico, na qual são efetuadas modificações que conduzem o homem ao afastamento da barreira natural.

Além de entendermos a relação da reprodução com o trabalho, pretendemos demonstrar os traços que compõem a peculiaridade do ser social¹⁹, destacando a reprodução como um desses traços, pois o ser social tem sua existência garantida dado à sua ininterrupta reprodução, efetivando-se dessa forma. Isto significa, que o ser é por essência uma substância ininterruptamente modificável, no qual produz os traços específicos do ser social sempre de modo renovado. Desse modo, entendemos o ser social como um complexo de complexos, que viabilizam a continuidade do ser social.

¹⁸ De acordo com Vaisman e Fortes (2015, p. 246), “Lukács analisa o problema da reprodução no segundo capítulo da chamada parte sistemática de *Per l'ontologia dell'essere sociale* (1981) depois de ter caracterizado o complexo categorial do trabalho. É justamente no campo da reprodução, então tomada do ponto de vista ontológico, que se verifica a autoexplicação categorial humana, tanto no polo do gênero, quanto do polo individual”.

¹⁹ “[...] um tipo de análise que busca desvelar aquelas categorias que modificam a reprodução biológica da vida humana e, para além dela, a própria reprodução da sociabilidade. Ou seja, Lukács não nega a existência de processos reprodutivos no âmbito biológico, contudo, sua atenção incide fundamentalmente sobre aqueles processos de talhe eminentemente social, que têm a capacidade de modificar as bases biológicas dos processos reprodutivos e que conduzem ao ‘afastamento das barreiras naturais’.” (VAISMAN; FORTES, 2015, p. 247).

A característica substancial desse tipo de ser, preserva em si as suas características ontológicas constantes advindas de sua origem biológica. Portanto, esse vínculo entre as duas esferas do ser, natureza orgânica e a totalidade social, são polos indissolúveis que constituem o processo da sua reprodução, em que a reprodução biológica se torna condição imprescindível para o ser social. Sendo assim, toda e qualquer reprodução filogenética²⁰ possui como pressuposto a reprodução ontogenética, pois a primeira possibilita a mudança de espécies e categorias, possibilitando criar um “ambiente de complexos de complexos”; entretanto, sem a reprodução dos entes singulares – ontogenética – não pode ocorrer nenhuma reprodução filogenética, isto significa dizer que, primeiro, o ser se constitui biologicamente, para então, consolidar o gênero, garantindo assim a sua continuidade.

3.1 A inter-relação entre trabalho e a reprodução

Trataremos do processo do trabalho no âmbito do complexo social da reprodução, visto que a investigação acerca da categoria do trabalho não pode ser concebida de forma isolada, uma vez que esse processo somente se efetiva nas relações sociais, não se limitando apenas à transformação da natureza, mas além disso, pretendendo transformar a consciência de outros homens a realizarem determinados fins. Isto só é possível a partir da categoria da reprodução, situada pelo autor nos pores teleológicos secundários²¹. Consequentemente, devemos admitir que o fundamento ontológico do ser social se constitui “na inter-relação daqueles complexos de cujas ações e reações surge e se afirma o trabalho” (LUKÁCS, 2013, p. 159). Dessa forma, apenas por meio de uma análise ontológica do trabalho e da reprodução, poderemos constatar a verdadeira essência do ser social. Assim sendo, observamos que a categoria do trabalho tem seus atos orientados para além de si mesma, de forma contínua e necessária, propiciando condições não só para a

²⁰ Lukács afirma que “A reprodução filogenética pode dar-se na forma de constância e mudanças das espécies e categorias, ela pode inclusive criar para seu suporte um ambiente de complexos de complexos. (LUKÁCS, 2013, p. 257).

²¹ Sobre os pores teleológicos primários e os secundários, Lopes (2006, p. 32) afirma: “Trata-se aqui da subordinação da vontade ao objetivo, à teleologia primária, estabelecida pelo próprio homem levando em conta a causalidade natural. No âmbito das teleologias secundárias também é preciso uma subordinação da vontade ao objetivo levando em conta a causalidade, agora social; porém, em ambos os casos, não se trata de uma subordinação passiva, o que levaria a admissão de um determinismo”.

reprodução biológica, referente à preservação do indivíduo e da espécie, como também a reprodução social, regulada por mudanças internas e externas em relação a generidade humana.

A reprodução possui duas dimensões: uma dimensão biológica, relacionada às tendências reprodutivas²² do ser biológico, visando a perpetuação da espécie, na qual não é promovida uma mudança radical no meio ambiente; e uma dimensão social, na qual está vinculada por Lukács ao âmbito do ser social em que as tendências reprodutivas apresentam como consequência mudanças qualitativas no meio, ocorrendo de modo processual, desigual e progressivo. Nos interessa aprofundar acerca da reprodução em sua dimensão social, na qual o caráter ontológico objetivo de tais mudanças é constituído pela tendência desigual e progressista do trabalho que, por sua vez, é um pôr teleológico realizado conscientemente, tendo a capacidade de produzir mudanças qualitativamente distintas do âmbito natural permitindo um excedente para a reprodução da vida do indivíduo que realiza o trabalho.

Sendo assim, as mudanças que são provocadas pelo trabalho promovem consequências ontológicas na estrutura dinâmica da sociedade que são decisivas para o processo de reprodução do indivíduo como também para o seu processo de humanização. Dentre essas mudanças o filósofo húngaro destaca a divisão do trabalho, como a mais importante, pois ela se dá como uma “necessidade orgânica”²³. É a partir da divisão do trabalho que a cooperação é possibilitada, ainda que em estágios iniciais, implicando a necessidade de outra determinação importante: a comunicação, que se torna necessária aos homens que realizam o trabalho. Daí a linguagem se constituir como uma ferramenta de mediação ao possibilitar que o conhecimento seja fixado. A linguagem expressa de maneira múltipla a essência dos objetos, comunicando aquilo que surge a partir da relação entre homem e objeto. Nesse sentido, ela é considerada de suma importância para os pores teleológicos que têm como finalidade a orientação de outros homens a executarem um pôr teleológico

²² A melhor forma de abordar a questão da reprodução em Lukács é pela análise do complexo do trabalho, responsável pelo salto ontológico que “[...] destaca o homem das formas dos seres naturais, ao mesmo tempo em que – precisamente por ser o complexo originário – estabelece a peculiaridade dos processos sociais diante das dinâmicas comuns aos seres da natureza orgânica e inorgânica [...]” (VAISMAN; FORTES, 2015, p. 246).

²³ Cf. LUKÁCS, 2013, p.160.

desejado por aquele que anuncia. Constituída desse modo, a linguagem está presente em cada estágio da divisão do trabalho, e

Por essa razão, a linguagem se desenvolverá de modo ininterrupto simultaneamente com o desenvolvimento de trabalho, divisão do trabalho e cooperação, tornando-se cada vez mais rica, maleável, diferenciada etc., para que os novos objetos e as novas relações que forem surgindo possam ser comunicados. O domínio crescente do homem sobre a natureza se expressa diretamente, portanto, também pela quantidade de objetos e relações que ele é capaz de nomear. (LUKÁCS, 2013, p. 161).

A linguagem se desenvolve em paralelo com o desenvolvimento do trabalho, existindo uma relação entre ambos, que caracteriza o fato ontológico de que esses complexos obtêm real efetivação quando concebidos como partes integrantes do complexo maior do qual fazem parte. O caráter de complexo constatado na linguagem, se dá devido a palavra ser compreensível e comunicável de acordo com o seu contexto e para aqueles que nele estão inseridos. Portanto, para existirem precisam estar inter-relacionados entre si. Nesse sentido, o autor afirma que o ser social é um complexo de complexos que reproduz sua totalidade.

Assim, sendo até o estágio mais primitivo do ser social representa um complexo de complexos, onde se estabelecem ininterruptamente interações, tanto dos complexos parciais entre si quanto do complexo total com suas partes. A partir dessas interações se desdobra o processo de reprodução do respectivo complexo total, e isso de tal modo que os complexos parciais, por serem – ainda que apenas relativamente – autônomos, também se reproduzem, mas em todos esses processos a reprodução da respectiva totalidade compõe o momento predominante nesse sistema múltiplo de interações. (LUKÁCS, 2013, p. 162).

Desse modo, observamos que o trabalho, a divisão do trabalho e a linguagem são complexos que possuem em comum o fato ontológico de se relacionarem entre si e fazerem parte de um complexo maior. A divisão do trabalho produz ações e relações por possuir um alcance mais amplo, tornando-se cada vez mais puramente sociais, sendo considerado pelo autor enquanto um complexo, visto que seus atos devem ser considerados no âmbito do processo no qual participam e, igualmente, outros diversos grupos originários da divisão do trabalho devem estar em inter-relação, não podendo existir e funcionar de maneira independente.

A constituição da divisão do trabalho se fundamenta nas características biológicas que diferenciam os seres humanos entre si. A partir do momento que ocorre o afastamento da barreira natural, os momentos biológicos ficam sem segundo plano,

pelo fato dos momentos provenientes do social se sobreporem ao princípio biológico. Os valores e valorações, conseqüentes dessa divisão, possuem um alcance mais amplo que se tornam, cada vez mais, puramente sociais, principalmente no que diz respeito aos atos teleológicos que têm como intuito provocar em outros indivíduos a realização de determinados pores teleológicos. Para que isso ocorra, é necessário um certo grau de conhecimento dos indivíduos que estão envolvidos, como o conhecimento das propriedades dos objetos naturais e as forças que se relacionam com a execução do trabalho. Esse conhecimento não está reduzido apenas ao âmbito natural, pois possui também um caráter social.

Pense-se, nesse tocante, antes de tudo, nos efeitos daqueles atos que teleológicos que visam provocar em outros homens a vontade de realizar certos pores teleológicos. Para que possam funcionar com êxito já num estágio primitivo, eles exigem conhecimento por parte dos homens envolvidos, nas quais se pretende despertar esse querer, do mesmo modo que os pores do trabalho no sentido estrito exigem conhecimento dos respectivos objetos naturais, forças naturais etc. que entram em cogitação para aquele trabalho. Esse conhecimento, por sua natureza, vai além do meramente biológico, possuindo caráter social. (LUKÁCS, 2013, p. 163).

Apesar disso, as tentativas de se identificar o percurso histórico da divisão do trabalho, desde sua origem até os dias atuais, não obtiveram êxito nessa busca, sendo considerado impossível de apreender. Independente disso, Lukács recomenda concebê-la enquanto consequência e não uma causa, daí afirmar que o início dessa divisão se dá “[...] quando as ocupações singulares se autonomizam na forma de ofícios manuais” (LUKÁCS, 2013, p. 164). Em seguida, com o surgimento da técnica, a divisão do trabalho se torna autêntica, pois serve como a base e, posteriormente, implica a diferenciação das profissões, tendo como pressuposto social a geração de produtos necessários à vida, em que cada um tenha condições de suprir suas carências, sem necessariamente ter fabricado diretamente tais produtos.

O desenvolvimento da divisão do trabalho implica no desenvolvimento de categorias sociais cada vez mais importantes, servindo como ponto de partida do ser social. Com a evolução da divisão do trabalho são produzidos valores de uso que excedem as necessidades. Porém, ainda continuarão existindo necessidades que não podem ser satisfeitas por certas atividades, fazendo com seja necessária uma especialização de trabalhos, devendo existir grupos de pessoas que realizem atividades que sejam imprescindíveis para a manutenção e reprodução da vida.

A partir disso, entendemos a divisão do trabalho como pressuposto para a relação mercantil, em que inicialmente encontra-se direcionado a uma economia fundamentada na autossustentabilidade dos indivíduos e, posteriormente, é direcionada para uma economia baseada na troca de mercadorias, que passa a ser a “forma dominante da reprodução social” e ocorre da seguinte forma:

A conversão dos produtos do trabalho em mercadoria constitui, portanto, um estágio, mais elevado da socialidade, da dominação da sociedade por categorias de movimento de cunho cada vez mais puramente social, e não mais de cunho apenas natural. Constatamos essa dinâmica no fato de que do trabalho, do seu desenvolvimento imanentemente necessário, brota uma divisão do trabalho cada vez mais abrangente e ramificada e, de modo correspondente, no fato de que o desenvolvimento da divisão do trabalho impele na direção do intercâmbio de mercadorias, assim como este, por seu turno, retroage na mesma direção sobre a divisão do trabalho. (LUKÁCS, 2013, p. 165).

O trabalho promove o afastamento da barreira natural, entendido enquanto um “tornar-se-sempre-mais-social” (LUKÁCS, 2013, p. 166). Assim, o resultado da necessidade da troca de mercadoria é um desdobramento da divisão do trabalho, tendo a concepção do valor como critério para regular as atividades econômicas, passando a ser um papel significativo no processo da reprodução do ser. A partir disso, a categoria do valor de troca²⁴ é considerada puramente social, que se torna real em correlação com o valor de uso²⁵. Esta é a mediação existente entre os homens

²⁴ Marx (1996, p. 57-58) afirma que “O valor de uso só tem valor para o uso, e se efetiva apenas no processo de consumo. O mesmo valor pode ser utilizado de modos diversos. Contudo, a soma de suas possíveis utilidades está resumida em seu modo de existência como coisa com propriedades determinadas. Além disso, o valor de uso é determinado não só qualitativa como quantitativamente. [...] Ser valor de uso parece ser pressuposição necessária para a mercadoria, mas não reciprocamente, pois ser mercadoria parece ser determinação indiferente para o valor de uso. O valor de uso em sua indiferença ante a determinação econômica formal, isto é, o valor de uso em si mesmo, fica além do campo de investigação da Economia Política. Apenas entra em seu círculo quando é determinação formal. O valor de uso é diretamente a base material onde se apresenta uma relação econômica determinada – o valor de troca. O valor de troca se aparece primeiramente como relação quantitativa, em que valores de uso são trocáveis entre si. Em tal relação formam eles a mesma grandeza de troca. [...] Como valor de troca, um valor de uso é exatamente tanto valor quanto o outro, bastando apenas estar à mão na porção certa. O valor de troca de um palácio pode ser expresso em determinado número de latas de graxa para botas. Inversamente, fabricantes londrinos de graxa têm o valor de troca de suas muitíssimas latas expresso em palácios. Totalmente indiferente, portanto, ao seu modo natural de existência, e sem consideração à natureza específica da necessidade para a qual os valores de uso, as mercadorias cobrem-se umas às outras em quantidades determinadas, substituem-se entre si na troca, valem como equivalentes e, apesar de sua aparência variegada, apresentam a mesma unidade. Os valores de uso são imediatamente meios de subsistência. Mas, inversamente, esses meios de subsistência são eles próprios produtos da vida social, resultado da força vital humana gasta, trabalho objetivado. Como encarnação do trabalho social, todas as mercadorias são cristalizações da mesma unidade”.

²⁵ Aquele valor no qual um dado objeto natural é socialmente transformado, compreendendo a sua utilidade para a vida humana.

e o comércio, mediante o valor de troca, fazem surgir as relações sociais que são fundamentais para a práxis humana, juntamente com a conscientização, tornando-se decididamente mais sociais. Em consequência disso, o tempo de trabalho social e individual exigido para a produção de determinado objeto passa a ser central na compreensão do ser social, daí Lukács (2013, p. 167) afirmar que “Quanto mais universal a disseminação do valor de troca, tanto mais clara e nitidamente o tempo de trabalho socialmente necessário ocupa o lugar central enquanto fundamento econômico de sua respectiva magnitude”.

A partir do desenvolvimento da divisão do trabalho e da especialização das profissões, surge outro elemento regulador importante: o tempo de trabalho socialmente necessário no interior do processo de produção capitalista, que resulta na criação de produtos através dos quais adquirem valor de troca. Portanto, o tempo é outro fator determinante para a divisão do trabalho em que desempenha duas funções: por um lado, atua como reguladora da proporção correta de diversas funções de acordo com diferentes necessidades, como também serve como medida da parcela individual dos produtos no trabalho comum.

Entendendo a categoria da reprodução como aquela que efetiva o processo do trabalho, sendo fundamental a compreensão do ser em geral, não podemos concebê-la sem levar em conta o seu fundamento irrevogável, a saber, a constituição biológica do ser, pois:

Em termos biológicos, as características fundamentais e elementares da vida se chamam nascimento, vida e morte, as quais não possuem nenhuma analogia no ser físico; elas são consequências diretas desse fato ontológico fundamental. Como o ser social tem como base irrevogável o homem enquanto ser vivo, está claro que essa forma de reprodução deve constituir um momento igualmente irrevogável também na reprodução social. Mas apenas um momento, pois da ação social conjunta dos homens visando à reprodução de sua vida, que permanentemente compõe o fundamento ontológico de todas as suas ações cooperativas, surgem categorias e relações categoriais totalmente novas, qualitativamente distintas, que, como já vimos e ainda veremos, têm um efeito modificador também sobre a reprodução biológica da vida humana. (LUKÁCS, 2013, p. 170).

Admite-se que a principal distinção entre a esfera natural e a esfera social está no trabalho, que promove uma distinção qualitativa ao propiciar uma superação de fatores em um nível inferior de ser, efetuando modificações, tanto em conteúdo como em forma de reprodução, porém, sem eliminar a esfera biológica de sua constituição. Já as mudanças qualitativas, ocasionam o afastamento da barreira

natural, pois as diferenciações demonstradas pelas mudanças categoriais realizadas pelo trabalho, na esfera social, são capazes de ocasionarem mudanças na esfera biológica do ser. Isto pois “[...] o pôr teleológico que o produz, a decisão alternativa que necessariamente o precede consiste de forças motrizes reais que determinam a estrutura categorial, que não têm qualquer semelhança com os motores da realidade natural.” (LUKÁCS, 2013, p. 172).

A especificidade do ser social se evidencia, segundo Marx (2010, p. 105), a partir da reflexão do termo “natureza”, no qual demonstra que o ser humano por sua própria vontade, de modo espontâneo, possui intensão de realizar em si as determinações de sua genericidade humana²⁶. Lukács admite essa concepção marxiana enquanto peculiaridade do ser social, mais nítida na reprodução, pois no interior dela estão situados os complexos de atividade denominados de educação, responsável pela capacitação dos indivíduos para reagirem de modo adequado aos acontecimentos imprevisíveis que venham a ocorrer. Existe uma concepção em sentido amplo de educação e em seu sentido estrito, porém, não é recomendado traçar limites entre elas, pois:

[...] em primeiro lugar, que a educação do homem – concebida no sentido mais amplo possível – nunca estará realmente concluída. Sua vida, dependendo das circunstâncias, pode terminar numa sociedade de tipo bem diferente e que lhe coloca exigências totalmente distintas daquelas, para as quais a sua educação – no sentido estrito – o preparou. (LUKÁCS, 2013, p. 176).

A educação em seu sentido mais estrito, o processo educacional, produz efeitos sobre a constituição biológica do ser humano, sendo constatados, mediante sua observação, que os motivos primários das mudanças que ocorrem no ser possuem caráter social, e não biológico²⁷. Afinal, toda a sociedade considera importante que seus membros possuam certa quantidade de conhecimentos, habilidades e comportamentos, por sua vez, essas são consequências de necessidades sociais. Se as circunstâncias que foram modificadas durarem por um longo tempo, também exercerão certos efeitos sobre a constituição física e psicológica dos indivíduos. As tradições, que são reproduzidas pela educação no sentido mais

²⁶ Cf. LUKÁCS, 2013, p.176.

²⁷ Lukács no que diz respeito sobre as mudanças de caráter social na constituição biológica do ser, se serve da afirmativa de Marx (2011a, p.47): Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com mão, unha e dente.”

amplo, podem desaparecer, se a reprodução da sociedade lhe tirar as possibilidades de desdobramentos, de exercício de influência, de procurar alternativas concretas presentes e perspectivas de alternativas futuras, incorrendo em fracasso. Em relação à essência da educação, Lukács (2013, p. 178) afirma que:

[...] consiste em influenciar os homens no sentido de reagirem a novas alternativas de vida de modo socialmente intencionado. O fato de essa intenção se realizar – parcialmente – de modo ininterrupto ajuda a manter a continuidade na mudança da reprodução do ser social; que ela, a longo prazo, fracasse – parcialmente – de modo igualmente ininterrupto constitui o reflexo psíquico não só do fato de essa reprodução se efetuar de modo desigual, de ela produzir constantemente momentos novos e contraditórios para os quais a educação mais consciente possível de seus fins só consegue preparar insatisfatoriamente, mas também do fato de que, nesses momentos novos, ganha expressão – de modo desigual e contraditório – o desenvolvimento objetivo em que o ser social se eleva a um patamar superior em sua reprodução.

Com isto, percebemos de modo enfático que o desenvolvimento do ser social, constituído num patamar superior, se dá no sentido ontológico, visto que reproduz a si mesmo tornando-se mais complexo e mais social. Desse modo, observamos que o seu próprio ser é construído a partir de categorias sociais, processo no qual ocorre uma integralização das “comunidades humanas singulares”, por conseguinte, constituindo um ser humano não-mais-mudo, que desdobra a individualidade humana de maneira multilateral, isto é, social. Portanto, se deve conceber que quanto mais o processo do trabalho se torna avançado, mais complexo se torna o ser social, na medida em que descobre e realiza novos meios de satisfação das necessidades, impondo tanto a sua própria disseminação no plano social como também requerendo uma divisão de trabalho não só técnica como também social para o seu aperfeiçoamento. É nesse sentido que a divisão do trabalho, advindo do processo de reprodução, atribui um novo caráter ontológico à estrutura do ser social, pois:

[...] aparece assim como consequência do desenvolvimento das forças produtivas, mas como uma consequência que, por sua vez, constitui o ponto de partida de um desenvolvimento ulterior, que surgiu imediatamente a partir dos pores teleológicos singulares dos homens singulares, porém que, uma vez existente, defronta-se com os homens singulares na forma de poder social, de fator importante de seu ser social, influenciando e até determinando este; tal poder assume em relação a eles um caráter autônomo de ser, embora tenha surgido dos seus próprios atos laborais. (LUKÁCS, 2013, p. 179).

Os pores teleológicos, mesmo num estágio mais primitivo da divisão do trabalho, se apresentam de duas maneiras: 1) como pores teleológicos direcionados para a transformação da natureza, para satisfação de necessidades humanas; 2) como pores que têm a pretensão de direcionar ou orientar a consciência de outros indivíduos para a execução de determinados pores desejados. A partir disso, quanto mais o trabalho se desenvolve e, conseqüentemente, a divisão do trabalho, mais as formas dos pores teleológicos secundários se autonomizam, conseqüentemente, a reprodução social se efetiva na práxis dos homens, visto que “a realidade do ser social se manifesta de modo imediato no homem” (LUKACS, 2013, p.180). Em seguida, estas ações passam a se encaixarem umas nas outras resultando em um complexo de relações entre indivíduos; posteriormente essa dinâmica é operacionalizada socialmente.

Com efeito, a genericidade humana humano se desenvolve, conferindo ao ser humano um caráter diferencial, pois o impele a responder às alternativas que são resultados de suas ações. Nesse sentido, percebemos que o gênero humano humano se constitui como uma categoria histórico e social, que se desenvolve de modo desigual e contraditório. Nesse sentido, a estrutura interna do ser social se constitui de modo complexo devido conter em si, a conjunção de categorias antagônicas e heterogêneas. Isto não quer dizer falta de estruturação, ao contrário, no plano ontológico o ser social pressupõe uma interação ininterrupta entre as esferas do ser que possibilitam a sua reprodução e nisto consiste a peculiaridade do ser social, já que é por meio dela que o ele se efetiva. Conseqüentemente, o devir homem do homem, isto é, o tornar-se social, pressupõe o afastamento da barreira natural, em que as determinações biológicas vão sendo decididamente desvinculadas, dando lugar ao fortalecimento das forças e relações sociais.

Desse modo, o ser social, ao ser analisado sob a perspectiva ontológica, evidencia a necessidade do ser em relação à reprodução biológica, sendo ponto de intersecção entre a natureza orgânica e o ser social. Isto significa que ela é a base ontológica constitutiva de todas as categorias mais complexas e mediatas desse nível do ser. Portanto, a reprodução, de acordo com a sua prioridade ontológica, se faz presente em todas as atividades e práxis humana, efetivando o processo de trabalho e, em contra partida, o mesmo se encontra a serviço imediato da reprodução. Nesse sentido, admitimos o trabalho enquanto a gênese ontológica do ser social, cujos momentos da reprodução biológica da vida vão adquirindo um caráter cada vez mais

social, viabilizando o aparecimento de determinações totalmente novas em relação à reprodução biológica da vida, como concomitantemente admitimos também, por outro lado, que a dialética do trabalho, da sua divisão, “[...] inserem também no processo de reprodução aquelas atividades que têm uma conexão apenas remotamente mediada com a reprodução biológica, que já possuem uma constituição social cada vez mais pura.” (LUKÁCS, 2013, p. 195).

Assim, a superação da mudez se dá mediante o trabalho, o qual põe em movimento pores teleológicos que promovem mudanças tanto objetivas como subjetivas. Logo, a sua reprodução filogenética deixa de ser apenas biológica, pois modifica-se a tal ponto que se torna socialmente sólida e dominante. Conseqüentemente, quanto mais as formações sociais se desenvolvem e se ampliam, havendo maior interação social entre elas e de modo intenso, mais a consciência se aproxima de um pôr, da humanidade enquanto uma unidade filogenético-social do generidade humana humano, ou seja, faz com que o ser humano se sinta pertencente ao generidade humana. É nesse sentido que podemos identificar o modo pelo qual o processo do trabalho e a sua divisão permitem, ao possuir uma inter-relação com a reprodução do ser social, representar um dos principais traços que compõe a peculiaridade do ser social.

3.2 A reprodução como traço da peculiaridade do ser social

Após entender como se constitui a relação entre a categoria do trabalho e a categoria da reprodução, sendo esta aquela que efetiva o trabalho e, por conseguinte, aquela que compõe a peculiaridade do ser social, cabe compreendermos melhor a essência dessa categoria e situá-la enquanto principal traço que compõe tal peculiaridade. Nesse sentido, cabe considerar que o ser social se efetiva a partir do momento em que tem sua existência garantida, sua ininterrupta reprodução. Isto significa que o ser é por essência ininterruptamente modificável, no qual produz os traços específicos do ser social sempre de modo renovado, ou seja, esses traços trazem consigo mudanças qualitativamente intensas. Assim, o ser social é concebido como um complexo de complexos, que viabilizam a sua continuidade. Nisto consiste a característica substancial do ser social, preservando em si as características ontológicas constantes da sua origem biológica.

Esse vínculo entre as duas esferas do ser, natureza orgânica e a totalidade social²⁸, são polos que constituem o processo da sua reprodução, em que a reprodução biológica se torna condição imprescindível para o ser social, uma vez que

Naturalmente, cada ser vivo realiza o seu ser em determinado entorno – orgânico e inorgânico – concreto, cuja constância ou mudança influi decisivamente no processo biológico de reprodução tanto no sentido ontogenético como no sentido filogenético. (LUKÁCS, 2013, p. 201-202).

Entretanto, a garantia da continuidade da espécie, tem sua reprodução permitida ou impedida de acordo com o meio, que determina a sua conservação ou extinção. Então, o ser vivo singular, no seu processo de reprodução, encontra-se “[...] por um lado, diante da totalidade da natureza inorgânica e orgânica e, por outro lado, numa relação de interações concretas com momento parciais individuais, orgânicos e inorgânicos, dessa totalidade.” (LUKÁCS, 2013, p. 202).

O ser social demonstra em sua estrutura básica uma polarização entre dois complexos dinâmicos contrapostos no processo de reprodução: o homem em sua singularidade e a sociedade. O ser humano se constitui, em princípio, enquanto um ser biológico, pertencente à natureza orgânica e de modo ascendente parte dessa base biológica para produzir formas puramente sociais. Esse processo é denominado “devir homem do homem”, momento no qual ocorre a humanização do ser humano, que se dá na inter-relação do indivíduo com o ambiente possibilitado pelo pôr teleológico no trabalho, assim promovendo a capacidade do ser interferir no meio que o cerca, submetendo-o de maneira conscientemente e intencional. A partir disso, o homem sai de seu estágio de mera adaptação biológica às circunstâncias, para modifica-las, reorientando suas ações de modo socialmente ativo. Nisto consiste o fundamento ontológico do ser social, explicitado da seguinte maneira pelo autor:

O homem como ser vivo não só biológico, mas ao mesmo tempo como membro trabalhador de um grupo sócia, não se encontra mais numa relação imediata com a natureza orgânica e inorgânica que o circunda, nem mesmo consigo, como ser biológico, mas todas essas interações inevitáveis são mediadas pelo *médium* da sociedade; mais exatamente, como a sociabilidade do homem representa seu comportamento ativo e prático em relação seu meio ambiente como um todo, essa mediação ocorre de modo tal que ele não aceita mais simplesmente o meio e suas transformações nem se adapta, mas

²⁸ Sobre a totalidade social, Vaisman e Fortes (2015, p. 248) afirmam que “Lukács sustenta que a totalidade social seja a síntese dos atos individuais. Uma vez constituída, essa totalidade produz uma dinâmica processual que se apresenta diante dos homens como um conjunto de nexos causais que suscitam problemas para os quais os indivíduos buscam respostas, como forma de criar as condições necessárias à reprodução de suas vidas, no sentido mais lato do termo”.

reage ativamente a eles, contrapondo as mudanças do mundo exterior um mundo de sua própria práxis, no qual a adaptação à irrevogabilidade da realidade objetiva e ser novos pores do fim que lhe correspondem formam uma unidade indissociável. (LUKÁCS, 2013, p. 204).

Admitindo que, ao interferir e transformar a natureza, o indivíduo também se modifica fazendo com que surjam necessidades sociais que se dão de modo espontâneo, promovendo o aparecimento de novas formas da divisão do trabalho bem como o surgimento de novas práticas entre os indivíduos, interferindo também no âmbito biológico do ser, daí afirmar que

[...] é preciso ver claramente que as modificações que assim se efetuam nos próprios homens possuem um caráter precipuamente social; na medida em que essas modificações têm um efeito biológico (e em correspondência, psicológico), ela comporta adaptações da existência física do homem à sua condição social recém-alcançada. (LUKÁCS, 2013, p. 204).

É expresso, assim, um dado ontológico fundamental do ser social: ele não se reduz a um ser meramente biológico, mas também faz parte de um grupo social, relacionando-se não só com a natureza orgânica, como também uns com os outros tendo como *médium* a sociedade, em que os pores teleológicos no trabalho dão início a um processo dinâmico e irrestrito. Isto significa dizer que, a partir de um pôr teleológico, surgem sempre novos pores, possibilitando o surgimento de totalidades complexas, propiciando a mediação entre homem e natureza de modo cada vez mais social. Desse modo, a reprodução do trabalho e sua divisão se tornam o médium da mediação cada vez mais imbricado, englobando cada vez mais todo o ser dos homens a tal ponto de ser difícil identificar os casos singulares. Porém, nada que por meio de uma análise de base ontológica do metabolismo da sociedade com a natureza não fosse possível identificar.

É nesse processo de modificação do próprio homem que se dá a dialética do conscientemente intencionado e do espontâneo, pois a reprodução social dos homens requer uma reação, por meio de decisões em relação às alternativas que são postas mediante o metabolismo entre homem e natureza. Ao executar de modo prático tais decisões, novas possibilidades são permitidas ao homem. Dessa forma, Lukács (2013, p. 206) explica:

Ora ao serem enquadradas na reprodução social dos homens, de forma socialmente fixada, as alternativas postas e respondidas corretamente[...] são postas como partes integrantes do fluxo contínuo da reprodução do homem singular e da sociedade consolidando-se, ao mesmo tempo, como

crescimento da capacidade de vida da sociedade em sei todo e como difusão e aprofundamento das capacidades individuais do homem singular.

A reprodução, constituída dessa forma, compõe a peculiaridade do ser social ao demonstrar um caráter particular, o de sua continuidade que, por sua vez, é o traço essencial de todo ser possibilitado pelo fenômeno originário do trabalho, pois é por meio dele que se corporifica a generidade do homem. Assim, o trabalho enquanto ato do homem singular²⁹, é concebido socialmente, elevando-o para a generidade devido viabilizar o salto ontológico da animalidade, até então muda, tornando-o consciente. É apenas tendo consciência de si que o ser humano se constitui, isto é, o seu “ser-para-si”, daí o filósofo húngaro afirmar que é “o gênero humano não mais mudo deve estar presente como tal também na consciência dos homens”. (LUKÁCS, 2013, p. 207). A consciência que é tratada aqui, não se refere a uma consciência de um ser já pronto, alcançado, afinal como o ser não está acabado e sim em contínuo desenvolvimento, assim também ocorre com a consciência. Desse modo, o ser-para-si da generidade humana humano já se encontra presente no “devir homem do homem”, corporificado pelo trabalho que estabelece a relação do indivíduo singular e o gênero humano. No âmbito do ser social, só podem surgir novas formas de continuidade a partir do momento que se adquire essa consciência para alcançar um novo “ser-para-si”.

Diante disso, podemos conceber a consciência como órgão da continuidade, visto que representa certo nível de desenvolvimento do ser, mantendo aquilo que já foi alcançado no decorrer do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, serve como base para o que ainda está por ser alcançado de acordo com o estágio correspondente do ser. Assim:

O que até aqui foi exposto esclarece a condição resultante, a saber, que a relação correta entre o processo geral em sua continuidade objetiva e aquela consciência que consolida definitivamente a realidade deste não pode jamais ser apreendida adequadamente quando não se procura compreender a consciência ontologicamente, como momento real do desenvolvimento social, [...]. (LUKÁCS, 2013, p. 209).

²⁹ No entender de Vaisman e Fortes (2015, p. 249), “Aqui se revela o elemento decisivo da ontologia de Lukács: a ineliminável interação entre os atos singulares dos indivíduos com aquelas leis que marcam decisivamente as tendências mais gerais do processo, como é o caso da reprodução. Esses atos modificam e dão curso a outras tendências, mas não excluem ou se autonomizam em face do conjunto de tendências igualmente determinantes da efetividade. Pelo contrário, são também por ela determinados. Em suma, o elemento decisivo aqui destacado retoma a tese de que os homens fazem a própria história, porém não com plena consciência e domínio das tendências e dinâmicas por eles postas em curso”.

A consciência, por sua vez, articula o presente, o passado e o futuro que ocorre na práxis cotidiana do homem, possuindo uma função real na continuidade do processo social. A reprodução do homem singular mesmo que venha a ter supremacia na vida individual, seus atos práticos, independentemente da consciência do indivíduo, pertencem objetivamente à esfera da genericidade. Daí o autor afirmar que:

Desse modo, surge, não só no processo total objetivo que está na base da vida cotidiana, mas também nas manifestações da vida cotidiana que ocorrem em conformidade com a consciência, uma união entre o particular-individual e o genérico-social que não pode ser dissociada e nem delimitada. (LUKÁCS, 2013, p. 210).

Isto significa dizer que, a partir do grau de sintetização dos atos individuais, torna-se possível sua transformação em orientações sociais. Quando atingem esse patamar, o momento social se coloca em primeiro plano, deixando oculto, muitas vezes, as meras particularidades. Isso ocorre de tal maneira que quando o ser humano se depara com essa tendência na vida cotidiana, elas já têm exercido influência sobre ele enquanto forças sociais, enfatizando, assim, o caráter genérico-social. Tais sínteses dão destaque à continuidade do ser social, corporificando um tipo de memória da sociedade que conserva conquistas do passado e do presente, servindo como ponto de apoio para o desenvolvimento superior no futuro.

O processo de continuidade, por sua vez, precisa de um médium na consciência dos homens que se constitui ao mesmo tempo como elemento fático do ser social, tendo uma função dinâmica de evidenciar a particularidade daquele ser. Admite, então, a consciência como um médium, portador e preservador da continuidade em que se adquire um “ser-para-si”. De acordo com o autor, isso se dá quando “A conservação de fatos passados na memória social influencia ininterruptamente todo acontecimento posterior” (LUKÁCS, 2013, p.211), significando que o conhecimento e/ou experiência acumulados, servem como base para futuros acontecimentos, sendo aplicados em termos práticos em novas situações. A partir de então, é evidenciada a importância da consciência³⁰ no processo de reprodução e continuidade do ser social.

³⁰ “Por essa razão, a continuidade fixada na consciência é mais multifacetada, mais rica em determinações, etc. do que poderia ser sem esse componente. A desigualdade do processo também experimenta uma intensificação em função disso, já que o caráter alternativo da práxis humana desempenha nesse ponto um papel importante; de fato, da conservação do passado, em termos de

Para compreendermos a peculiaridade da continuidade do ser social, é necessário identificar quais as condições que a viabilizam para, então, elencar as propriedades gerais do *médium* que a torna real. Nesse sentido, ao examinar a totalidade da realidade social, apreendida *post festum*, tendo como base de investigativa o método marxiano³¹, é evidenciado que o uso da linguagem também faz parte dos fatos sociais determinantes, compondo a complexidade e a peculiaridade do ser social. A linguagem se constitui como órgão e médium dessa continuidade no âmbito do ser social. Para tanto, deve ser observado as conquistas que se dão no desenvolvimento biológico, cabendo distinguir a forma de comunicação desenvolvida nos seres humanos da forma de comunicação que se dá entre os animais. Esta última, se dá devido uma mera adaptação biológica e instintiva na compreensão de sinais; já a comunicação desenvolvida entre os homens, exige um salto ontológico. Deve-se assim, observar o seguinte:

Tomemos como exemplo as lâmpadas verdes e vermelhas no trânsito ferroviário, nos cruzamentos de ruas das cidades grandes, nos sinais que regulam o trânsito de automóveis nas estradas, nos sinais com flâmulas dos navios etc. Em todos esses casos – tanto no dos homens como no caso dos animais -, um determinado sinal inconfundível prescreve a necessidade incondicional de reagir de certa maneira a ele. A reação pretendida nesse caso é de cunho automaticamente incondicional. Não se deve atravessar a rua com o sinal vermelho em nenhuma circunstância; isso não é ocasião para refletir ou tomar alguma decisão a respeito, exatamente assim como não o é quando uma galinha dá o sinal para que os pintinhos se escondam diante da aproximação de uma ave de rapina. Ainda sem examinar mais de perto o caráter de tais sinais, é possível constatar nos dois casos que eles sempre sinalizam determinados momentos singulares, isolados, da vida e não se encontram em nenhum tipo de conexão constitutiva de continuidades. (LUKÁCS, 2013, p. 213).

O surgimento da linguagem de acordo com Lukács está associado simultaneamente ao surgimento do trabalho³², pois o filósofo húngaro concorda com a perspectiva de Engels que admite ser a partir do trabalho que se manifesta a necessidade de os homens terem algo a dizer uns para os outros, configurando desse modo um *médium* social. Assim, “Ao promover o aparecimento da linguagem para o

consciência, de modo algum decorre de forma mecanicamente direta a sua aplicação, mesmo que se trate de uma condição favorável a isso; a aplicação é sempre mais que um simples sim ou não a uma alternativa social, tendo também o como, o quanto etc. da aplicação sempre um caráter alternativo.” (LUKÁCS, 2013, p. 211).

³¹ Materialista histórico-dialético.

³² “Engels vincula corretamente o surgimento da linguagem ao do trabalho e constata, também corretamente, que ela surge necessariamente quando os homens têm algo a dizer uns para os outros.” (LUKÁCS, 2013, p. 216).

novo produzido por ele, para os novos procedimentos de sua produção, para a cooperação em tais atividades etc., o homem cria um médium do intercâmbio humano no nível da nova generidade”. (LUKÁCS, 2013, p. 216-217). Daí considerar o caráter genérico do trabalho: este se eleva acima da particularidade, independente dos tipos de estados de consciência em que estejam; na linguagem também se dá do mesmo modo.

A linguagem se configura como um instrumento social de validação dos pores teleológicos secundários, que têm como intuito orientar os homens a realizarem determinados fins. Tal processo deve passar necessariamente pela consciência para que se alcançar a generidade humana, transpondo a particularidade. Para tanto, é necessário que os indivíduos envolvidos nesse processo se encontrem, linguisticamente, na mesma esfera de generidade, pois aquilo que é expresso por meio da linguagem representa o pertencimento a um determinado grupo humano, que primeiro, passa por uma orientação individualizante, tornando-se, posteriormente, uma comunidade de individualidades. Então, a linguagem é concebida como tentativa de espelhamento e fixação da realidade, pois em seu interior estão presentes ambiguidades nas palavras que conduzem à individualização. Esta fragilidade da linguagem, contudo, não deve atrapalhar sua função social que é consolidar e fixar determinações gerais, função extremamente importância para o intercâmbio social humano de conhecimentos e experiências. Admitimos, portanto, que a linguagem, surgida de modo ontológico, satisfaz uma necessidade social surgida em decorrência da relação dos homens com a natureza e entre si, característica de toda língua viva em que:

Por um lado, expressões da vida cotidiana deslocam-se ininterruptamente para uma esfera de generalização cada vez maior, ininterruptamente palavras da linguagem cotidiana adquirem tal significado extremamente generalizado [...]. Por outro lado, e simultaneamente, dá-se um movimento oposto na direção de um determinar individualizante, como surgimento de novas palavras ou de novas nuances e significados das palavras em uso. (LUKÁCS, 2013, p. 222).

Desse modo, podemos observar que essas tendências ocorrem na totalidade dinâmica, cujo movimento contraditório, característico do ser social, também faz parte da peculiaridade da linguagem, sendo reproduzida como um meio mais adequado para a satisfação dessas tendências, a saber aquelas que preservam na consciência aquilo que é oriundo da práxis social e, ao mesmo tempo, dá

continuidade para além do nível que se encontra na solução de problemáticas, daí o surgimento de novas palavras. Entretanto, a continuidade não se trata apenas de um mero registro daquilo que foi alcançado pelo desenvolvimento e pela fixação. Além disso, deve progredir ininterruptamente para estágios mais complexos no qual a dialética da superação consiste na “[...] a unidade contraditória do preservar e do seguir adiante” (LUKÁCS, 2013, p. 223). Assim, contexto do ser social, a linguagem é o médium que possibilita a continuidade, satisfazendo progressiva e dinamicamente o processo social da reprodução.

Nesse sentido, a mudez do ser humano enquanto gêneridade humana, só será superada ao abandonar o seu caráter de epifenômeno, quando a consciência passa a participar ativamente na formação da essência do ser social. Portanto, a linguagem pode ser concebida como “uma autêntica manifestação do ser social”, pois seu funcionamento faz com que sejam fixados na consciência as novas formas de atividades que são adquiridas por meio do metabolismo da sociedade com a natureza, conferindo um caráter transformador ao elevá-lo a um nível superior. Consequentemente, considerada imagem e expressão daquilo que o gênero conquistou de acordo com seu estágio de desenvolvimento, logo é um autêntico complexo social dado a sua dinâmica, em que, por um lado, desenvolve uma legalidade própria, ao mesmo tempo que possui uma dependência em relação às mudanças históricas e sociais.

Diante do que foi apresentado até aqui, concebemos que não há um único complexo no âmbito do ser social que possa se desenvolver ou existir sem a mediação da linguagem, pois seu caráter é universal, sendo o órgão mediador entre o homem e a natureza, ou o órgão que viabiliza o intercâmbio entre homens. Em consequência disso, observa-se que a linguagem se dá e se renova na vida cotidiana, orientada pelas necessidades reais, âmbito no qual os seres humanos reagem. Nesse sentido, não existe apenas um grupo de humanos que seja portador da reprodução da linguagem, mas sim, toda a sociedade é portadora, ao passo que cada membro exerce influência através de seu comportamento na vida. Isto significa que todos constroem ativamente a linguagem e o modo como ela se constitui.

Essa universalidade e espontaneidade da linguagem propiciam uma análise favorável de complexos qualitativamente distintos do ser social, devendo ser analisados historicamente, dado que o seu desenvolvimento histórico-social de um

complexo em um estágio mais elevado possui uma relação com seus primórdios, mesmo que de modo antagônico.

A regulação jurídica das atividades sociais também faz parte da peculiaridade do ser social visto que ela se dá ainda em estágios inferiores da divisão do trabalho – simples cooperação –, em que se faz necessário um sistema judicial que regule os deveres de cada ser humano singular, do modo mais exato possível, embasado pelo processo concreto do trabalho. Entretanto, tal regulação atua na influência dos participantes, na realização de pores teleológicos secundários, por meio da cooperação. Estes pores, por sua vez, se caracterizam como alternativas que podem ser bem ou mal executados. Porém, a comunidade em sua totalidade busca evitar os fracassos individuais para se manter e proteger.

É a partir dessa necessidade de proteção que se faz preciso a criação de um sistema judicial, que visa um ordenamento social. Sua implementação, num primeiro momento, ainda se constitui supérflua, estando a cargo de pessoas mais experientes da comunidade, como os anciões ou guerreiros. Porém, quando há uma mudança na esfera da divisão do trabalho na sociedade, com a instauração da escravidão, e na esfera econômica, quando há o intercâmbio de mercadorias, introduzindo as desigualdades sociais que até então não existiam, são viabilizadas as condições para uma regulação social que, gradativamente, resulta no sistema judicial conscientemente posto, não mais orientado pela tradição como se dava nos primórdios. A partir de então, com a vida social inserida no âmbito judicial surge um grupo de seres humanos que têm como atribuição social a imposição das metas desse complexo pela força³³.

Admitindo que desde os primórdios da divisão social do trabalho e da cooperação, a sociedade é marcada pelo antagonismo de classe³⁴, simultaneamente, surge a necessidade de uma regulação dos deveres de cada um dos envolvidos nesse processo, tendo em vista influencia-los a realizar os pores teleológicos que resultam em decisões no plano geral da cooperação. Com a crescente socialização do ser social, a regulação do complexo de problemas requer uma figura própria para a resolução dos mesmos, pois “quanto mais avança o desenvolvimento da sociedade, o antagonismo entre senhores e escravos de modo algum constituiu o seu único antagonismo de classe [...]. Num nível mais elevado de sociabilidade, a partir da troca

³³ Cf. LUKÁCS, 2013, p. 230.

³⁴ Cf. ENGELS; MARX (2019).

de mercadorias, essa luta de classes se constitui devido às formas de apropriação do mais-trabalho, tendo em vista também os antagonismos das mediações econômicas. Então, o direito, surgido em virtude da sociedade de classe é essencialmente um “direito de classe”, um sistema que visa a orientação da sociedade fundada nos interesses e no poder da classe dominante.

O surgimento do estado de direito – direito positivo –, passa a ser um regulador da vida cotidiana em que os atos e os riscos no seu interior podem ser calculados de modo similar ao que ocorre no mundo econômico. Sendo assim, o direito passa a ser tratado como uma área definida no sentido lógico, ou seja, pode ser manejada através da lógica jurídica fechada em si mesma e até autossuficiente. Nesse sentido, podemos observar a relação que existe entre o direito positivo e a factualidade socioeconômico na vida cotidiana. Ambas priorizam conduzir a generidade a um nível mais elevado. A justiça que resulta daí, pretende harmonizar a peculiaridade dos homens em sua individualidade em relação ao julgamento de seus atos. O sistema jurídico, por sua vez, não se limita apenas a instruções, positivas ou negativas, para regular o agir prático, mas deve visar, em termos prático-sociais, eliminar todas as contradições provenientes da práxis social, pois:

O funcionamento do direito positivo está baseado, portanto, no seguinte método: manipular um turbilhão de contraindicações de tal maneira que disso surja não só um sistema-unitário, mas um sistema capaz de regular na prática o acontecer social contraditório, tendendo para a sua otimização, capaz de mover-se elasticamente entre polos antinômicos – por exemplo, entre a pura força e a persuasão que chega às raias da moralidade –, visando implementar no curso das constantes variações do equilíbrio dentro de uma dominação de classe que se modifica de modo lento ou mais acelerado, as decisões em cada caso mais favoráveis para essa sociedade, que exerçam influências mais favoráveis sobre a práxis social. (LUKÁCS, 2013, p. 247).

Lukács concebe a sociedade como um complexo de complexos, não aprofundando detalhadamente cada um de seus complexos singulares e sua relação dinâmica no interior da sociedade. Contudo, para apresentar os problemas metodológicos de modo mais claro, escolhe a linguagem, dado sua formação espontânea reproduzida no cotidiano dos homens de modo involuntário e inconsciente, e o sistema jurídico, caracterizado como função especial das atividades humanas reproduzidas somente quando a divisão social do trabalho institui e delimita tal tarefa a um determinado grupo humano e especializado. É possível identificar em cada complexo social a inter-relação entre espontaneidade e uma participação

consciente. Tais complexos possuem princípios em termos metodológicos-conceituais delimitados; porém, concretamente é difícil identificar com clareza.

A inter-relação existente entre todos os complexos sociais é mediada pela consciência humana e, por conseguinte, é impossível que um homem não interaja com uma pluralidade de complexos ao longo da vida. Sendo assim, ao entrar em contato com um determinado complexo social, o homem tem sua consciência transformada, pois cada complexo requer uma reação específica por parte dos homens singulares responsáveis pela efetuação dos pores teleológicos. Essa reação, apesar disso, possui um caráter alternativo, pois cada consciência humana pode se modificar de diversos modos, em relação a distintos complexos. Disto, pode ocorrer, segundo Lukács, deformações na personalidade humana que se relacionam com o estranhamento. Portanto, as determinações das personalidades humanas são provenientes de suas relações práticas com o meio social, com os outros homens e na relação entre homem e natureza, com os demais complexos sociais em sua totalidade.

A partir do entendimento de que o ser social é composto por complexos, em que estes se relacionam entre si, cabe observar que estas relações se dão de acordo com uma dinâmica específica, a da sua prioridade ontológica, isto significa dizer que um complexo mantém uma relação de interdependência em relação a outro, sem perder suas especificidades. Daí aprofundarmos os estudos acerca da relação entre a reprodução filogenética e a reprodução ontogenética, com a qual Lukács explicita a dinâmica da relação de prioridade ontológica dos complexos de complexos.

3.3 A relação entre reprodução filogenética e reprodução ontogenética: relação de prioridade ontológica dos complexos de complexos

Após compreender que os complexos sociais do ser possuem uma inter-relação entre si, traço imprescindível do caráter ontológico, se faz necessário compreender a dinâmica desses complexos e a sua reprodução. Nessa perspectiva, admitimos que se deve entender o ser social em sua totalidade, concebendo o trabalho enquanto princípio da socialidade que promove a relação ontológica entre natureza orgânica e o ser social, tendo como principal característica possuírem a reprodução, tanto ontogenética como filogenética, enquanto momento predominante

e decisivo em relação à passagem de uma esfera do ser a outra. Essa relação é descrita da seguinte maneira:

[...] por ocasião da gênese de algo novo deste tipo, surgem fenômenos de caráter transitório, que jamais levaria ao nascimento, à consolidação, à autoconstituição do novo estágio do ser se forças do novo tipo do ser não desempenhassem o papel de momento predominante nas – irrevogáveis – interações com as forças dos tipos antigos do ser. (LUKÁCS, 2013, p. 253).

Desse modo, devemos ter em mente que o ser social, considerado qualitativamente superior à natureza orgânica, possui de modo irrevogável os momentos biológicos de sua reprodução, estando preservados nos componentes físico-químicos. Cada vez mais sua reprodução torna-se mais social. Assim, o desenvolvimento de um nível inferior de ser para o nível superior, alcançado pelo ser social em relação ao seu fundamento biológico, segundo Lukács, não pode se dá no âmbito da externalidade física, como na natureza orgânica, mas sim deve ser internamente, visto que “A reprodução física do homem enquanto ser vivo biológico é e permanece o fundamente ontológico de todo e qualquer ser social.” (LUKÁCS, 2013, p.254). Esse fundamento, em contrapartida, possui como modo de existência sua ininterrupta transformação no social, isto significa que essa reprodução social tende a tornar-se cada vez mais social:

[...] por um lado, criação de sistemas (complexos) de mediação, visando realizar essas mudanças e ancorá-las na realidade funcionando dinamicamente, e, por outro, retroação desse meio ambiente autocriado [...] como retroação que pode ser aplicada a cada homem singular que, a partir de sua própria atividade, é modificado pelos seus objetos, socializado em seu ser biológico. (LUKÁCS, 2013, p. 254).

Nota-se uma distinção dinâmico-estrutural entre a natureza orgânica e o ser social, pois, neste último, é apresentado a conexão entre reprodução ontogenética e filogenética e, por conseguinte, o momento da generidade presente nele. A generalização, presente no processo do trabalho, de acordo com Lukács, está relacionada com a criação de algo totalmente novo. Isto significa que não possui ligação com a reprodução no âmbito da natureza, pois não é produzido por “forças espontâneas”, mas é criado a partir de um pôr teleologicamente consciente. Esse novo ser socialmente operante na generidade, passa a intervir no processo do trabalho, sendo afirmado em cada ato singular do trabalho – mediante a divisão do

trabalho – e conduzindo cada trabalhador para uma maior socialidade que, por sua vez, passa a influenciar cada vez mais os pores teleológicos de cada homem.

Sendo constituído desse modo, essa socialidade é entendida pelos homens como uma “segunda natureza”, isto é “[...] como um ser que existe de forma totalmente independente do seu pensar e querer.” (LUKÁCS, 2013, p. 255). Essa segunda natureza, ontologicamente dada, segundo o filósofo húngaro, se apresenta como apenas uma transformação efetuada pelo gênero³⁵ humano da primeira natureza. Logo, a segunda natureza é apenas uma produção do próprio ser humano. Contudo, de forma nenhuma, é desconsiderada a existência da segunda natureza, visto que ela não é uma mera aparência.

Assim, compreendemos que toda e qualquer reprodução filogenética³⁶ possui como pressuposto a reprodução ontogenética, pois a primeira possibilita a mudança de espécies e categorias, possibilitando criar um “ambiente de complexos de complexos”; entretanto, sem a reprodução dos entes singulares – ontogenética –, não pode ocorrer nenhuma reprodução filogenética. Isto significa dizer que primeiro o ser se constitui biologicamente para, então, se consolidar enquanto gênero. Assim, é evidenciado que o processo de reprodução possui um fundamento puramente biológico, sendo a base para esse processo, não desaparecendo mesmo que o ser seja condicionado socialmente. Nesse sentido, a relação de um modo de ser com os demais não possuem um posicionamento hierárquico de valores, mas se dão em uma relação de prioridade ontológica, em que se constata factualmente que “a reprodução biológica da vida constitui o fundamento ontológico de todas as manifestações vitais; aquela que é ontologicamente possível sem estas, mas não o contrário.” (LUKÁCS, 2013, p. 258).

A cooperação de atividades humanas que possibilitam a reprodução ontogenética, de acordo com Lukács, se distinguem em dois aspectos: a princípio, a reprodução deve efetivar-se na prática e, por conseguinte, a existência humana deve ser assegurada, pois as primeiras formas de cooperação³⁷ são desenvolvidas a partir

³⁵ Lukács utiliza o termo “gênero” no sentido de “espécie humana”, utilizaremos também esse termo com o mesmo sentido que o autor.

³⁶ Lukács (2013, p. 257) afirma que “A reprodução filogenética pode dar-se na forma de constância e mudanças das espécies e categorias, ela pode inclusive criar para seu suporte um ambiente de complexos de complexos”.

³⁷ O autor (LUKÁCS, 2013, p. 259) assim afirma que “Fica claro que, enquanto a defesa da vida humana com relação aos animais selvagens desempenhou um papel importante, a caça, que foi uma das primeiras formas de cooperação, constitui uma atividade que servia à reprodução genética nas duas direções”.

da necessidade de defesa à vida humana. Já num estágio mais desenvolvido da socialidade, é importante a apreensão correta da chamada “dialética de forças e economia”, importante para a proteção da existência humana, na qual a economia se caracteriza como o momento predominante, possibilitando o surgimento de princípios específicos para manter a vida humana.

A partir disso, resulta a realidade social, observada ontologicamente, demonstrando seu traço específico, o caráter dialético, denominado por Hegel como *identidade da identidade e da não identidade*³⁸, que constitui também a estrutura do ser social³⁹, essa relação dialética se demonstra da seguinte maneira: o ser social, ao se contrapor a natureza orgânica, necessita criar, preservando ainda a sua unidade. Nesse processo, os pores teleológicos são aprimorados por meio dessa relação dialética, inicialmente de modo espontâneo e, posteriormente, de modo consciente, formando conexões objetivas dinâmicas com leis próprias que, por sua vez, efetivam os pores por suas mediações.

Nesse sentido, o desenvolvimento do ser social, em sua reprodução ontogenética, impõe uma diferenciação do “passar-de-um-ao-outro” que, ao mesmo tempo, preserva a unidade originária e, do mesmo modo, se contrapõe a esse “outro”, demonstrando um caráter dinâmico. Constituída dessa forma, a reprodução ontogenética deve ser compreensível por si própria, ou seja, que o produto qualitativamente novo produzido pelo trabalho permite a distinção do ser social na sua especificidade. Em níveis superiores, o desenvolvimento do trabalho, e de sua divisão, proporciona condições para uma produção que extrapola suas reais necessidades humanas, proporcionando, no que diz respeito ao fenômeno econômico, o surgimento de estruturas totalmente novas na sociedade, que Lukács (2013, p. 266) identifica como a “[...] estrutura de classes e tudo o que dela decorre”.

A partir disso, temos como resultado a estratificação social, pois em níveis menos desenvolvidos, a força bruta corresponde à apropriação do trabalho em relação

³⁸ O filósofo húngaro discorre, sobre isso: “Justamente nesse ponto é fácil de ver que as mais importantes descobertas dialéticas de Hegel muito pouco têm de um caráter precipuamente lógico, sendo, muito antes, sobretudo constatações engenhosamente generalizadas de complexidades do ser e, enquanto tais, geralmente – e nesse ponto de modo particularmente evidente – do tipo que revelam a estrutura específica do ser social.” (LUKÁCS, 2013, p. 264).

³⁹ Sobre isso, Lukács (2013, p. 264) afirma: “[...] é particularmente característico do ser social que uma necessidade em última análise unitária, sem renunciar à sua unidade, pode formar para a própria satisfação ‘órgãos’ muito diversificados, nos quais a unidade originária simultaneamente é abolida e preservada, os quais, por isso mesmo, realizam em sua estrutura interna essa identidade da não identidade nas mais diversas formas concretas”.

a outros homens. Disto decorre que a defesa da existência humana não se restringe apenas à comunidade humana em geral e/ou do homem em particular, mas passa a se estender para a defesa da formação econômica. Nesse sentido, a defesa encontra-se direcionada contra aqueles homens que se opõem a essa estrutura da sociedade e do seu funcionamento, concebidos como “inimigos em potencial”.

Em vista disso, temos uma dupla consequência em relação ao ser social: por um lado, a conservação biológica da existência e da possibilidade de reprodução passa a constituir a conservação do status socioeconômico; por outro lado, a crescente socialização do ser social se objetifica na cotidianidade, seja em relação aos oprimidos, seja em relação aos opressores, a partir do momento que há a substituição da força bruta pela regulação jurídica. Esse processo de adequação se dá de modo demorado e desigual, sem que a força bruta desapareça totalmente, apenas permanece em “latência predominante”, enquanto força policial para possíveis conflitos.

Isso nos leva a perceber que o complexo econômico, enquanto momento predominante, se reproduz produzindo sempre novas formas de “mais trabalho”, de sua apropriação e de sua distribuição em decorrência do crescimento de suas forças produtivas, dentro da dinâmica concreta de seu desenvolvimento no qual o homem reage concretamente em termos sociais. Dessa forma, o aspecto econômico, por sua vez, não é uma realidade objetiva indiferente à existência humana, e sim corresponde à síntese da legalidade e dos pores teleológicos que os homens devem efetuar necessariamente durante a sua vida. Isto não significa que há uma contraposição entre “mundo objetivo puro” – das leis – e “mundo da pura subjetividade”, ao contrário, deve-se entender que os

[...] complexos dinâmicos do ser social, cujo fundamento fático é constituído – dentro e fora da vida econômica – por pores teleológicos singulares, sendo que nunca será demais repetir que a prioridade ontológica de determinada espécie e, relação a outra nada tem a ver com problemas de valor. (LUKÁCS, 2013, p. 269-270).

Em relação à questão da autonomia dos complexos singulares, se deve considerar que sua influência e interação, em termos de ser, são bastante variadas, como também o momento predominante nem sempre vai desempenhar o mesmo papel, uma vez que quanto mais o ser social se afasta da barreira natural, mais as

classes se desenvolvem socialmente, mais relevante se torna o papel subjetivo de se pensar na totalidade do ser, deixando de lado a individualidade.

Nesse sentido, o complexo econômico corresponde ao momento em que a autorreprodução da vida humana e a natureza inorgânica e orgânica estão indissolúvelmente vinculadas, viabilizado pela realizado pelo homem a partir do trabalho, no qual ele vivencia as legalidades naturais e as transforma, de tal maneira, que produz e reproduz a vida social dos homens.

O processo ontológico do trabalho, constitui o fenômeno que dá origem à economia, sendo o ponto de intersecção entre as legalidades provenientes da natureza e aquelas da sociedade. Isto significa que “Todo trabalho pressupõe o conhecimento das leis da natureza que regem aqueles objetos e processo que o pôr teleológico do trabalho intenciona aproveitar para fins humano-sociais” (LUKÁCS, 2013, p. 275). Assim, sempre surgem nesse processo novas interações, cada vez mais complexas, visto que o desenvolvimento do trabalho oferece condições para o descobrimento tanto de novas legalidades como de novas formas de aplicações para aquelas que já são conhecidas.

Daí entender que o trabalho é influenciado e determinado pelas legalidades da natureza como pelas da economia, sem ser reduzido a uma homogeneização em relação a tais leis, mas sim como um “ser-propriadamente-assim”, que advém dessas interações. O mesmo ocorre com os complexos sociais mais desenvolvidos, como Lukács (2013, p. 276) nos indica:

[...] cresce constantemente o número das leis da natureza que podem e devem ser mobilizadas em favor da reprodução econômica, mas simultaneamente o processo do trabalho adentra uma conexão, tanto extensiva como intensivamente sempre crescente de forças sociais com suas leis.

Desse modo, quanto mais complexa for a formação social, melhor será definida a prioridade ontológica do seu “ser-propriadamente-assim” em relação às legalidades singulares que contribuem para a sua existência. Todo esse processo ontológico que foi explicitado, não é válido somente para a esfera econômica, mas também influencia todos os complexos sociais em sua totalidade. Assim, “quanto mais mediadas forem as relações de um complexo desse tipo em relação à economia propriamente dita, com evidência tanto maior vem à tona essa prioridade do ser-propriadamente-assim [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 276).

Nesse sentido, essa intenção ontológica direcionada para o ser propriamente-assim está associada a uma dinâmica histórica, isso significa que é possível que acontecimentos similares possam ter consequências opostas, a depender não especificamente das propriedades em si, mas sim, da função que elas podem cumprir no complexo que a remete. Por conseguinte, o filósofo húngaro admite a síntese marxiana ao afirmar que os “[...] acontecimentos que mostram uma analogia contundente, mas que se passam em ambientes históricos distintos e, por isso, levam a resultados totalmente diferentes”. Daí considerar que essa concepção se opõe a fórmulas universais para a resolução de determinadas situações e necessidades, visto que os pores teleológicos, uma vez postos em movimento, fazem surgir uma gama de outros pores a partir daqueles iniciais, não garantindo resultados semelhantes. Com isso, podemos conceber que a concepção ontológica da historicidade esteja vinculada a tudo para que seja possível obter resultados objetivamente efetivos.

Foi elucidado até aqui, a dinâmica e o modo pela qual se estabelecem as relações entre complexos sociais, organizando-se de acordo com sua prioridade ontológica e não mediante uma hierarquização. Isto significa que toda e qualquer reprodução filogenética possui como pressuposto a reprodução ontogenética. Identificando que o desenvolvimento do trabalho, e de sua divisão social, proporcionaram condições para uma produção que extrapola suas reais necessidades humanas, viabilizando o surgimento do complexo econômico, concebido enquanto momento predominante da totalidade social, que, por sua vez, corresponde à intersecção entre as legalidades provenientes da natureza e aquelas da sociedade, constituindo, assim, a base material para a reprodução da generidade humana e de seus entes singulares. Esse seria o pressuposto fundamental para a compreensão da reprodução social em sua totalidade e suas autênticas determinações, assim como se faz relevante reconhecer que o ser social nada mais é do que um complexo de complexos, no qual a reprodução se dá de modo multifacetado e variado, sendo suas interações organizadas de acordo com o momento ontologicamente predominante.

Nesse sentido, devemos ter em mente de modo muito claro essa prioridade do todo em relação às partes do complexo total; caso contrário, se corre o risco de uma autonominação das forças que determinam os complexos parciais no interior de uma totalidade. Quando isso ocorre, “[...] tornamos incompreensíveis as contradições e desigualdades do desenvolvimento, que se originam das inter-relações dinâmicas dos complexos singulares e sobretudo da posição ocupada pelos

complexos parciais dentro da totalidade.” (LUKÁCS, 2013, p. 305-306). Portanto, tal compreensão influirá diretamente no modo como se compreende adequadamente a realidade, visto que sua peculiaridade é determinada não apenas pela sua própria legalidade, mas, ao mesmo tempo, pela sua posição e função no interior da totalidade social. Não levar em consideração esta relação de prioridade ontológica, que compõe o ser social e a totalidade social, traz como consequência o estranhamento, conduzindo a uma não participação do processo real, gerando distorções, sendo condição indispensável para a compreensão abrangente da sociedade.

4 A REPRODUÇÃO COMO FUNDAMENTO DO “SER-PARA-SI”

Neste capítulo, pretende-se explicitar o complexo da reprodução enquanto fundamento do ser-para-si, uma vez que proporciona as condições de efetivação do ser social enquanto exemplar singular de seu gênero (espécie), constituindo, assim, a base para a generidade. Para isso, se faz necessário conceber que o ser social é um complexo composto de complexos, em que sua reprodução se dá de modo variado e multifacetada que interage com o processo de reprodução dos complexos parciais. Constatado este fato, cabe entender como o homem, em sua simples singularidade, se desenvolve para “o homem real”, aquele que contribui para um caráter social.

Para esse entendimento, devemos assumir que é a partir do trabalho que a consciência humana põe em movimento as conexões necessárias para o estabelecimento de finalidades a serem alcançadas e necessidades a serem satisfeitas. Com isso ao desenvolver o domínio de si e viabilizar o processo de transformação da natureza, bem como influenciar os demais seres humanos a realizarem determinados fins almejados por eles, o homem passa a ter um papel ativo. É nesse sentido que a consciência também se faz presente no processo de reprodução, visto que, por meio dela, é possível a orientação da conduta de outras pessoas, conduzindo o homem à noção de pertencimento à sua espécie, possibilitando a hominização do mesmo e a reprodução de sua generidade.

Buscaremos compreender como, a partir da reprodução, os elementos categoriais constituintes da socialidade se multiplicam e se tornam mais mediados do que em relação a outros complexos sociais, dando origem às sociedades, isto é, o processo de desenvolvimento do ser-para-si em que, para alcançar a sua generidade, é necessário observar as relações entre as formações sociais e as necessidades e possibilidade de ações e interações humanas. Nesse sentido, também evidenciaremos a capacidade de resposta que todo ser vivo possui para satisfazer suas necessidades que surgem a partir do meio externo, sendo esse processo a garantia da preservação de si e de toda a sua espécie ao reagir de modo adequado a tais condições. Contudo, deve ser enfatizado a distinção da capacidade de resposta do homem ao meio em relação aos demais seres vivos, dado o papel da consciência no processo da resposta, isto pois, os demais seres respondem apenas de acordo com as condições naturais, não produzindo nada de novo no meio natural; já o homem que reage ao meio, além de produzir coisas radicalmente novas, também produzem

novas necessidades que requerendo, por sua vez, novas formas de respostas, contribuindo, assim, para a constituição da reprodução humana e resultando no desenvolvimento de formas mais elevadas do ser, que passam a interferir diretamente na totalidade da sociedade.

Há, portanto, uma estrutura dinâmica de respostas dos homens, originada de sua própria existência em sociedade e de sua relação com a natureza. Este fato legitima que os homens são os responsáveis pela sua própria história – assim como Marx⁴⁰ afirmava – mesmo não sendo sob as circunstâncias que ele escolhe, mas sob aquelas que lhes são dadas objetivamente.

Nesse sentido, buscamos demonstrar o percurso que conduz ao desenvolvimento social, em que o homem supera a sua particularidade a fim de pertencer a generidade, exige que a ética passe a ser o centro da sua individualidade, a partir do momento em que o homem reconhece como seu dever aquilo que esteja de acordo com a sua própria personalidade. Assim, a ética será o meio pelo qual o indivíduo está interligado ao gênero humano, pois:

Todos os princípios ordenadores da sociedade [...] têm a função de, diante das aspirações particulares dos homens singulares, conferir validade à sua socialidade, ao seu pertencimento ao gênero humano, que vai surgindo no decorrer do desenvolvimento social. (LUKÁCS, 2013, p. 351).

Desse modo, podemos concluir, a partir desse capítulo, que o ser-para-si é o resultado de um processo que se dá tanto a partir da produção econômica objetiva-global como no processo de reprodução dos homens singulares no plano da consciência e, também, na realidade objetiva. Nesse contexto, no interior da reprodução, enfatizaremos o papel da educação em relação à sua contribuição para o senso de pertencimento do indivíduo a generidade humana, visto ser por meio dela que se ocorre o acúmulo de conhecimentos obtidos pelo exercício do trabalho, assim como também o repasse desses conhecimentos.

Para tanto, podemos destacar o complexo da educação, uma vez que evidencia a peculiaridade do ser social, principalmente no que diz respeito à sua continuidade na sociedade ao capacitar o indivíduo para reagir de maneira ativa e

⁴⁰ Em sua obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* ao afirmar que “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011b, p. 25).

intencional às alternativas que lhe são apresentadas pelo meio, tanto social quanto natural. É precisamente desse modo que se constitui a generidade humana.

Portanto, é através do complexo da educação que possibilita ao trabalho e à reprodução do ser social atinjam níveis mais elevados da generidade humana, permitindo que haja a superação da particularidade do ser humano singular. Do mesmo modo, todo esse processo de formação do ser social viabiliza a constituição de uma consciência da humanidade, considerada como gênero humano em toda a sua práxis social. Assim, os pores teleológicos contribuem para a criação e o desenvolvimento de um “ambiente puramente social”, no qual a relação entre o conhecimento acumulado e as novas determinações impostas pela sociedade pressupõe uma continuidade e uma acumulação crítica de determinadas experiências.

4.1 A inseparabilidade entre o homem e a sociedade

Para se compreender o processo total da reprodução social devemos, de acordo com Lukács, partir do entendimento primordial de que o ser social é um complexo formado por diversos complexos, e sua reprodução possui uma interação multifacetada em relação a essa multiplicidade. Nesse sentido, compreendemos que existe uma inseparabilidade do homem em relação à sociedade, em que se deve partir da realidade existente, na qual o homem está inserido, compreendendo “o homem real”. No interior da sociedade, o ser social representa um ser unitário e complexo que reage ao mundo concreto através de suas escolhas intencionais. Isso caracteriza a reprodução do ser social e sua relação com o ambiente. A influência do ser social não está restrita apenas à realidade social a partir do momento em que entra em contato com outros homens, porém, já no trabalho primitivo observamos que o ser humano modifica o meio ambiente, aprimorando-o e, a partir daí, fazendo com que as comunidades adquiram um caráter social, resultando no fato de que os homens se orientam de acordo com as suas singularidades.

Daí resulta, que não podemos considerar o homem como um simples produto da legalidade econômica e/ou de uma concepção que o determina enquanto um ser independente da sociedade. Portanto, compreender o homem sob uma perspectiva ontológica, tal como pretendeu Lukács, representa uma terceira via, *tertium datur*. Nesse sentido, a perspectiva ontológica lukacsiana concebe o homem como sendo inseparável da sociedade, pois a práxis do indivíduo tem como campo de

ação a sociedade, na qual as decisões entre diversas alternativas são tomadas e o homem atua e se reproduz. No interior da sociedade, o ser social se apresenta como um ser unitário e complexo que reage ao meio concreto a partir de suas escolhas entre alternativas, gerando contínuas interações entre o meio e o indivíduo. Com isso, produz consequências que extrapolam a realidade social, influenciando também as formas mais íntimas de pensamento de cada pessoa que compõe a sociedade. Dessa forma, não é possível conceber uma dimensão que não leve em consideração o âmbito temporal ou espacial da individualidade humana e, da mesma forma, também não é adequado conceber o ser humano como um mero produto passivo do meio. A substância do homem condiz com todos os aspectos que conduzem e possuem o caráter de continuidade em relação às suas decisões. Embora não devamos esquecer que essas decisões determinam, de modo ontológico a essência do homem, visto que

Para um pintor não se apresenta só a alternativa de pintar este ou aquele quadro, cada traço do pincel é uma alternativa e aquilo que, nesse processo, foi adquirido criticamente e aproveitado no traço seguinte constitui a evidência mais clara do que representa a sua pessoa enquanto artista. Isso, porém, é válido em termos genericamente ontológicos para toda atividade humana, para toda relação entre os homens. (LUKÁCS, 2013, p. 285-286).

Para compreender de modo adequado o ser humano, devemos levar em consideração o “elemento histórico–social” do indivíduo, encarado enquanto o seu ser-propriadamente-assim, e que reage ativamente em relação às demandas sociais por meio de escolhas dentre diversas alternativas. É a partir desse momento de tomada de decisões, que possui um caráter ativo, que representa o momento no qual o ser social se constitui enquanto tal. Daí afirmar, de acordo com Lukács (2013, p.286), que “o homem é o resultado de sua própria práxis”, como Marx já havia constatado anteriormente, pois ele molda o seu meio ambiente desde o primeiro ato de trabalho, constituindo, assim, a gênese do devir homem do homem, conferindo a si mesma uma forma de individualidade, no interior da sociedade.

É a partir disso que o homem em sua singularidade, através da categoria da reprodução, generaliza os seus atos, pois ao homem lhe é possibilitado escolher entre as alternativas aquela que melhor possa satisfazer a sua necessidade; porém, não pode escolher as condições nas quais ocorre o processo de escolha. Assim, a práxis humana é capaz de transformar tais condições em consequências de suas respostas e, por outro lado, cada uma dessas reações do homem ao seu entorno sempre possuirá um caráter de alternativa (de sim, não ou abstenção), uma vez que,

sem isso, não seria possível nenhum agir humano ou reprodução social, enquanto determinações ontológicas.

Em relação ao trabalho, ele não deve ser reduzido a um modelo generalizado mecanicamente e fetichizado; mas, de acordo com Lukács, devemos nos atentar para a distinção entre por teleológico direcionado para a transformação da natureza – referente ao pôr primário – e aquele que visa a transformação de consciência de outros homens – pôr secundário. Em ambos, o campo de ação é passível de transformações históricos-sociais. Ao consideramos o fato de a essência humana ser externalizada em suas ações, devemos partir de uma concepção que assume a realidade e isto ocorre apenas com a filosofia marxiana que, de acordo com Lukács, conseguiu apreender de modo correto que a prioridade ontológica de toda a práxis humana possui como fundamento o ser social, isto significa que toda a construção, conservação e reprodução da vida humana são intrínsecas ao próprio homem.

Mas isso só será possível quando suas forças motrizes decisivas estiverem inseparavelmente ligadas à realidade, na qual o homem se realiza, se forma como personalidade, só quando elas puderem se afirmar em termos reais em ininterrupta interação com ela. Como o trabalho aparece como gênese do devir homem do homem, a sua essência, ou seja, a interação ininterrupta entre ser natural e ser social, o pôr teleológico que coloca essa interação em movimento real e, com ela, o papel condutor da consciência em atos que realizam tais conexões dinâmicas, todos esses componentes do complexo devem ter o efeito determinante também para o ser do homem. (LUKÁCS, 2013, p. 289).

Observamos, desse modo, a inseparabilidade da consciência em relação ao homem enquanto ser vivo, visto que ela nasce com ele, se realiza e desenvolve a partir do seu crescimento, por meio da educação e das experiências, se extingue com a sua morte; do mesmo modo, os pores teleológicos colocam a consciência em movimento, fazendo com sua abrangência se dê além da questão biológica. É a consciência que possibilita o surgimento da relação entre “sujeito-objeto”. Sobre isso, Lukács nos esclarece que a consciência atua como um guia que orienta a realização do trabalho ao estabelecer as finalidades, daí concebe-la como o médium do ser social, pois:

A consciência que efetua o pôr teleológico é a de um ente social real, que, como tal, necessariamente também tem de ser, ao mesmo tempo e de modo inseparável, um ser vivo no sentido biológico; trata-se de uma consciência cujos conteúdos, cuja faculdade de apreender corretamente os objetos e suas

conexões, generalizar suas experiências e aplica-las na práxis estão necessariamente ligados de modo inseparável ao homem biológico-social, do qual ela é consciência. (LUKÁCS, 2013, p. 290).

O vínculo existente entre a consciência humana, o ser orgânico e o ser social, não ocorre de modo estático, pois a transformação interna do homem pressupõe um domínio consciente sobre si mesmo. Portanto, além do estabelecimento do fim na consciência, cada passo em direção à realização deste mesmo fim deve ser planejado antecipadamente, tendo suas cadeias causais verificadas de modo contínuo. Daí resulta que o espelhamento, proveniente da consciência, se torna condição, o meio e o fim para a realização do trabalho. Essa dinâmica, presente nesse processo, não poderia ocorrer no reino animal, apesar de Lukács não negar que os “animais superiores” possuam consciência, pois sua atividade permanece restrita ao meio exterior, dependendo exclusivamente das condições biológicas do meio, não sendo capaz de produzir mudanças radicalmente novas, daí o autor “[...]designar a consciência animal, no sentido ontológico, de epifenômeno.” (LUKÁCS, 2013, p. 290).

Assim, a consciência humana tem como diferencial, em relação ao epifenômeno, o fato de o trabalho pôr em movimento pores teleológicos que se estendem para além da existência biológica do ser, mesmo que seu ponto de partida esteja ancorado na esfera biológica; porém, não se restringe a ela, ao contrário, expande-se, realizando mediações cada vez mais amplas, produzindo mudanças que até então não existiam, e os resultados dessas mudanças retroagem sobre os próprios pores, transformando-os também. Dessa forma, observamos que a consciência humana constitui um momento essencial e ativo do ser social, visto que por meio dela é possível influenciar os seres humanos ativos na sociedade. Para Lukács (2013), a origem da consciência se dá como consequência da experiência no trabalho, na qual possui um duplo efeito: inicialmente, o trabalho confronta o homem com novas tarefas a serem realizadas, despertando outras capacidades; e, por conseguinte, os produtos resultantes do trabalho passam a satisfazer as necessidades humanas de uma nova maneira, satisfação essa que não se restringe ao âmbito biológico. Nesse sentido, é atribuída à consciência

[...] a função de dirigente, de guia, determinante, que provém do processo de trabalho, da consciência diante de seu corpo; este último, nessa precisa conexão, aparece como órgão executivo a serviço dos pores teleológicos,

que só podem provir da e ser determinados pela consciência. (LUKÁCS, 2013, p. 131).

Esse processo demonstra que a reprodução da vida se torna cada vez mais multiforme e complexa, conduzindo a um distanciamento cada vez maior da reprodução meramente biológica, cujos efeitos dessa modificação culminam na socialização do homem. Daí considerar o que afirma Lukács (2013, p. 291): “[...] que por essa via nascem no homem propriedades, faculdades, qualitativamente, estruturalmente novas de seu ser-homem”. A partir disso, as manifestações sociais passam a sobreporem a base biológica do ser, sem eliminá-la.

A supremacia dos pores teleológicos tornam-se cada vez mais crescente na reação ao meio externo, a ponto de ser efetiva na forma de reflexos condicionados fixos. Esses pores teleológicos pressupõem tanto um “estar-posto da consciência” como também pressupõe uma continuidade da consciência, visto ela propicia um espaço social de encontro entre aquilo que é novo e aquilo que é velho, promovendo uma acumulação crítica de experiências, identificando fenômenos novos e rejeitando fenômenos ultrapassados. Além do mais, é a partir da consciência que o ser humano tem condições para efetuar decisões, representando uma mudança qualitativa na relação entre vida e consciência.

Ao explicitar que a continuidade da consciência principia no “eu de cada homem”, já que todo ser vivo é um exemplar do seu próprio gênero (singular), Lukács nos indica que é na práxis social que a consciência parte do “ser-em-si” em direção ao “ser-para-si”, ou seja, é na práxis social que o homem passa a ter noção de seu pertencimento em relação ao seu ser. A origem do “ser-para-si” se dá pela sociedade, não podendo ser oriunda da “natureza”. Dito isso, concebemos que os homens vivem e convivem em um entorno social em que se relacionam com as mais diversas demandas a partir das quais se faz necessário que haja uma reação consciente e ativa, podendo ocorrer de modo diverso, de acordo com a sua própria “natureza humana”⁴¹.

⁴¹ Sobre a natureza humana, Lukács (2013, p. 292) afirma: “Por trás dessa imediatidade com certeza se ocultam momentos da verdadeira facticidade, entretanto, a pergunta é até que ponto a expressão ‘natureza’ deve ser tomada literalmente, em que medida não se abrigam nela resquícios importantes de uma ‘alma imortal’ secularizada, que decerto visam constituir um antagonismo irrevogável não só em relação ao ser social do homem, mas também em relação à sua existência corporal-material. Na ‘natureza’ generalizada sem razão, segundo nos parece, até se revoga o antagonismo em relação ao ser corporal-orgânico, mas este adquire, em contraposição, o caráter de uma supratemporalidade acentuadamente valorativa diante das ‘exigências da hora’ de cunho fugaz e passageiro, que o ser

Não se pode conceber o desenvolvimento do homem apenas sob uma perspectiva de um crescimento biológico, mas sim, entendê-lo como um processo de cunho social. Esse processo decorre de devir homem do homem, pois é necessário tempo para que o ser atinja a idade adulta em sentido humano-social, demandando mais tempo do que aquele necessário para “atingir a idade adulta” meramente biológica. Nesse sentido, a reprodução é consolidada através da educação enquanto “um processo puramente social”, isto pois, nenhuma educação pode acrescentar no ser humano propriedades totalmente novas e, ao mesmo tempo, nem mesmo as propriedades são determinações definitivas que independem do desenvolvimento do devir homem do homem.

Ao tratar sobre a educação do homem, Lukács o descreve sobre o seu duplo aspecto: se, de um lado, ela capacita o homem para tomar decisões alternativas, em contrapartida, ainda criança ela já reage à sua educação havendo interações entre a formação de seu caráter e a educação que se dá de modo contínuo. Nesse processo educacional, não podemos considerar apenas os pontos positivos, pois isto conduziria a uma avaliação errônea dos resultados da educação, tendo em vista que “[...] em ambos os casos, explicitam-se aquelas propriedades do homem em devir que se comprovaram como as mais fortes na práxis e para a práxis, as quais desempenham nas interações o papel de momento predominante.” (LUKÁCS, 2013, p. 295)

A constituição da generidade do homem está associada à sua existência enquanto membro de uma sociedade. Esse processo parte de um ser humano que se constitui até então mudo e, a partir do trabalho e de sua divisão social, torna esse indivíduo consciente de sua práxis, tornando-se membro da generidade humana, que implica não só o nascimento dentro da espécie, mas ocorre a partir da consciência pela práxis social e, por fim, pela educação, efetivando esse pertencimento através da linguagem que corresponde a um órgão próprio produzido socialmente.

A socialidade, resultante da ação conjunta dos homens, gera uma centralidade em relação às reações referente a tipos de práxis e fixam-se a partir da consciência dos homens singulares, determinando a sua conduta. Nesse sentido, quanto mais os homens singulares tomam o maior número de decisões possíveis, maior é o arcabouço de possibilidades formadas dentro de si para reagir ao meio, escolhendo dentre as alternativas aquelas que melhor se adequem à sua

social reiteradamente apresenta ao homem para que lhes dê uma resposta, cuja correção ou falsidade deve ter como critério correto justamente a concordância com essa ‘natureza’”.

necessidade. Assim, o campo de desenvolvimento do homem é socialmente determinado, sendo que “[...] dentro desse mesmo campo de ação, os diversos homens singulares, em situações ‘parecidas’, podem tomar decisões alternativas distintas.” (LUKÁCS, 2013, p. 299).

As consequências resultantes do processo de escolhas, fazem com que os homens se ajustem aos diferentes tipos de comportamento. Assim, cada decisão prática singular comporta em si não só elementos da particularidade, como também contém elementos da genericidade. Desse modo, os homens em sua singularidade em si, alcançam o ser-para-si a partir do momento em que conduzem a sua práxis conscientemente, atingindo, assim, uma práxis humano-social. Isto significa, no trabalho, que a consciência humana se constitui como *medium* do ser social, dado o seu caráter ativo, fazendo com que o homem estabeleça finalidades com as quais ele busque os meios adequados para a sua satisfação. É na consciência humana que o espelhamento da realidade, se constitui enquanto pressuposto para o surgimento do trabalho, havendo um vínculo indissolúvel entre consciência e o trabalho, viabilizando o salto ontológico, no qual ocorre o afastamento da barreira natural.

A consciência atua ainda como intermediária no âmbito das determinações decisivas, por meio das quais o homem tem condições de escolher entre as alternativas que lhe são apresentadas, demonstrando, assim, não reduzir a sua mediação apenas ao momento da elaboração de finalidades a serem alcançadas por meio do trabalho, mas também põe em movimento conhecimentos acumulados sobre as propriedades de objetos e de pores teleológicos obtidos a partir de experiências, possibilitando, assim, não só a transformação da natureza, como também efetivando a liberdade no homem, a partir do momento em que ele se torna capaz de escolher. Além disso, ainda pode conduzir outros sujeitos para a realização de determinados fins pré-estabelecidos.

Sendo assim, entendemos que o pertencimento à genericidade não surge naturalmente pelo nascimento. Entretanto, apenas pode ser formado e tornado consciente na práxis social mediante a educação em seu sentido mais amplo e pela linguagem. Assim, o senso de pertencimento ao ser humano ocorre a partir do momento em que a sociedade se torna mais social, em que é mais evidenciada o afastamento das barreiras naturais. Da mesma maneira, ocorre a centralização das decisões alternativas, não se orientando mais pelos impulsos biológicos e naturais, mas sim pela possibilidade da sociedade tornar-se cada vez mais social.

Não devemos esquecer que, no desenvolvimento do ser humano, tanto do ser-em-si da singularidade para a existência em si como da particularidade para a generidade do homem, estão vinculados entre si, mesmo que de modo desigual e contraditório. Sem o conflito no interior desses processos não haveria a possibilidade, na concepção de Lukács, de a história da humanidade se constituir enquanto tal. Assim, a superação da particularidade do homem singular e a busca por formas mais elevadas da generidade humana representam uma “[...] convergência na dinâmica da substância social do homem [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 301).

Portanto, para Lukács, o desenvolvimento social, constituído com suas desigualdades e contradições, faz com que, em escala histórico-mundial, surjam individualidades para si nos seres humanos singulares e, do mesmo modo, seja constituída uma consciência da humanidade enquanto generidade em toda a sua práxis, compreendendo a sociedade como uma totalidade. Daí entendermos de que modo as relações sociais e as necessidades e possibilidades das ações humanas contribuem para o desenvolvimento do ser-para-si.

4.2 O desenvolvimento do ser-para-si a partir da reprodução

Aqui trataremos sobre a relevância da compreensão do modo pelo qual os elementos categoriais constituintes da socialidade se multiplicam e se tornam mais mediados que em relação a outros complexos sociais, dando origem às sociedades, bem como entender o desenvolvimento do ser-para-si resultante das relações entre as formações sociais, as necessidades e possibilidades da ação humana.

O surgimento da socialidade, cada vez mais autônomo, está relacionado a um processo ontológico, posto em movimento por um modo de ser mais simples que, posteriormente, viabiliza o surgimento de um ser mais complexo, dado as circunstâncias do próprio ser: “É o caso na gênese da vida a partir da matéria inorgânica, é o caso – de modo muito mais intrincado – quando os homens se transformam de simples seres vivos em membros de uma sociedade.” (LUKÁCS, 2013, p. 309).

Apenas na totalidade da sociedade será possível a compreensão das categorias em sua verdadeira essência ontológica, visto que o conhecimento objetivo em relação a cada complexo em sua especificidade também contribui para com a compreensão da própria sociedade. Daí assumir que a investigação desses

complexos sociais não deve se dar de modo isolado dos demais, pois incorre em risco de distorcer a autenticidade do desenvolvimento da totalidade.

Nessa perspectiva, cabe observar que o desenvolvimento do ser-para-si, para alcançar uma generidade consciente, é resultado das relações entre as formações sociais e as necessidades e possibilidades de ações e interações humanas. Para tanto, não precisamos de uma apreensão *a priori* sobre “a natureza humana”, haja vista que a própria história da humanidade é capaz de explicar, em termos ontológicos, que o processo do trabalho foi capaz de despertar novas capacidades e necessidades nos seres humanos, tendo suas consequências desse processo extrapoladas em relação ao que foi posto, suscitando novas necessidades e capacidades que não se restringem à “natureza humana”. É neste ponto que se pode identificar o caráter dinâmico e dialético do processo ontológico do homem enquanto ser social e seu afastamento da barreira natural.

Assim como todo ser vivo, o ser humano é por natureza um animal que reage ao meio, pois “o entorno impõe condições, tarefas e etc., à sua existência, à sua reprodução, e à atividade do ser vivo na preservação de si próprio e na da espécie se concentram em reagir adequadamente a elas [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 303). Contudo, o homem que trabalha se diferencia do demais seres vivos pelo fato de não responder apenas ao seu entorno natural, mas, além disso, articula essas reações em forma de respostas na sua práxis social. Como Lukács (2013, p. 303) afirma:

O desenvolvimento na natureza orgânica vai das reações químico-físicas, puramente espontâneas, até aquelas que, acompanhadas de certo grau de consciência, são desencadeadas em dado momento. A articulação baseia-se no pôr teleológico sempre dirigido pela consciência e sobretudo, na novidade primordial que está contida implicitamente em cada pôr desse tipo. Por essa via, a simples reação articula-se como resposta, podendo-se até dizer que só através disso a influência do meio ambiente adquire o caráter de pergunta.

O desenvolvimento ilimitado proveniente da relação dialética entre perguntas e repostas tem como fundamento, o fato de que a atividade humana não apenas responde ao seu entorno natural, mas ao produzir coisas novas, ela suscita novas perguntas relativas ao entorno construído por ela mesma. Assim, a estrutura pergunta-reposta não finda, ao contrário, ela adquire uma forma cada vez mais complexa e social.

Tal desenvolvimento, nos assegura Lukács, teve seu início ainda no processo de trabalho, tendo como consequência o afastamento da barreira natural e,

do mesmo modo, possibilitando a sua própria dinâmica para o seu desenvolvimento posterior. Esse processo faz com que o homem se confronte com perguntas que devem ser respondidas na forma da práxis, em que a natureza passa a ditar cada vez menos as perguntas. Isto produz uma mudança na estrutura e na dinâmica das respostas que, posteriormente, se autonomizam e, assim, conduzem à constituição das ciências, tornando as respostas imediatamente imperceptíveis. Constituída desse modo, a reprodução humana apresenta determinadas demandas que, ao serem respondidas de modo adequado, através do trabalho, possibilitam o desenvolvimento de formas mais elevadas dos complexos sociais.

Essa estrutura dinâmica de respostas dos homens é originada de sua própria existência em sociedade e sua relação com a natureza, como uma legitimação do fato de que os homens são os responsáveis pela sua própria história, mesmo não sendo sob as circunstâncias que ele escolhe, mas sob aquelas que lhes são dadas objetivamente. Isso significa que, para Lukács, o homem constitui um “[...] complexo em movimento e em desenvolvimento.” (LUKÁCS, 2013, p. 305) que, concomitantemente, é formado pela sociedade em sua totalidade⁴². Entretanto, com isso não se pretende uma “autonomização extrapolada” dos fatores que determinam a particularidade dos complexos parciais no interior da totalidade, pois deve se ter em vista que “É preciso manter incondicionalmente essa prioridade do todo em relação às partes do complexo total, aos complexos parciais que o constituem [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 305). Dessa forma, é constituída a peculiaridade, em termos ontológicos, que é determinada não só pela legalidade dos complexos parciais, mas também pela sua função e posição na totalidade social⁴³. Contudo, segundo Lukács, essa determinação não é meramente formal e autônoma, mas interfere na construção categorial de cada complexo parcial, modificando suas categorias centrais.

Trata-se, portanto, de tornar evidente o processo de surgimento da socialidade que a cada vez mais se autonomiza, correspondendo a um processo ontológico, que é posto em movimento por um modo de ser mais simples que,

⁴² Marx, em sua obra *A miséria da filosofia*, afirmava que “As relações de produção de qualquer sociedade constituem um todo. [...] Construindo-se com as categorias da economia política o edifício de um sistema ideológico, deslocam-se os componentes do sistema social. Transformam-se os diferentes componentes da sociedade em várias sociedades e que sucedem umas às outras.” (MARX, 2009, p. 126-127).

⁴³ Lukács (2013, p. 307) salienta que, “[...] no caso de problemas ontológicos, o ser-propriadamente-assim dos objetos e das relações sempre deve ser tomado como fundamento do ser e que, por conseguinte, tendências metodologicamente uniformizadoras representam um grande perigo para o conhecimento adequado dos objetos reais”.

posteriormente, possibilita o surgimento de um modo de ser mais complexo mediante circunstâncias do próprio ser. Assim como Lukács (2013, p. 309) demonstra que “É o caso da gênese da vida a partir da matéria inorgânica, é o caso – de modo muito mais intrincado – quando os homens se transformam de simples seres vivos em membros de uma sociedade”. Nesse sentido, é relevante compreender o modo pelo qual os elementos categoriais responsáveis pela construção da socialidade, que estavam dispostos de modos isolados e espaçados, se multiplicam de tal modo que são cada vez mais mediados, tornam-se complexos dando origem às sociedades. É sabido que as formas mais complexas do ser têm como fundamento as formas mais simples, havendo uma refuncionalização das suas categorias que podem ser totalmente eliminadas. Isso não significa que seja excluída pelo autor a possibilidade de existência de determinadas categorias que são especificamente sociais, nenhuma analogia com a natureza. Devemos lembrar que os pores teleológicos, no trabalho, já produzem categorias que são radicalmente e qualitativamente novas em relação à natureza, pois:

[...] faz parte da essência do próprio trabalho, e mais ainda dos demais tipos de práxis social que dele se originam, dar a vida a novas formas mediadas socialmente cada vez mais puras, cada vez mais complexas, de modo que a vida do homem passa a desenrolar-se cada vez mais num ambiente criado por ele mesmo enquanto ente social, e a natureza figura nesse ambiente principalmente como objeto do metabolismo com a natureza. (LUKÁCS, 2013, p. 310).

Será possível entender as categorias em sua verdadeira essência ontológica na totalidade da sociedade, isto pois o conhecimento objetivo de cada complexo e sua especificidade contribui para uma compreensão da sociedade. Tais complexos sociais não podem ser investigados de modo isolado das demais, pois, dessa forma, ocorreria uma distorção da autenticidade do desenvolvimento da totalidade. De outra forma, Lukács afirma a necessidade, no interior desse desenvolvimento, do surgimento e das mudanças das categorias econômicas, pois “Nesse aspecto, na condição de reprodução factual da vida, a economia se diferencia ontologicamente de cada um dos demais complexos.” (LUKÁCS, 2013, p. 310).

A reprodução sócio-biológica do homem representa a base ineliminável da totalidade social, na qual a economia integra a base material para a reprodução de toda a generidade humana e de seus entes singulares, pois “[..] todas as manifestações vitais complexas dos homens têm como condição significante essa sua

reprodução individual e própria do gênero.” (LUKÁCS, 2013, p. 311). Vale salientar que para a compreensão das relações do desenvolvimento da sociedade e dos homens, deve ser levado em consideração a dialética contraditória presente nesse processo. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas corresponde à elevação das capacidades humanas, ao mesmo que também possa provocar uma degradação ou “autoestranhamento” nos homens. Portanto, o desenvolvimento do ser social traz consigo contradições que compõem sua peculiaridade e sua essência.

Desse modo, as categorias sociais relacionadas com a dinâmica da reprodução do ser social contribuem para o afastamento da barreira natural que se caracteriza pela relação delimitada entre um objetivo e seu reflexo subjetivo na consciência humana, pois as funções vitais dos seres humanos vão sendo socializadas gradativamente ao longo do curso da história humana. Essa mudança se apresenta à consciência humana como algo natural, mas do ponto de vista ontológico, o filósofo húngaro afirma que se trata de uma alienação da própria consciência que deve ser evitada, pois “É preciso ter em conta que exclusivamente o processo objetivo como ele é em si e neste a pura naturalidade já começa a ser dispensada com o fato do trabalho.” (LUKÁCS, 2013, p. 312).

Constituído dessa maneira, um nível mais inferior do afastamento da barreira natural é superado, ideologicamente, por um estágio superior, pois tudo aquilo que é considerado como sendo “natureza” é contraposto pelo “social”, que recebe esse nome apenas por um fato historicamente relativo, pois, desse modo, poderia se falar em uma “quase-natureza” e a sociedade concebida como uma legalidade objetiva caracteriza uma “segunda-natureza”. Sobre isso, Lukács (2013, p. 312) afirma: “Essa quase-natureza abrange desde relações sexuais até concepções puramente ideológicas (como o direito natural) e desempenhou, na história dos sentimentos e dos pensamentos, um papel que não deixa de ser considerável”, mas não podemos esquecer que todo o desenvolvimento das forças produtivas deve ser verificado para contribuir para a construção e dinâmica da socialidade.

Para Lukács, a essência do “natural” consiste no fato do trabalho ser a força organizadora e de coesão em relação aos demais complexos sociais, mas as condições desse trabalho ainda não são resultantes do próprio trabalho, pois

Pense-se, por exemplo, no mito de Prometeu que expressa de modo típico a constelação de que os momentos mais importantes de regulação da relação entre homem e natureza (objetivamente: por meio do trabalho) apareceu

como dádiva dos deuses enquanto atuam isoladamente e, por essa razão, ainda não tem condições de impregnar todo o âmbito da reprodução. (LUKÁCS, 2013, p. 314).

Em sociedades mais desenvolvidas, a divisão do trabalho é determinada pelas necessidades imediatas e provenientes do consumo, pois por si própria a divisão do trabalho não pode produzir necessidades que a influenciem.

Todas as modificações autênticas ocorrem mediante o processo de trabalho que, em estágios poucos socializados, caracteriza as relações sociais entre os homens como sendo determinadas por categorias naturais para, depois, em estágios mais socializados, ser possível uma organização social em sentido autêntico. De acordo com Lukács, isso se torna evidente quando Marx analisa a passagem do modelo escravagista para o feudalismo:

Mais exatamente, justamente num estágio no qual – da perspectiva econômica – a economia escravista já começa a formar, a partir de sua desagregação, com necessária espontaneidade, os primeiros elementos daquela organização do trabalho e do modo do trabalho que mais tarde, após muitas transições catastróficas, comporão a base para a saída, para o novo estágio, para o feudalismo. (LUKÁCS, 2013, p. 321).

Percebemos que a principal diferença entre estes dois modos de produção consiste no processo do trabalho: o escravo não dispõe das ferramentas para realizar o seu trabalho, pois elas, o produto final do trabalho e o próprio escravo, são propriedades do senhor e, devido a isso, é impossibilitado o aumento da produtividade; já no feudalismo, o trabalhador possui a possibilidade de aumentar a sua produção e, do mesmo modo, a reprodução de seu corpo em estágios superiores, pois ele trabalha em sua terra e detém a posse de suas ferramentas. Entretanto, no feudalismo, o aumento da produtividade econômica e o desenvolvimento do nível da vida do trabalhador encontram-se submetidos ao pagamento de uma renda fixa ao senhor feudal.

Nesse sentido, o desenvolvimento econômico e social, que conduziu a passagem da formação escravista para a formação feudal, é em parte, no entender de Lukács, uma consequência da naturalidade em relação ao processo de trabalho. Em seguida, quando as categorias sociais penetram e influenciam a produção, passa a constituir uma hegemonia do capital industrial, característico do modelo capitalista, sendo a partir disso que a força de trabalho do trabalhador se converte, dado uma

determinação econômica-social, em uma mercadoria, passível de ser vendida ao capitalista, resultando no mais-trabalho. Assim, Lukács (2013, p.328) afirma:

A produção social, desse estado de coisas implica uma socialização muito ampla de todas as situações, relações etc., sociais dos homens. É inevitável que a força tenha essa importância preponderante sob relações próximas das naturais, já porque, para homens que possuem pouco ou nada além da sua força de trabalho, ela ainda oferece variadas possibilidades de sobreviver de alguma maneira.

No capitalismo, o processo do trabalho se desenvolve de tal maneira que se torna mais social; da mesma forma, o capitalismo, fundamentado no trabalho assalariado, torna o processo de produção mais social. Ao analisar o primeiro modo de capitalização do trabalho, a manufatura, Lukács observa que ela não provocou uma mudança significativa no trabalho, mas foi responsável por introduzir uma divisão de trabalho radical com as *guildas*, cujo objetivo era que o trabalhador fosse instruído a dominar cada parte da produção adequada ao seu ofício em sua totalidade, isto é, conhecer cada etapa de sua produção. Mas essa divisão do trabalho ainda permanecia atrelada a um caráter “orgânico” e “natural”.

Posteriormente, a manufatura, representando a primeira divisão do trabalho autenticamente capitalista, rompe radicalmente com esse modo de cooperação realizado nas guildas. Desse modo, o trabalho manufatureiro, se à lógica realizada nas guildas, o trabalho é decomposto em diversas operações atribuídas a determinados trabalhadores como tarefa constante e única, buscando uma redução do trabalho socialmente necessário para a produção, no qual “[...] o trabalhador que na guilda ainda era capaz de múltiplas operações é reduzido à condição de virtuose limitado a algumas manobras constantemente repetidas.” (LUKÁCS, 2013, p. 330).

Apesar da manufatura ter se limitado ao artesanato, não tendo avançado tecnicamente, ainda assim propicia uma transformação no processo de trabalho, isto pois demonstra uma mudança qualitativa, já que o produto final do trabalho é resultado de uma combinação de operações parciais e de cada trabalhador singular que o realiza repetidamente. Isto evidencia o fato de que todo trabalho naturalmente se baseia em pores teleológicos que correspondem a uma cadeia de alternativas. Dessa maneira, observamos que os pores são deslocados para a produção, ao passo que os pores realizados pelos trabalhadores singulares se convertem em hábito, tornando-se reflexos condicionados que existem apenas de modo fragmentado.

É a partir das barreiras econômicas da produção manufatureira que há um impulsionamento à criação e introdução da máquina, que na compreensão de Lukács acaba por “desnaturalizar” o trabalho; em contrapartida, representa um salto qualitativo, tendo como intuito organizar o trabalho de modo desantropomorfizador, “rompendo radicalmente as barreiras psicofísicas que estão dadas com a existência do homem enquanto ser vivo concretamente determinado (e desse modo, limitado).” (LUKÁCS, 2013, p. 331). Mas cabe salientar que isso não pode ser identificado com o problema do estranhamento – uma forma fenomênica essencial que não pode ser inerente à existência humana no interior do desenvolvimento de uma sociedade.

Nesse sentido, Lukács compreende que a desantropomorfização é um modo de espelhamento da realidade e de sua aplicação à práxis, idealizada pela própria humanidade, cujo objetivo é o conhecimento mais adequado da realidade em seu ser-em-si. Dessa forma, o estranhamento diz respeito ao próprio ser social, ao passo que a desantropomorfização é um tipo de espelhamento da realizada em sua totalidade. Sendo assim:

O avanço decisivo foi proporcionado pela Renascença; é nela que surgirá uma ciência natural propriamente dita, que desde o princípio exerce forte influência sobre a vida econômica. Porém, com o emprego da máquina, com o qual as ferramentas e seu manejo pelo homem, desvinculadas de suas possibilidades, são vistas como sistema de força existente puramente em si, a fim de levar a cabo um pôr [teleológico] que se situa no nível de seu desdobramento otimizado, desaparece do processo do trabalho, enquanto metabolismo da sociedade com a natureza, a função concreta e determinante do respectivo homem singular trabalhador, converte-se em instrumento executor de um pôr teleológico puramente social. (LUKÁCS, 2013, p. 332).

A inserção das máquinas acaba por desantropomorfizar o processo do trabalho, o que significa um salto qualitativo na socialidade. Daí observar que essa socialização está evidenciada no fato dos pores teleológicos não estarem restritos ao seu caráter apenas primário – metabolismo entre homem e natureza –, mas a partir do momento em que os pores teleológicos realizados por homens singulares se tornam parte de um processo teleológico total, que já está socialmente posto em movimento, observamos que passam a exercer influência em outros homens, caracterizando o seu caráter secundário e realizando determinados pores teleológicos singulares.

Essa mudança qualitativa nos pores teleológicos não ocorre, no entender de Lukács, de modo isolado, pois “Desde que a universalização do intercâmbio de

mercadorias tornou possível a transformação dos mais diversos ramos da produção, esse processo da socialização cada vez mais social avança incessantemente.” (LUKÁCS, 2013, p. 334). Então, a simples troca de mercadorias, já evidencia uma forma mais social de satisfação imediata das necessidades que se dá por meio do trabalho, produzindo valor de uso. Quando atinge um nível mais elevado de generalização, o valor de uso produz seu elo de mediação social, o dinheiro como forma de mediação entre as diversas mercadorias, isto é, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de determinado objeto. Logo, o preço das mercadorias é determinado por seu valor social.

Desse modo, no entender de Lukács (2013, p.334): “Isso tem como consequência que as leis abrangentes e complexas do movimento global do capital, na condição de princípios últimos do ser-propriadamente-assim, determinam cada ato singular na vida econômica, determinam a existência econômica de cada homem”. É evidenciado, portanto, que o ser social desenvolve uma socialidade crescente no capitalismo. Este, por sua vez, produz novas formas de socialidade que reverberam no âmbito econômico e vice-versa, no qual há um “[...] entrelaçamento da existência singular com o nível material de desenvolvimento do gênero humano em processo de realização.” (LUKÁCS, 2013, p. 334).

Tais demonstrações são utilizadas por Lukács para demonstrar como o desenvolvimento do capitalismo pode servir como auxílio do método marxiano. Com o capitalismo avançado, nota-se um processo de “grande industrialização” de todas as áreas possíveis – vestuário, calçados, entretenimento e etc. –, tornando difícil a constituição de uma empresa aos moldes artesanal. Além disso, é explícito o processo de “mecanização” dos equipamentos do cotidiano e doméstico dos consumidores.

Resulta que as categorias econômicas, provenientes do capitalismo, tendem a influenciar diretamente o ser social, conduzindo para uma “socialização pura”, tanto intensivamente como extensivamente. Sendo assim, o desenvolvimento do capitalismo influencia e interfere diretamente na vida cotidiana dos indivíduos, assim como o trabalhador, enquanto consumidor, é fundamental para possibilitar a produção capitalista. Nesse contexto, a manipulação é condição necessária para oferecer em massa as mercadorias para o consumo, em que o “em-si” na manipulação, de acordo com Lukács, corresponde à mediação entre produção em massa de mercadorias e os consumidores singulares. O recurso da manipulação utilizado no sistema capitalista influencia todos os âmbitos da vida social, até mesmo

a política, com o intuito de eliminar a busca pela generidade humana, entendida como uma tendência de superação da particularidade. Desse modo, no capitalismo a manipulação tem como a “[...] sua principal aspiração objetiva está direcionada justamente para a fixação da particularidade de todo e qualquer objeto de sua atividade, visando tornar definitiva essa particularidade”. (LUKÁCS, 2013, p. 342).

Nesse sentido, a particularidade torna-se uniformizadora e abstrata, fundada superficialmente de modo imediato, é nesse sentido que a produção capitalista, originada dos pores teleológicos de homens singulares, torna-se autônoma e objetivamente ontológica. É a partir do sistema capitalista que a produção reproduz as suas próprias condições, num sentido não “natural”, mas de modo puramente econômico, tendo um caráter irrevogável para os homens, pois:

Assim como cada homem tem de aceitar a época do seu nascimento, seu sexo, sua estatura etc. Como dados de uma vez para sempre, assim ele se posiciona também perante as formas de sociedade como casta, estamento etc. e encara o pertencimento a elas advindo do nascimento. (LUKÁCS, 2013, p. 347).

Neste aspecto, fica claro a relação existente entre o ser natural-biológico e o ser social, pois do ponto de vista ontológico demonstra uma coincidência entre as duas esferas do ser que são totalmente heterogêneas: “[...] da perspectiva da vida orgânica, em cada situação social de cada homem está igualmente contido um acaso irrevogável, assim como, da perspectiva do ser social, sua constituição biológica tem de permanecer irrevogavelmente casual.” (LUKÁCS, 2013, p. 347). Com isso, não há uma pretensão de negar a importância e a influência da educação e do entorno social sobre o ser humano, sem, com isso, anular o caráter biológico dos indivíduos, referente à sua individualidade social, já que todo homem singular, enquanto ente social, pode extrair das condições psicofísicas a sua própria vida.

Constituído desse modo, a “naturalidade” possibilita o obscurecimento da causalidade da união entre duas esferas do ser – orgânico e social –, visto que o pertencimento puramente social a um estrato social pode, aparentemente, assumir uma continuidade do ser realmente natural, conduzindo ao entendimento de que pertencer a uma classe social pode ser uma consequência de aspectos meramente naturais e não de caráter social. No capitalismo, essa relação entre o homem singular e o lugar que ele ocupa na sociedade revela o seu caráter puramente causal, dando

uma falsa concepção de homem livre. Para tanto, se faz necessário que esta conquista se dê no interior de uma sociedade que se tornou puramente social.

Nesse tocante, a interação tem de ser tomada no sentido precisamente literal, pois todo impacto sobre o homem (já sobre a criança) desencadeia decisões alternativas nele, de modo que seu efeito pode muito bem ser o oposto do pretendido e com muita frequência também é o oposto. (LUKÁCS, 2013).

A causalidade ontológica desses componentes do ser, de modo algum anula a unidade do homem, apenas o afasta da possibilidade de se tornar uma individualidade, isto é, as tendências sociais desempenham a função de formatação, enquanto as tendências naturais fornecem o material para a formação dos homens. Assim, o desenvolvimento ontológico inicial de um único ente singular da espécie em direção à individualidade requer um determinado órgão social, com a finalidade de relacionar todos os preceitos sociais consigo próprio para “[...] através dessa mediação, conferir forma a uma promoção da individualidade a parti da regulação moral da vida em sociedade”. (LUKÁCS, 2013, p. 350-351).

Desse modo, no entender de Lukács, todos os princípios ordenadores que a sociedade possui têm a função de validar a socialidade humana e promover o senso de pertencimento a generidade humana ao longo do desenvolvimento social. A superação da particularidade do indivíduo se dá a partir do momento em que a ética passe a ser o centro da sua individualidade, a partir do momento em que o homem reconhece como seu dever aquilo que esteja de acordo com a sua própria personalidade. Assim, “O desenvolvimento social em seu decurso real cria a possibilidade objetiva para o ser social do gênero humano” (LUKÁCS, 2013, p. 351). Nesse sentido, o ser-em-si do gênero humano se caracteriza como o resultado do processo desenrolado na produção econômica-objetiva e na produção dos homens singulares.

O homem, enquanto tal, possui o seu fundamento na dualidade entre o ser biológico e o social. Contudo, o desenvolvimento social possibilita uma nova dualidade do homem: a da particularidade com a generidade. A particularidade do homem não pode ser totalmente eliminada (como o seu ser biológico), pois assim como o homem constitui uma unidade entre o ser biológico e o ser social, também ocorre em relação à particularidade com a generidade. Essa dualidade também é um processo histórico, cujas etapas singulares que a compõem devem ser entendidas historicamente, daí

conceber que apenas uma investigação ontológica é capaz de nos dar o entendimento necessário de que apenas uma estrutura social desse tipo pode possibilitar o surgimento real do ser social, do gênero humano como gênero não mais mudo.

4.3 A contribuição da educação para o senso de pertencimento do homem a generidade humana

Neste ponto, expomos sobre o papel da educação em relação à sua contribuição para o senso de pertencimento do indivíduo a generidade humana. A partir disso, partimos do pressuposto de que a categoria do trabalho⁴⁴ como fundamento ontológico do ser social, pois é através dela que o homem supera o seu estado de animalidade para se tornar social. Isto somente se efetiva juntamente com a categoria da reprodução, na qual podemos situar a educação, visto ser por meio dela que é possibilitado o acúmulo de conhecimentos obtidos pelo exercício do trabalho, como também o repasse desses conhecimentos.

Nesse sentido, a educação evidencia, de modo mais claro, a peculiaridade do ser social, no que diz respeito à sua continuidade na sociedade. Desse modo, a reprodução confere ao ser humano um caráter peculiar, pois o capacita para reagir de maneira ativa e intencional às alternativas que lhe são apresentadas pelo meio, tanto social quanto natural. Assim, caminha em direção à constituição da generidade humana. Portanto, a ação social dos homens ao objetivar a reprodução da vida, demonstra o seu fundamento ontológico de todas as suas ações, propiciando o surgimento de novas categorias e relações categoriais que possuem um efeito modificador.

É preciso salientar que possui uma distinção de ordem qualitativa entre a reprodução biológica e a reprodução social do ser, sendo a primeira, em sentido estrito, na qual se refere às tendências reprodutivas vitais que correspondem à perpetuação da espécie. Esse tipo de reprodução não ocasiona mudanças radicais no meio ambiente, pois depende das condições biológicas do próprio meio natural. Entretanto, isso não quer dizer que, posteriormente, a reprodução natural não sofra

⁴⁴ Tanto Lukács quanto Marx, identificam o trabalho enquanto ponto de partida para a investigação do ser social, pois “Ele afirma [Lukács], comungando com as ideias de Marx, que o trabalho é a atividade fundadora e estruturadora do homem e, conseqüentemente, da sociedade.” (LOPES, 2006, p. 28, acréscimo nosso).

influências do trabalho, pois a sociedade deixa de procurar suas condições produtivas e reprodutivas na esfera natural e passa a buscar no âmbito da práxis social e, assim, se caracteriza a reprodução em seu aspecto social. Mesmo que o gênero humano se torne cada vez mais social, ele jamais deixa de pertencer ao âmbito natural, pois o que ocorre é um processo de afastamento da barreira natural.

Em termos biológicos, as características fundamentais e elementares da vida se chamam nascimento, vida e morte, as quais não possuem nenhuma analogia no ser físico; elas são consequências diretas desse fato ontológico fundamental. Como o ser social tem como base irrevogável o homem enquanto ser vivo, está claro que essa forma de reprodução deve constituir um momento igualmente irrevogável também na reprodução social. Mas apenas um momento, pois da ação social conjunta dos homens visando à reprodução de sua vida, que permanentemente compõe o fundamento ontológico de todas as suas ações cooperativas, surgem categorias e relações categoriais totalmente novas, qualitativamente distintas, que, como já vimos e ainda veremos, têm um efeito modificador também sobre a reprodução biológica da vida humana. (LUKÁCS, 2013, p. 170).

Admitimos, portanto, que o processo de reprodução ocorre na totalidade social que é dinâmica e complexa, cuja base é a natureza, sendo por meio da realização do trabalho modificado pela atividade humana, assim cria suas condições de reprodução através da práxis social humana. Sendo assim, o homem demonstra a intenção voluntária e espontânea de realizar em si mesmo as determinações do gênero. Então, é no âmbito da reprodução que Lukács situa a educação, considerando-a de suma importância para o desenvolvimento do ser social e a constituição da genericidade humana. No campo social, esfera de ação do homem, surge a necessidade de certos comportamentos e atitudes que são indispensáveis à vida. A partir disso, concebemos o caráter essencial da educação, visto que é por meio dela que o indivíduo se torna capacitado para reagir de modo adequado aos acontecimentos que se apresentem imprevisivelmente pela sociedade. Daí observar a estrita relação entre a educação e a reprodução.

Lukács nos indica dois sentidos da educação: o sentido amplo, no qual ela ocorre em um processo contínuo e sem fim, buscando preparar o ser social para responder adequadamente às determinadas exigências da sociedade; e o sentido estrito, que se refere às práticas pedagógicas, responsáveis por capacitar os indivíduos para a sociedade e, nesse sentido, entre outras destacamos a educação escolar. Até certo ponto, isso significa formar no ser humano uma aptidão para responder a decisões alternativas. Lukács adverte que a educação não deve traçar limites entre seu sentido amplo e seu sentido estrito, pois

[...] em primeiro lugar, que a educação do homem – concebida no seu sentido mais amplo possível – nunca estará realmente concluída. Sua vida, dependendo das circunstâncias, pode terminar numa sociedade de tipo bem diferente e que lhe coloca exigências totalmente distintas daquelas, para as quais a sua educação – em sentido restrito – o preparou. (LUKÁCS, 2013, p. 176).

Podemos considerar que o processo da educação se caracteriza pela relação entre a constituição biológica dos seres humanos e os aspectos sociais, isto pois é evidente que o processo educacional pode produzir efeitos sobre a constituição biológica do ser humano. Entretanto, a esfera social é responsável pelas mudanças ocorridas na esfera orgânica dos homens. Concebemos, então, que a educação constitui um processo que visa suprir exigências e necessidades da esfera social, exigindo que seus membros possuam determinados conhecimentos, habilidades e/ou comportamentos. Portanto, podemos situar a educação nos pores teleológicos secundários, que se referem à possibilidade de orientar intencionalmente os seres humanos, colaborando com a manutenção da reprodução social. Além do mais, esse processo de aquisição de conhecimentos deve permitir possibilidades de desdobramentos para que novas perguntas e respostas possam surgir. A investigação que envolve a educação, de acordo com Lukács, está relacionada com a sua fundamentação, pois

Sua essência consiste em influenciar os homens no sentido de reagirem a novas alternativas de vida do modo que socialmente intencionado. O fato de essa intenção e realizar – parcialmente – de modo ininterrupto ajuda a manter a continuidade na mudança da reprodução do ser social; que ela, a longo prazo, fracasse – parcialmente – de modo igualmente ininterrupto constitui o reflexo psíquico não só do fato de essa reprodução se efetuar de modo desigual, de ela produzir constantemente momentos novos e contraditórios para os quais a educação mais consciente possível de seus fins só se consegue preparar insatisfatoriamente, mas também do fato de que, nesses momentos novos, ganha expressão – de modo desigual e contraditório – o desenvolvimento objetivo em que o ser social se eleva a um patamar superior em sua reprodução. (LUKÁCS, 2013, p. 178).

Nesse sentido, a educação é concebida enquanto um processo puramente social; porém, não pode produzir certas propriedades que sejam contrárias à própria natureza humana. As habilidades que são promovidas pela educação nos seres humanos são admitidas apenas enquanto possibilidade que podem ser efetivadas dependendo do desenvolvimento singular de cada ser humano, pois inicialmente se realiza mediante as ações dos homens singulares, visto que a realidade do ser social

inicialmente se manifesta no indivíduo e, quando estas ações passam a se encaixar umas nas outras, resultam em um complexo de relações entre indivíduos, em que passam a adquirir uma dinâmica própria em que não apenas existem, mas se reproduzem no meio sendo operacionalizada socialmente.

Através desse processo formativo surgem novas possibilidades de novas descobertas, novas necessidades e caminhos para a sua satisfação, impondo ao processo de trabalho, no plano social, uma condição de aperfeiçoamento de sua divisão social e ainda conferindo um novo cunho ontológico à estrutura do ser social. Desse modo, não se deve isolar o papel ativo do homem das estruturas alternativas de sua práxis, visto que a sociedade impõe situações nas quais ele precisa reagir a elas, quando tomadas as decisões que correspondem às exigências de modo adequado, essas respostas são postas como partes integrantes do processo de reprodução do homem singular e da sociedade consolidando o tanto a sociedade como o indivíduo singular. Assim, Lukács nos esclarece que [...] o ser-para-si do gênero humano já está presente no devir homem do homem, que já o trabalho mais primitivo corporifica – em si – esta nova relação do homem singular com o gênero.” (LUKÁCS, 2013, p. 207).

Concebemos, desse modo, que o ser social, ao reproduzir a si mesmo, torna-se cada vez mais social, construindo seu próprio ser, estando cada vez mais intenso a partir de categorias próprias que ele mesmo elabora. Assim, a genericidade do homem está interligada com a sua existência enquanto membro de uma sociedade. Logo, são os resultados das atividades humanas que fazem com que surjam no âmbito do gênero humano diferenciações qualitativas, haja visto o gênero humano ser uma categoria histórico-social em desenvolvimento, que se constitui de modo desigual e contraditório. Trata-se de um processo formativo que compreende a educação tanto no seu sentido amplo como estrito e, nesse último caso, ela apresenta um duplo aspecto: podendo possuir um aspecto negativo, quando a sua internalização significa uma manutenção do *status quo*, e um aspecto positivo, quando tem por finalidade a preparação do homem para a sua sociabilidade e, nesse sentido, se propõe a capacitar o ser humano a reagir ao meio para escolher dentre as alternativas a que melhor satisfazem sua necessidade.

Daí compreendermos que esse processo é de cunho social, pois ao mesmo tempo que ela não pode enxertar num indivíduo elementos completamente novos, as próprias propriedades não são definitivamente determinadas ou estabelecidas de

modo fixo, mas sim são possibilidades que podem ou não se tornarem realidade dependendo do indivíduo singular no processo de desenvolvimento social. Assim sendo, não se trata de um simples desenvolvimento biológico, mas sim de um encadeamento dinâmico de decisões alternativas:

Por um lado, a educação do homem é direcionada para formar nele uma prontidão para decisões alternativas de determinado feitio; ao dizer isso, não temos em mente a educação no sentido mais estrito, conscientemente ativo, mas como totalidade de todas as influências exercidas sobre o novo homem em processo de formação. Por outro lado, a menor das crianças já reage a sua educação, tomada nesse sentido bem amplo, por seu turno igualmente com decisões alternativas, e a sua educação, a formação de seu caráter, é um processo continuado das interações que se dão entre esses dois complexos. (LUKÁCS, 2013, p. 295).

Para que a continuidade do ser social se efetive, se faz indispensável que todas as mudanças ocorridas no âmbito do ser social sejam interiorizadas na consciência humana. Esse processo se dá em duplo sentido: preservação e aperfeiçoamento, que mutuamente se complementam e, do mesmo modo, possuem uma relação contraditória entre si. A principal função da preservação é manter aquilo que foi adquirido ou desenvolvido no passado, a fim de utilizar para solucionar questões futuras. Tal função não pode incidir em uma acomodação mecânica em determinado momento, pois a continuidade não pode ser entendida como o mero registro daquilo que foi alcançado pelo desenvolvimento humano, mas deve estar orientada para a progressão de estágios mais desenvolvidos, caracterizando a dialética da superação como a “[...] unidade contraditória do preservar e do seguir adiante.” (LUKÁCS, 2013, p. 223).

Entendemos, a partir de Lukács, a importância da função da educação para a formação do ser social, como também para a produção e reprodução do conhecimento garantir a preservação e repasse de certos conhecimentos, tendo em vista capacitar o indivíduo para a sociedade, como também de repassar para as demais gerações tal conhecimento, possibilitando a elevação do nível de ser mais socializado. É dessa maneira que a educação colabora com o desenvolvimento humano, viabilizando a constituição da genericidade humana sem romper com o fundamento biológico do ser social, em que, por meio do trabalho, “[...] o indivíduo também se torna, mediante a consciência de sua práxis, membro (não mais mero exemplar) do gênero, o qual, de início, todavia, é posto, no plano imediato, como totalmente idêntico com a respectiva comunidade existente.” (LUKÁCS, 2013, p. 298).

Ao assumir que o homem, na sociedade, é um ser unitário e, ao mesmo tempo, complexo, através de suas escolhas, reage ao mundo concreto, mas observamos que tal reação não ocorre totalmente no plano daquilo que pode ser completamente previsto⁴⁵, uma vez que decide dentre diversas alternativas que pode, ou não, satisfazer plenamente alguma necessidade humana. No entanto, as circunstâncias históricas, que são concebidas *post festum*, determinam a reprodução do ser social – tanto filo quanto ontogenéticas –, mediante as quais as reações humanas são constituídas enquanto respostas para alguma questão imposta pela práxis social. Lukács nos diz que:

Isso, por um lado, tem como consequência que o tipo dessas circunstâncias determina de modo inevitavelmente necessário a espécie, a qualidade etc. das questões postas a partir da vida, às quais as decisões alternativas de cada homem reagem com respostas de sua práxis (e com generalizações que brotam dessas respostas) [...]. Do nascimento ao túmulo, essa determinação – do campo de ação da resposta posto pela pergunta-nunca cessa de atuar. Por outro lado, igualmente jamais se deve esquecer que cada uma de tais reações de um homem ao seu entorno social (incluindo o metabolismo da sociedade com a natureza) sempre terá um caráter alternativo, sempre abrange irrevogavelmente um sim ou um não (ou uma “abstenção de voto”) à pergunta posta pela sociedade. (LUKÁCS, 2013, p. 286-287).

Quanto mais desenvolvida uma sociedade for, menos o senso de pertencimento a essa generidade dependerá apenas de sua base meramente natural, assim maior será o desenvolvimento da socialidade, demonstrando também maior afastamento da barreira natural, havendo uma centralização nas decisões dos indivíduos. Então, quanto maior for o número de decisões que o homem singular tiver de tomar sendo multifacetadas e baseadas em conexões complexas, mais o homem singular precisará formar dentro de si um sistema que favoreça uma percepção de possibilidades e reação no interior desse campo de ação; por conseguinte, cada decisão prática singular traz consigo elementos e tendências da mera particularidade e elementos e tendências da generidade. Esse campo se constitui de modo socialmente determinado no qual esses diversos homens singulares que o compõem e reagem de modo diverso, surge a necessidade de eles se ajustarem em relação aos comportamentos e às suas próprias necessidades.

⁴⁵ Nesse ponto, Lukács se refere à famosa passagem de Marx, em sua obra *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, em que afirma: “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram.” (MARX, 2011b, p. 25).

Nesse sentido, admitimos que o complexo da educação possibilita que o trabalho e a reprodução do ser social atinjam níveis mais elevados da generidade humana, tendo como intuito a superação da particularidade do ser humano singular. O indivíduo se torna membro de uma sociedade por meio da consciência de sua práxis, não só em sentido natural, pelo nascimento, mas já pela educação, concebida num sentido mais amplo, que adquire esse sentido de pertencimento e se forma na linguagem como um órgão próprio da socialidade. Todo esse processo de formação do ser social viabiliza a constituição de uma consciência da humanidade, considerada como gênero humano em toda a sua práxis social. Assim, os pores teleológicos contribuem para a criação e o desenvolvimento de um “ambiente puramente social”, no qual a relação entre o conhecimento acumulado e as novas determinações impostas pela sociedade pressupõe uma continuidade e uma acumulação crítica de determinadas experiências. Disto resulta que os homens vivem e convivem com um entorno social, em que são confrontados a todo o momento com demandas que exigem uma reação adequada por parte dos indivíduos, seja afirmando-as ou negando-as conforme a sua própria natureza.

5 CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto, observamos que Lukács, na sua obra *Ontologia do Ser Social*, ao investigar os pressupostos ontológicos da formação do ser social, fica demonstrado uma espécie de sistematização dos princípios ontológicos que Marx já havia explicitado em seus escritos. Assim, o filósofo húngaro estabelece uma proposição sobre a formação humana como uma constituição histórico-social. Do mesmo modo, justifica a importância da teoria marxiana como base e contribuição para a sua concepção acerca da ontologia do ser social.

Consideramos que é no trabalho que se encontra a gênese e o desenvolvimento ontológico do ser social, concebido enquanto princípio de hominização do próprio ser humano, uma vez que a ação do homem para transformar a natureza põe em movimento propriedades que possibilitam, ao mesmo tempo, uma transformação não somente da natureza, mas de si mesmo, fazendo com que a sociedade se desenvolva cada vez mais.

Assim, evidenciamos que o trabalho é responsável pelo salto ontológico, que resulta na superação dos níveis exclusivamente naturais, promovendo a constituição do ser social. Porém, para uma correta compreensão desse fenômeno, foi necessário abordarmos a intrínseca relação entre teleologia e causalidade, tendo em vista que toda atividade humana deve ser previamente idealizada na consciência humana, por meio da qual todo o processo que constitui o pôr do fim será continuamente analisado, tendo como finalidade transformar a causalidade natural em uma causalidade posta.

Partindo desses preceitos ontológicos, expostos inicialmente por Marx e, posteriormente, retomados por Lukács, é que podemos fundamentar nossa investigação sobre a gênese do ser social, atribuindo à categoria do trabalho um lugar de destaque para a sociabilidade humana, sendo esta a categoria de maior relevância ou uma *conditio sine qua non* para o modelo da práxis social.

Vimos que, a partir do trabalho, a capacidade humana é aperfeiçoada e criadora de novas formas de existência social, possibilitando ao indivíduo produzir a si mesmo como seres conscientes e ativos, alcançando níveis mais elevados do ser. Em sua ontologia, o filósofo húngaro explicita que o ser possui três esferas distintas: natureza inorgânica, natureza orgânica e âmbito social. Essas esferas se dispõem de modo articulados entre si, pois o ser social é considerado uma superação das esferas

naturais de modo que elas foram imprescindíveis para o seu desenvolvimento. A este processo foi denominado de salto ontológico, que ocorre através do trabalho, pois, ao transformar a natureza, o homem empreende um processo teleológico, no qual elabora uma prévia ideação para a realização de um fim, fazendo com que seja criado algo radicalmente novo na natureza, caracterizando, assim, aquilo que Lukács denomina de pores teleológicos primários, responsáveis pela transformação de entes naturais em valor uso para a vida humana.

Para a realização do trabalho são necessários conhecimentos e investigações relativas às propriedades da natureza para fornecer os meios necessários para a obtenção dos resultados desejados e o próprio desenvolvimento do trabalho. Esse processo contribui para o comportamento humano e a escolha entre alternativas que o meio lhe apresenta. Isto implica que o trabalho representa o modelo de toda a práxis social, constituindo o fundamento para a conduta humana.

Desse modo, o trabalho é responsável pela mediação entre os homens e o fim do por teleológico que ele se propõe a realizar, não se limitando apenas à transformação da natureza, pois também transforma o ser humano, uma vez que orienta as ideias e, conseqüentemente, às ações de outros homens. Nessa perspectiva compreendemos que o complexo do trabalho não pode ser analisado na gênese do ser social de modo isolado, pois assim como o ser social não se efetiva de modo isolado na sociedade, também ocorre com os complexos que o compõe.

Daí considerar a categoria do trabalho em inter-relação com a categoria da reprodução. Esta, por sua vez, é aquela que é responsável por efetivar o trabalho, pois é por meio dela que o ser social adquire conhecimentos e habilidades diante das experiências vivenciadas que serão repassadas de geração em geração. Constituída desse modo, a reprodução encontra-se situada no âmbito dos pores teleológicos secundários – aqueles pores que pretendem orientar a ação dos homens entre si para a realização de determinados fins.

Para que isso ocorra, vimos que é importante a função ontológica da linguagem, tendo em vista que possibilita a mediação das relações sociais entre os homens que estão inseridos no processo de trabalho. O desenvolvimento do processo do trabalho rompe com o caráter de mudez dos seres humanos, visto que necessitam se comunicar entre si para a realização das atividades na sociedade. Daí considerar a linguagem fruto de uma necessidade concreta. Desse modo, sem o complexo da linguagem, seria impossibilitado a compreensão dos homens entre si e isso

acarretaria um prejuízo para a realização de determinados fins. Do mesmo modo, concebemos que a linguagem é responsável pela continuação e repasse de técnicas e habilidades que foram acumuladas pelo trabalho e são imprescindíveis para a efetivação das atividades sociais.

Como foi demonstrado anteriormente, o trabalho não pode ser investigado de forma isolada das demais categorias e complexos sociais, uma vez que existe uma inter-relação entre si. Do mesmo modo, entre o trabalho e a reprodução possuem uma intrínseca relação entre si, principalmente pelo fato desta última ser responsável pela efetivação do trabalho, pois todas as habilidades, conhecimentos e experiências que foram adquiridas pelo trabalho, devem ser repassadas para os demais homens, caso contrário todo o processo de investigação das propriedades naturais deveria ser continuamente reiniciado.

Nesse sentido, concebemos aqui a estreita relação existente entre a categoria do trabalho e a categoria da reprodução como constituintes do ser social, demonstrando, assim, o seu caráter peculiar, visto que a sua existência se efetiva na sua ininterrupta produção e reprodução do ser social. Ao entendermos que a peculiaridade do ser social reside no seu caráter de continuidade, falamos de uma continuidade tanto no sentido biológico, que remete à perpetuação da espécie, quanto no sentido social, no qual o ser humano produz e reproduz as condições de sua existência ao buscar respostas e praticá-las através dos atos sociais, transformando o momento histórico.

Ainda demonstramos o modo como a reprodução, concebida enquanto fundamento para a constituição do ser-para-si, contribui diretamente para o desenvolvimento da genericidade humana. Para tanto, evidenciamos que, para a superação da simples singularidade dos homens, é necessário o pleno desenvolvimento da consciência humana que, por sua vez, é possibilitado pelo trabalho. Desse modo, evidenciamos novamente essa intrínseca relação entre o trabalho e a reprodução, pois a consciência é necessária tanto no âmbito dos pores teleológicos primários – responsáveis pela transformação da natureza – e nos pores teleológicos secundários – que visam a orientação da conduta dos homens entre si. A partir disso, evidenciamos o desenvolvimento social, no qual se dá a superação da particularidade para a constituição da genericidade humana.

Do que foi exposto até então, evidenciamos a importância que a categoria da reprodução tem na constituição da vida social dos homens, garantindo, mediante

a relação intrínseca entre o trabalho e a reprodução e que, portanto, ambas são responsáveis pela gênese e desenvolvimento do ser social. Por fim, reafirmamos que Lukács atribui à reprodução um papel tão relevante quanto o trabalho na constituição do ser social, pois é por meio dela que o trabalho se efetiva, promovendo tanto a continuidade do ser humano como da própria sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicolas. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ENGELS, Friederich. **Dialética da natureza**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- ENGELS, Friederich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. [s.l.]: [s.n.], 1876.
- LUKÁCS, György. **Ensaio sobre a literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- LUKÁCS, György. **Introdução a uma estética marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LUKÁCS, György . **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, György . **Per una ontologia dell'essere sociale I**. Roma: Editori Riuniti, 1974.
- LUKÁCS, György . **Per una ontologia dell'essere sociale II**. Roma: Riuniti, 1981.
- LUKÁCS, György . **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **A miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858 – Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. **Para uma crítica da economia política**. Do capital. O rendimento e suas fontes. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. Crítica da mais recente filosofia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LOPES, Fátima. Maria. Nobre. **Lukács**: Estranhamento, Ética e Formação Humana. 176 f. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3286>. Acesso em: 02 mar. 2019.

SOUSA, Jaireilson Silva de. O trabalho como estrutura fundamental do ser social na ontologia de György Lukács. 2021. 127 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

TERTULIAN, Nicolas. **Lukács**: La rinascita dell'ontologia. Roma: Riuniti, 1986.

VAISMAN, Ester. Há um “momento hegeliano” na obra tardia de G. Lukács. *In*: 5º Colóquio Internacional Marx e Engels, 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: Cemarx, 2007. p. 1-7. Disponível em: https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao6/Ester_Vaisman.pdf. Acesso em: 02 mar. 2019.

VAISMAN, Ester; FORTES, Ronaldo. Vielmi. Três abordagens distintas sobre a categoria da reprodução: Lukács, Althusser e Bourdieu & Passeron. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 245-255, jan. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/download/9423/6717/>. Acesso em: 02 mar. 2019.